

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CCNE – CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO ARROZ ORGÂNICO NOS
ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

João Silvano Zanon

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - RS

Por

João Silvano Zanon

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova Dissertação de Mestrado**

**DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - RS**

**Elaborada por
João Silvano Zanon**

Como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Vera Lúcia Salazar Pessôa, Dr^a. (UFU)

Vera Maria Favila Miorin, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 09 de Abril de 2015.

AGRADECIMENTOS

A minha família, **Raul João Zanon, Maria Helena Moro Zanon, Sandro Ronei Zanon, Séris Regina Zanon, Rute Medianeira Zanon, Lurdes Maria Moro Zanon, Moises Moro Zanon**, obrigada pelo apoio e amor incondicional;

A minha namorada, **Mara Alini Meier**, por me dar apoio e carinho em todos os momentos de minha jornada acadêmica;

A minha orientadora, **Professora Carmen Rejane Flores Wizniewsky**, pela amizade, carinho, apoio, confiança, por ter me acompanhado e me guiado na trajetória da pesquisa;

Aos meus amigos, **Leandro Menezes, Jesica Beltrán, Kelly Perlin Cassol, Marilucia Ben, Janete Webler Cancelier, Lucinéia Lourenzi, Carla Silveira Pereira, Cleiton Froelich, Helena Maria Beling, Valquiria Conti**, pela amizade, apoio e parceria;

Aos **colegas e amigos Gepetianos**, pelo carinho, amizade, troca de saberes, por me auxiliarem a crescer como pessoa e como aluno;

Agradeço imensamente aos professores da banca avaliadora, **Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Vera Maria Favila Miorin, Vera Lúcia Salazar Pessoa, Giancarla Salamoni e Cesar de David**, cujos aportes foram de grande valia para desenvolver e concluir esta pesquisa;

Este trabalho não teria sido possível sem a participação e auxílio dos **Assentados e Técnicos dos Assentamentos do Município de São Gabriel**, por responderem as entrevistas, me recebendo em suas casas, por seu tempo, por cada história compartilhada e por possibilitar aprendizagens;

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pela concessão de bolsa de estudo para o desenvolvimento da pesquisa e também a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por proporcionar um ensino público gratuito e de qualidade;

Finalmente, devo agradecer a todos aqueles que têm sido parte desta pesquisa, aos professores, colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Geografia;

A você, que está lendo este trabalho, muito obrigado!

RESUMO

**Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria**

DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - RS

AUTOR: JOÃO SILVANO ZANON

ORIENTADORA: CARMEN REJANE FLORES WIZNIEWSKY

Data e local de defesa: Santa Maria, 09 de Abril de 2015.

A presente pesquisa aborda o processo de produção do arroz orgânico nos assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze e os impactos que tal produção engendra no município de São Gabriel/RS. Com a crise do modelo de produção convencional e os impactos ambientais, sociais e econômicos, decorrentes da intensa utilização de agroquímicos, se insere na sociedade um modelo de produção eficiente, trata-se da agricultura agroecológica desenvolvida durante o processo produtivo do arroz orgânico. A partir do levantamento bibliográfico centrado no tema de interesse, como a luta pela terra no Brasil e no Rio Grande do Sul, as estratégias de produção agroecológica e a produção do arroz orgânico, foi possível apreender o sistema produtivo orgânico em questão. Para atender os objetivos da investigação, que apresenta uma abordagem qualitativa, foi desenvolvida, através de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com os agricultores familiares assentados e técnicos da COPTec e ATES. Por fim, evidencia-se que, a organização produtiva do arroz orgânico necessita participação ativa dos assentados e técnicos durante o processo produtivo, pois o manejo orgânico exige trabalho manual e diário, e também, a busca constante por técnicas e tecnologias que melhor se adaptam a realidade do lugar e a variedade de arroz cultivado, sendo que, esta forma de produção constrói relações entre a sociedade e a natureza, modificando a configuração do território, incorporando uma forma de organização e vida diferente, gerando uma nova agricultura e um novo agricultor.

Palavras-Chave: Arroz orgânico. Agricultura agroecológica. Reforma agrária.

ABSTRACT

**Master Course Dissertation
Master Degree in Geography
Federal University of Santa Maria**

ORGANIC RICE PRODUCTION CHALLENGES SETTLEMENTS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL - RS

**AUTHOR: JOÃO SILVANO ZANON
ADVISOR: CARMEN FLORES REJANE WIZNIEWSKY
Defense Place and Date: Santa Maria, April 09th, 2015.**

This research addresses the organic rice production process in the settlements Madre Terra, Cristo Rei and Zambeze and the impacts that such production engenders in São Gabriel / RS. With the crisis of conventional production model and the environmental, social and economic, resulting from the intensive use of agrochemicals, is included in the company an efficient production model, it is the agroecological agriculture developed during the production of organic rice process. From the literature focused on the topic of interest, as the struggle for land in Brazil and Rio Grande do Sul, the agro-ecological production strategies and the production of organic rice, it was possible to grasp the organic production system in question. To meet the objectives of the investigation, which presents a qualitative approach, was developed through semi-structured interviews, which were conducted with family farmers and settlers technicians COPTec and ATES. Finally, it is evident that the productive organization of organic rice requires active participation of the community and technicians during the production process, because the organic management requires manual and daily work, and also the constant search for techniques and technologies that best suit the reality of the place and the variety of cultivated rice, and this form of production builds relationships between society and nature, modifying the configuration of the territory, incorporating a form of organization and different life, creating a new agriculture and a new farmer .

Keywords: Organic rice. Agroecological agriculture. Land reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do Município de São Gabriel.....	17
Figura 2: Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense: Assentamentos e Famílias assentadas até 2005.....	18
Figura 3: Mapa de localização dos assentamentos rurais no município de São Gabriel, RS.....	19
Figura 4: Origem das famílias assentadas em São Gabriel no ano de 2011.....	49
Figura 5: Mosaico de fotos da paisagem das grandes propriedades da Campanha Gaúcha.....	51
Figura 6: Mosaico de fotos da infraestrutura das casas nos assentamentos de São Gabriel, 2014.....	54
Figura 7: Estabelecimentos com produção orgânica certificada no Rio Grande do Sul.....	73
Figura 8: Lavoura de arroz orgânico no assentamento Madre Terra, São Gabriel, 2014.....	88
Figura 9: Maquinário utilizado durante o processo produtivo do Arroz Orgânico, Assentamento Madre Terra.....	90
Figura 10: Lavoura de arroz orgânico no assentamento Cristo Rei, São Gabriel, 2014.....	92
Figura 11: Maquinário utilizado na lavoura de arroz orgânico no Assentamento Cristo Rei, São Gabriel, 2014.....	93
Figura 12: Evolução da lavoura de arroz orgânico no assentamento Cristo Rei, São Gabriel, 2014.....	95
Figura 13: Lavoura de arroz orgânico no assentamento Zambeze, São Gabriel, 2014.....	96
Figura 14: Equipe de trabalho da ATES em São Gabriel,RS.....	101
Figura 15: Fluxograma simulando a produção do arroz Convencional.....	104
Figura 16: Fluxograma simulando a produção do arroz Orgânico.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Concentração Fundiária do Município de São Gabriel, RS, 2010.....	38
Tabela 2: Projetos de assentamentos, número de Famílias e média dos lotes em Hectares.....	52
Tabela 3: Caracterização dos sistemas produtivos dos assentamentos de São Gabriel.....	77
Tabela 4: Evolução do cultivo do arroz orgânico no Assentamento Madre Terra, São Gabriel, RS.....	87
Tabela 5: Evolução do cultivo do arroz orgânico no Assentamento Cristo Rei, São Gabriel, RS.....	91
Tabela 6: O cultivo do arroz orgânico no Assentamento Zambeze, São Gabriel, 2014.....	96
Tabela 7: Unidade produtiva do arroz orgânico: rentabilidade e custo de produção.....	107
Tabela 8: Renda agrícola bruta arrecadada na unidade de produção familiar.....	108

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista semiestruturada com os assentados que produzem arroz orgânico.....126

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista semiestruturada com os técnicos da Coptec e ATES que prestam assistência aos assentados.....129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
COPTEC	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
RS	Rio Grande do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FAG	Frente Agrária Gaúcha
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
IPD	Instituto de Promoção do Desenvolvimento
FHC	Fernando Henrique Cardozo
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PERA	Programa Estadual de Reforma Agrária
FUNTERRA	Conselho de Administração do Fundo de Terras do Rio Grande do Sul
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
SEPLAG	Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do RS
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IMO	Instituto de Mercado Ecológico
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do RS
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SOSBAI	Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
IRGA	Instituto Rio Grandense de Arroz
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
PROINF	Programa de apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CONFIE	Convênio INCRA-FAPEG-EMBRAPA
FAPEG	Fundação de Apoio Edmundo Gastal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
APP	Área de Preservação Permanente
SIGRA	Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES
NO,s	Núcleos Operacionais
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SAMA	Sistema de Avaliação e Monitoramento de ATES
PNATER	Política Nacional de assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
PDA,s	Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos
PRA,s	Plano de Recuperação dos Assentamentos
PA	Projeto de Assentamento
RUOP,s	Redes de Unidades de Observação Pedagógicas
ATP,s	Assessores Técnico Pedagógicos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
COOTAP	Cooperativa dos trabalhadores assentados da região de Porto Alegre
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	23
1.1 A reforma agrária: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais no Brasil	23
1.2 Considerações referentes ao I e II Plano Nacional de Reforma Agrária.....	28
1.3 As principais políticas de reforma agrária no cenário do Rio Grande do Sul	35
1.4 A estrutura fundiária e a reforma agrária no município de São Gabriel.....	37
2. O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL: caracterização do espaço e a historicização dos novos atores de transformação do território.	39
2.1 Caracterização do espaço do município de São Gabriel.....	40
2.2 A luta pela terra em São Gabriel e a reterritorialização dos agricultores familiares sem-terra	43
2.3 A origem dos agricultores familiares assentados em São Gabriel.....	48
2.4 Os Assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze	50
3. A AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA ORGÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO	57
4. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DIVERSIFICADA, O CULTIVO DO ARROZ ORGÂNICO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL	68
4.1 o cultivo do arroz convencional no Rio Grande do Sul	69
4.2 O cultivo do arroz orgânico nos assentamentos de São Gabriel	79
4.2.1 A produção do arroz orgânico no assentamento Madre Terra	87
4.2.2 A produção do arroz orgânico no Assentamento Cristo Rei.....	91
4.2.3 A produção do arroz orgânico no assentamento Zambeze	95
4.2.4 A assistência técnica desenvolvida pela ATES e COPTec nos assentamentos de São Gabriel.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A - Roteiro para entrevista semiestruturada com os assentados que produzem arroz orgânico.	126
APÊNDICE B - Roteiro para entrevista semiestruturada com os técnicos da Coptec e ATES que prestam assistência aos assentados.	129

INTRODUÇÃO

A história agrária brasileira contribuiu para que a realidade da estrutura fundiária seja altamente concentrada, visto que, além da irregular distribuição de terras, foram produzidas e se reproduziram as desigualdades sociais, que ao longo do tempo permanecem no território. Os representantes do agronegócio obtêm acesso a um maior volume de financiamentos e de facilidades de investimentos, produzem *commodities*, enquanto os agricultores familiares camponeses penam para produzir a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Segundo dados do Senso Agropecuário do IBGE, 2006, a agricultura familiar é responsável por produzir 87% dos alimentos da sexta básica dos brasileiros. É certo que, nas últimas décadas, houve melhorias nas políticas públicas específicas para a agricultura familiar. Todavia, seguem as desigualdades entre as duas realidades: agricultura patronal e agricultura familiar.

De acordo com Tomiase e Paulino (2010), o discurso do agronegócio ganhou o imaginário popular como o 'moderno' no campo brasileiro, em detrimento do campesinato. A diferença entre ambos, no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas, geração de renda e produção de alimentos se encontra muito mais recorrente no campesinato, enquanto que o agronegócio é quem ganha a 'simpatia' da sociedade e dos interesses políticos. Apesar de serem as grandes propriedades modernizadas, tecnologicamente, porém as relações de produção e trabalho seguem se reproduzindo de forma conservadora.

O modelo agrário exportador, baseado na grande exploração voltada para a exportação, dispõe de tecnologia, capital, e de grandes extensões de terra, que terminaram por excluir os sujeitos que não dispõem de capital e terra do campo, impondo a eles as precárias condições de vida nas grandes cidades. Parte dos agricultores, já sem terras, acaba retornando ao campo através da luta pela terra. No processo de redistribuição de terra, passam a ser assentados de reforma agrária¹.

¹ A reforma agrária pode ser definida como um processo político, que implica numa mudança nas relações de poder em favor daqueles que trabalham a terra, em detrimento daqueles que acumulam riquezas a partir do controle sobre a terra rural e sobre o trabalho. Tal processo pressupõe a existência de uma ação estatal no sentido de modificar profundamente o direito sobre a posse e uso da terra de um país, de tal maneira que permita uma distribuição mais equitativa das terras agrícolas (DA ROS, 2006).

Observa-se no espaço agrário brasileiro, fortes desigualdades espaciais. Neste contexto, a reforma agrária surge como forma de diminuir tais desigualdades.

O município de São Gabriel, local onde a presente pesquisa foi desenvolvida, está localizado na Mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região da Campanha Central. Tal município é cenário de fortes desigualdades espaciais, já que ali se apresenta uma elite agrária, que obtêm acesso fácil às políticas públicas e acaba por acessar uma maior gama de recursos para investir na agricultura. Outra parte apresenta agricultores desassistidos por tais benefícios, gerando no espaço desigualdade social. Estes agricultores acabam por desenvolver os sistemas produtivos de forma convencional, a exemplo da pecuária extensiva, milho, trigo, arroz irrigado, soja, entre outros produtos com destaque no mercado internacional.

A campanha Gaúcha é formada por 19 municípios e, a partir da década de 1960, foi transformando sua paisagem, pois as áreas vinculadas à pecuária extensiva pastoril deram lugar a agricultura convencional de arroz irrigado, milho, trigo, eucalipto e soja, que aos poucos ganhou espaço e força no mercado internacional. Nas últimas décadas, a pecuária de corte cedeu espaço para as lavouras, devido ao fato de que estas remuneram melhor o proprietário, mesmo quando arrendadas, em comparação com a atividade pecuária.

Os sistemas de cultivo dominantes encontram-se associados à exploração de uma pecuária de corte (bovinos e ovinos) que, em parte, incorporou novas tecnologias, mas, também, permaneceu como uma pecuária tradicional. No âmbito da agricultura, essa região caracteriza-se principalmente pela produção do arroz irrigado, introduzido na década de 1960 e pelo cultivo da soja em menor escala. No que se refere à produção familiar/camponesa, esta, historicamente exerceu um papel secundário e complementar ao espaço latifundiário, diferentemente de outras regiões do Rio Grande do Sul, onde é destaque na economia local. (CHELOTTI, 2007, p.95).

Os agricultores familiares assentados no município encontram-se, na maioria das vezes, desassistidos das políticas públicas, apresentam-se em precárias condições de vida, de trabalho e produção, o que compromete o sustento de suas famílias. Devido às condições de infraestruturas nos assentamentos, a exemplo de estradas precárias, a ausência de rede de energia elétrica e de rede de água, moradias de baixa qualidade, dificuldades de assistência à saúde e a educação, os assentados acabam se afastando, cada vez mais, da terra e do sonho que outrora os fez lutar por ela. O agricultor assentado chega ao seu lote sem capital, portanto,

não consegue se estruturar, sem equipamentos e recursos financeiros, é quase impossível construir moradia. Como não se consegue viver do próprio lote nos primeiros anos, a principal alternativa que resta aos assentados é buscar trabalho fora do assentamento.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, os agricultores assentados iniciaram no ano de 2011 o cultivo do arroz orgânico nos assentamentos do município. Os agricultores produtores de arroz orgânico nos assentamentos estudados apresentam produção em processo inicial de inserção no mercado, cultivam através de inovadoras técnicas e tecnologias sustentáveis de produção, a exemplo da adubação orgânica. Em sua produção, eles levam em conta não somente o lucro, mas também a preservação da saúde das famílias e do meio ambiente.

O sonho de produzir alimentos de qualidade, a conquista do “seu lote”, alimentar sua família e gerar renda, faz com que o assentado persista na luta pela terra e pela reforma agrária, pois este é o sonho de uma vida melhor e os faz continuar lutando contra a hegemonia do capital e seus reflexos no espaço agrário.

A falta de recursos e de infraestrutura nos lotes são as principais dificuldades enfrentadas por grande parte dos agricultores assentados do município de São Gabriel, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2014) e, provocadas por problemas de diversas naturezas e dificuldades que são enfrentadas pelos assentados, interferem na produção e na forma de como estes assentados vivem. Esta realidade é agravada ainda pela ausência de políticas específicas voltadas ao fortalecimento da produção orgânica.

Nos assentamentos estudados, verifica-se a aptidão natural a produção do arroz, pois significativa parte de suas áreas são de várzeas, tais agricultores familiares não dispõem de capital e a única alternativa para permanecerem em suas terras é investir na força de trabalho e organização em sistemas produtivos alternativos, como é o caso da produção do arroz orgânico desenvolvida pelos agricultores familiares assentados. Na concepção de Wanderley (2001), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

A produção familiar, nesta concepção, é eficiente e prima pela diversidade de alimentos no campo brasileiro.

Para Blum (2001) o agricultor familiar pode ser definido como:

É aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (BLUM, 2001, p. 62).

No entanto, nos assentamentos de São Gabriel, as famílias, cada vez mais, estão buscando trabalho nas cidades, pois necessitam aumentar a renda para conseguir permanecer na terra.

Na contemporaneidade, a agricultura familiar enfrenta uma crise que está ligada a um contexto complexo, onde a falta de financiamentos específicos, o desconhecimento de muitos agricultores sobre tais políticas e como acessá-las, a falta ou precariedade da assistência técnica voltada ao desenvolvimento rural sustentável, acaba fazendo com que muitos agricultores desistem da agricultura familiar. Os agricultores familiares em questão, ao encontrarem-se desprovidos de recursos financeiros, de infraestruturas produtivas, de assistência técnica e de políticas públicas específicas, ou se dirigem para as cidades em busca de emprego, ou simplesmente desistem dos assentamentos de reforma agrária.

O Estatuto da Terra², Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 foi à primeira Lei criada para realizar a reforma agrária no Brasil. O mesmo introduziu novos conceitos que indicavam diferentes tipos de propriedades da terra: o minifúndio, o latifúndio por extensão, o latifúndio por exploração e a empresa rural. Para medir e classificar as propriedades rurais a lei cria o “módulo rural”, área de terra, medida em hectare, que apresente condições suficientes para a sobrevivência (DINIZ, 2010).

Com a consolidação dos assentamentos de reforma agrária, a agricultura passou a ganhar espaço pela sua produção de alimentos, porém, os projetos de assentamentos requerem maiores investimentos em infraestruturas, para que os sistemas produtivos em geral se desenvolvam.

No município de São Gabriel, os grandes produtores de arroz, trigo e soja estão inseridos na lógica do modelo agroexportador e amparados pela

² O Estatuto da Terra consistiu em uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola elaborada no governo Castelo Branco. Esta legislação, ao mesmo tempo em que previa a desapropriação por interesse social e a redistribuição fundiária conduzida pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), forneceu bases para a modernização da agricultura, implementada ao longo do regime militar, ao dispor de uma seção voltada para a Política Agrícola, cujo órgão responsável seria o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (RAMOS, 2005).

modernização conservadora do campo, detendo força no setor agropecuário, o que foi responsável no passado e se mantém na atualidade comandada pelo poder político da classe média ruralista (grande propriedade)³, com destaque local e regional. Neste sentido, podemos conceituar a região como resultante do impacto das forças externas modernizantes no campo brasileiro (ELIAS, 2003). Com a consolidação da modernização da agricultura, muitos agricultores se dirigiram para áreas de expansão da fronteira agrícola ou buscaram trabalho nas grandes cidades.

A questão central para se entender a presença destas relações de produção é que a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Assim, a modernização não foi uma transformação dinâmica e autossustentada e sim uma modernização levada a cabo pelo Estado e, no município de São Gabriel, a realidade não foi diferente, as médias e grandes propriedades se mantiveram e as famílias do MST⁴ que lutam pela terra, aos poucos produzem uma crise ao domínio hegemônico do capital.

Este trabalho se desenvolveu no município de São Gabriel, que se localiza na Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul, entre as regiões geomorfológicas Depressão Central e Escudo Sul-Riograndense, a uma distância de 320 km da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. O município em questão compõe parte da região fronteira do Brasil meridional, que separa o território brasileiro dos territórios da Argentina e Uruguai. São Gabriel, emancipado oficialmente em 1859, ingressa no século XXI com uma população total de 60.425 mil habitantes e uma área de 5.023, 843 Km² (IBGE, 2010). Na figura 1 visualiza-se a localização do Município e seus limites administrativos.

³ Grande Propriedade compreende uma área maior que 15 módulos fiscais rurais (Dicionário Ambiental, 2014).

⁴ O MST se constitui atualmente no mais importante movimento social em atividade no Brasil. Ao contrário dos movimentos de luta por terra que o antecederam e que se caracterizaram por terem uma ação mais localizada e de curta duração, o MST se notabilizou pela sua rápida expansão pelo território nacional e pela sua capacidade de produzir fatos políticos relevantes, os quais tem sido responsáveis pela permanência do tema da reforma agrária no cenário político e pela longevidade da sua organização (DA ROS, 2006).

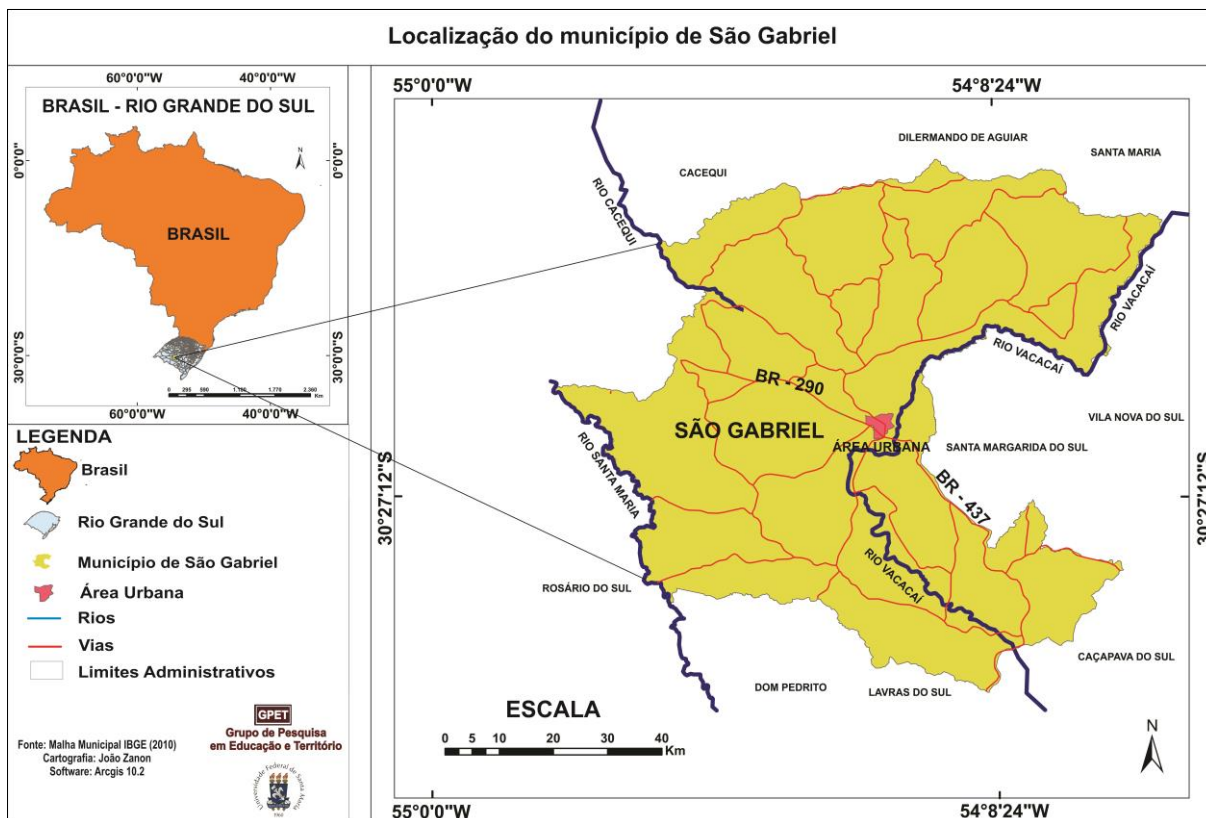


Figura 1: Localização do Município de São Gabriel.

Fonte: Malha municipal do IBGE, 2010.

Org.: ZANON, J. S.

O Rio Grande do Sul apresenta uma especificidade em relação à concentração de assentamentos na Mesorregião Geográfica Sudoeste Rio-Grandense, onde está inserida a Campanha Gaúcha e o recorte espacial de análise nesta pesquisa, corresponde a três assentamentos localizados na Campanha Central, mais especificamente no município de São Gabriel, pois é justamente nesta região do Estado, onde o latifúndio se instalou e se enraizou de forma intensa, com ocorrência de assentamentos, podendo ser visualizado na figura 2.

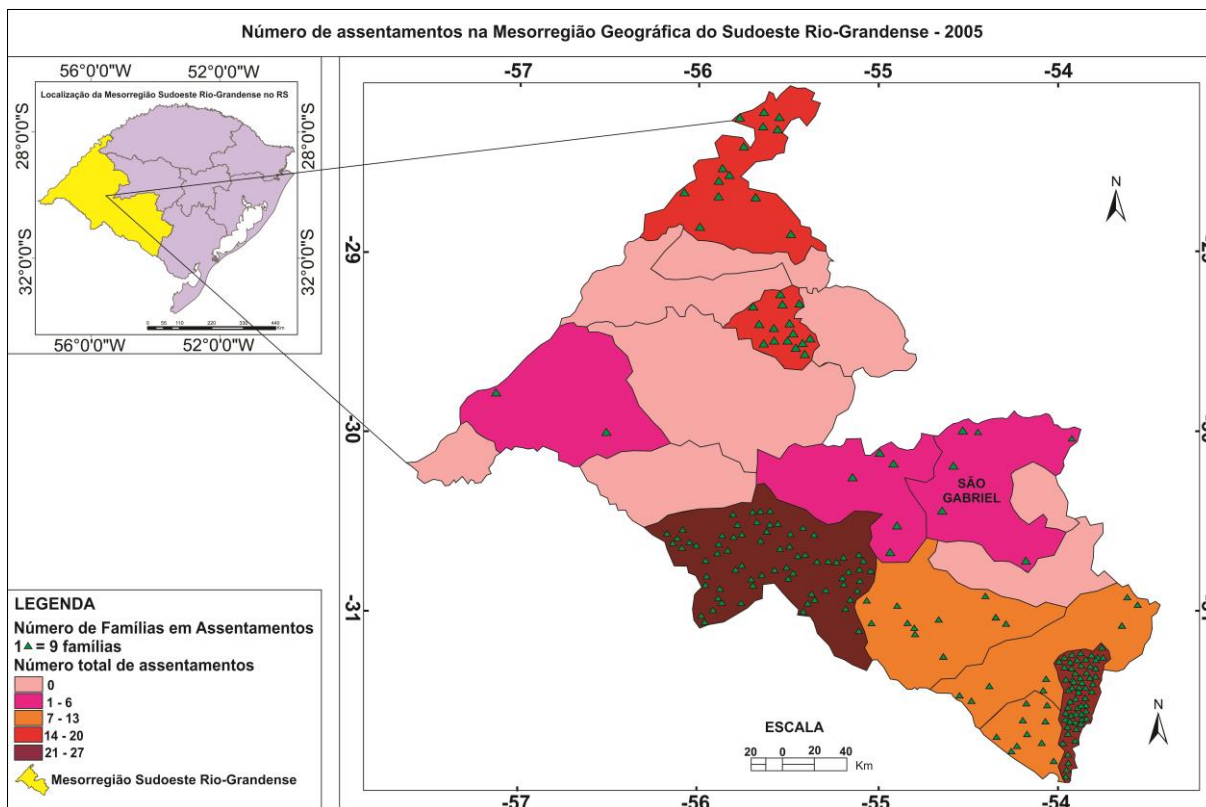


Figura 2: Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense: Assentamentos e Famílias assentadas até 2005.
Fonte: Adaptado de Chelotti, M. C.; 2007.

O relatório da Luta pela Terra (ROCHA, ROBL, MELCHORS, 2011), apresenta os dados referentes à criação dos projetos de reforma agrária até o ano de 2011 e confirmam a criação de diversos assentamentos na Campanha Gaúcha na década de 1990, os quais tiveram início no ano de 1992 e alcançaram o auge no ano de 1999, ano da criação do maior número de assentamentos na região. Tais assentamentos foram criados, em sua maioria, por um processo de luta e conflitualidade. O município de São Gabriel abriga 37% das famílias assentadas na Microrregião da Campanha Central do Rio Grande do Sul.

Através da análise de Santos (2012), os primeiros conflitos na luta do MST pela terra no município de São Gabriel giraram em torno da desapropriação da fazenda Southall, uma das grandes propriedades de São Gabriel, quando em 2003, após a vitória realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), considerou a propriedade de 13.400 hectares como improdutiva. A desapropriação da Fazenda Southall deu origem aos assentamentos de reforma agrária em São Gabriel.

A desapropriação da fazenda Southall fez emergir o fluxo de famílias de diversas regiões do Estado em direção ao município de São Gabriel. A partir de

então, se desenvolveram diversos embates entre o MST, os movimentos das classes dominantes e o Estado, onde o MST conquistou oito assentamentos de reforma agrária no Município de São Gabriel, RS, são eles: Guajuviras, Madre Terra, Conquista do Caiboaté, União pela Terra, Itaguaçu, Zambeze, Novo Rumo e Cristo Rei, conforme podemos visualizar na figura 3.

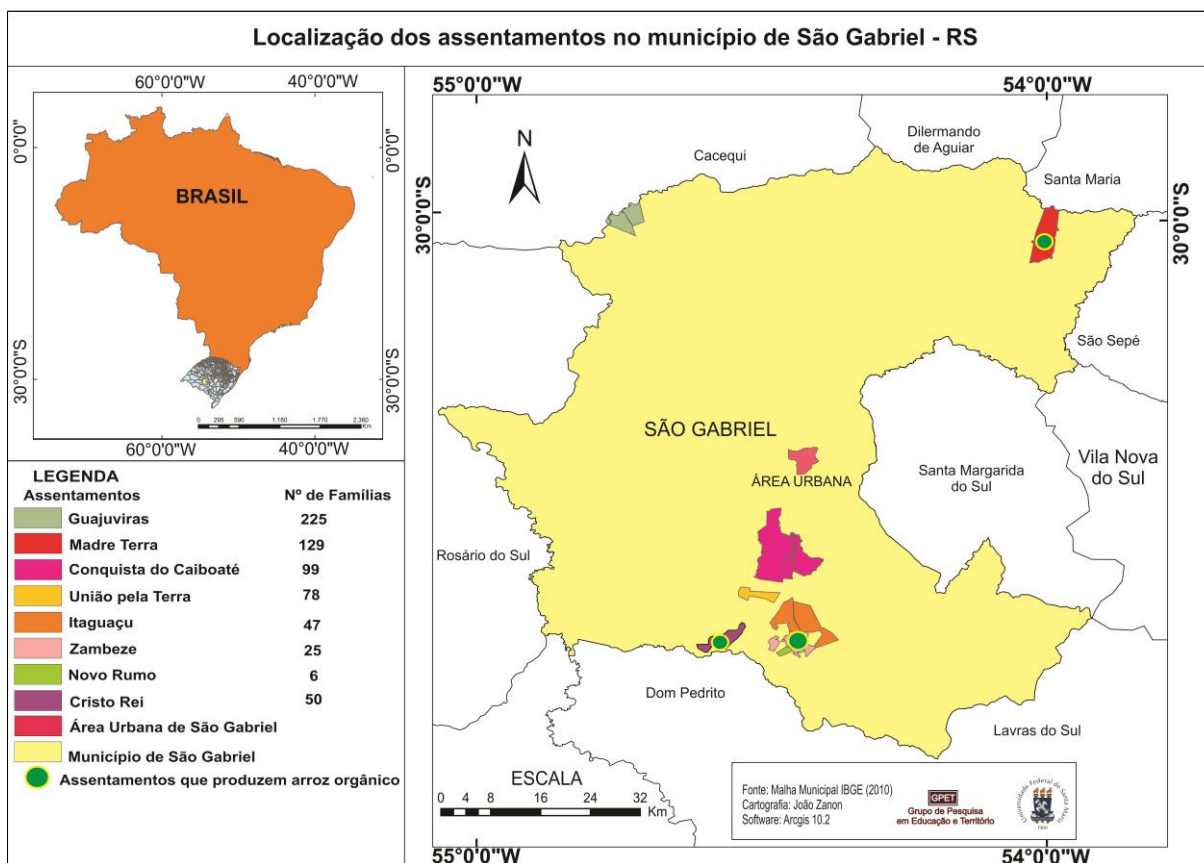


Figura 3: Mapa de localização dos assentamentos rurais no município de São Gabriel, RS.

Fonte: Malha digital 1:50000 do IBGE, 2010.

Org.: ZANON, J. S.

Os assentamentos do município foram criados nos anos de 2008, 2009 e 2010, exceto o assentamento Guajuviras, que data do ano de 1996 e é o projeto de assentamento mais antigo do município. Os assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze representam a área estudada nesta pesquisa, pois possuem terras aptas para o plantio do arroz orgânico, água para irrigação das lavouras e famílias dispostas a desenvolver este inovador sistema produtivo.

Com a criação dos assentamentos, a divisão das grandes propriedades em pequenos lotes de aproximadamente 20 hectares cada e, a partir do inovador sistema produtivo do arroz orgânico, a organização das famílias, o trabalho familiar e

a cultura do movimento Sem-Terra de se organizar em grupos de produção. Os grupos de produção são formados por famílias que desenvolvem os sistemas produtivos de forma menos individualizada, traçando as diferentes estratégias, viabilizando a produção e reprodução de suas vidas na terra conquistada.

A problemática da pesquisa reside no questionamento do processo que levou a formação dos referidos assentamentos rurais, das novas dinâmicas econômicas e socioambientais e dos conflitos que emergem após a conquista da terra, visto que nos últimos anos os assentados dispõem de pouco dinheiro para investir na produção do arroz orgânico, o que torna cada vez mais difícil aos agricultores permanecerem na terra conquistada. Em meio à formação dos assentamentos e levando em conta as alternativas de produção e reprodução alicerçada pelo arroz orgânico nos assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze e, diante do contexto agrário nacional e local, se pretende compreender como se desenvolve este sistema produtivo nos assentamentos em questão, tendo em vista seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

Para resolver o problema proposto, apresenta-se como objetivo central desta pesquisa compreender como se desenvolve a produção do arroz orgânico e como esta estratégia produtiva interfere no território dos assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze.

De forma mais específica pretende-se: a) destacar o processo de luta pela terra e a formação dos assentamentos de reforma agrária no município de São Gabriel; b) caracterizar os assentamentos estudados, localizados em São Gabriel - RS; c) analisar o sistema produtivo do arroz orgânico desenvolvido nos assentamentos em questão; d) compreender como a produção orgânica do arroz interfere no processo de territorialização nos assentamentos, bem como nos conflitos oriundos desta cadeia; e) apreender as transformações vividas pelos agricultores, a partir da produção orgânica, nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Partindo dos objetivos de investigação da presente pesquisa, a aplicação de uma análise descritiva ofereceu as ferramentas teóricas e metodológicas para o desenvolvimento da investigação.

Para Triviños (1987, p. 110), os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar.

Os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 112).

A pesquisa foi realizada a partir de trabalhos de campo, consulta a referencial bibliográfico e entrevistas⁵ semiestruturadas. A partir de entrevistas semiestruturadas, aplicadas com técnicos e assentados e, se utilizando ainda de uma análise descritiva, que tem como características principais a observação e o registro de informações pertinentes, analisando, descrevendo, sistematizando os dados e correlacionando os fenômenos estudados. Ainda, se utilizou uma abordagem metodológica qualitativa. Tal abordagem, de acordo com Pessôa (2012), na pesquisa qualitativa é importante à imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com objeto estudado e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos.

Segundo Goldenberg (1997), os pesquisadores que usam os métodos qualitativos centram seu trabalho na busca das causas dos fenômenos, como forma de compreender a realidade.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação dos fenômenos, hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, previsão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo material; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos, busca de resultados os mais fidedignos possíveis, oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.32).

Foram utilizados dados de fontes secundárias oficiais, como os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Rio Grandense de Arroz (IRGA) e da Prefeitura Municipal de São Gabriel.

A pesquisa foi constituída com base na observação direta da paisagem dos assentamentos durante o trabalho de campo, para auxiliar na compreensão da realidade dos assentados e na sua forma de viver e produzir. Fotografias da área de estudo e os relatórios técnicos disponibilizados pelos técnicos da Cooperativa de

⁵ Os sujeitos entrevistados no trabalho de campo foram identificados pelas iniciais de seus nomes.

Prestação de Serviços Técnicos (COPTec)⁶ e do Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)⁷ também serviram como instrumento metodológico, além de entrevistas semiestruturadas, como forma de adquirir dados mais objetivos sobre a produção, comercialização e rentabilidade das práticas produtivas desenvolvidas pelas famílias assentadas. Os registros fotográficos e o levantamento dos dados mais gerais sobre a estrutura agrária do município sede dos assentamentos forneceram informações importantes para a compreensão do problema da pesquisa a fim de atingir os objetivos propostos.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas durante o trabalho de campo com 10 famílias assentadas que produzem arroz orgânico e com dois técnicos da ATES.

A pesquisa, portanto, utiliza metodologia que se baseia na observação dos fenômenos e na análise, para estabelecer relações e correlações, a observação direta, auxiliou na compreensão das informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas com as famílias dos assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze. A escolha dos assentados a serem entrevistados se deu pela indicação dos técnicos e dos próprios assentados que são lideranças nos assentamentos, sendo, neste caso, levado em consideração, a experiência de vida no lote e o domínio do sistema produtivo orgânico.

A pesquisa se estrutura em cinco capítulos, inicialmente abordando o processo de Luta pela Terra e a Reforma Agrária no Brasil e no Rio Grande do Sul, posteriormente, fazendo uma caracterização do município, historicizando os atores que transformam este território; far-se-á uma caracterização dos sistemas produtivos desenvolvidos pelos agricultores assentados que trabalham com a agroecologia e

⁶ A COPTec é uma sociedade cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária, fundada em 1996 com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo da sua trajetória, a COPTec tem suas ações direcionadas à luta em favor dos direitos das famílias assentadas, através da constante assistência técnica voltada à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável (COPTec, 2014).

⁷ O programa de ATES é um serviço criado pelo INCRA para prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias assentadas pela reforma agrária, de forma integral e continuada. O propósito é assessorar as famílias nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a melhorar a qualidade de vida das famílias, o aperfeiçoamento nos processos de gestão do lote, produção, beneficiamento e comercialização, além de outras questões como bem estar, saúde, educação, saneamento básico, gênero, juventude, preservação do meio ambiente, etc. Para Operacionalização do serviço de ATES os assentamentos foram agrupados regionalmente formando os Núcleos operacionais (NO,s) que compõem a célula base do programa de ATES. É em torno do NO que se organiza o trabalho de cada equipe técnica (ATES/RS).

com a agricultura orgânica. O foco do trabalho é o sistema produtivo do arroz orgânico e as políticas de assistência técnica voltadas para fortalecer tal produção.

1. A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Para compreender a luta pela terra, deve-se primeiro fazer um resgate de como se forjou a concentração de terras no Brasil, à medida que se criou um grande distanciamento entre os que têm muita, os que têm pouca e os que não possuem terras. Também é importante compreender como os agricultores familiares foram expropriados do processo produtivo e de como se construiu a luta pela terra e pela reforma agrária no espaço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

A massa de excluídos do campo pela modernização agrícola pressionou, através dos movimentos sociais, a opinião pública e o estado brasileiro, através de manifestações, ocupações de terras ociosas ou subaproveitadas, fazendo com que se acrescentasse a pauta da reforma agrária nas discussões políticas imprescindíveis para o futuro. No Rio Grande do Sul, a partir de tais manifestações e pressões ao Estado Gaúcho, algumas são percebidas, mediante a desapropriação de terras para assentamento de famílias de agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.1 A reforma agrária: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais no Brasil

No Brasil, onde as desigualdades sociais se multiplicam e são geradas pela concentração de terras e de recursos, as políticas agrárias, assim como a reforma agrária, foi timidamente colocada em prática, gerando polêmicas na sociedade desde o fim da década de 1950. No início da década de 1960 começa a surgir um grande número de movimentos sociais e organizações de trabalhadores rurais na luta pela terra.

O processo de luta pela terra tem início em meados da década de 1950, com destaque para as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra, a Frente Agrária Gaúcha, o Partido Comunista Brasileiro e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra.

O PCB não foi à única organização política que moveu esforços no sentido de organizar o campesinato gaúcho, pois as Ligas Camponesas também tinham interesses nesse sentido. As tentativas de iniciar um processo de organização das Ligas Camponesas no Rio Grande do Sul ocorreram na fase em que elas optaram pela estratégia de luta armada no Brasil, inspiradas pelo sucesso da revolução cubana em 1959. As Ligas Camponesas não chegaram a se destacar no RS, em função da existência do MASTER e da hegemonia que este movimento exerceu na luta pela reforma agrária na época. Além disso, entre esses dois movimentos nunca chegou a haver um trabalho conjunto, em razão das Ligas conceberem o MASTER como uma organização reformista, atrelada ao PTB e ao projeto pessoal do governador Leonel de Moura Brizola. A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975, a partir do Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, tendo por objetivo “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais” (DA ROS, 2006). Sobre o assunto consultar Eckert (1984, p. 247-254); Azevedo (1982); (Novaes, 1997, p. 119; Favareto, 2001, p. 40).

As organizações camponesas, a exemplo do Movimento Sem-Terra (MST), quando assumem a luta pela terra, assumem também a luta pela reforma agrária, em um contexto mais amplo, essa reforma teve seus primeiros movimentos com o governo de João Goulart, sendo duramente combatida pelos militares. Com o golpe Militar, o estado brasileiro levou a cabo a elaboração do Estatuto da Terra, democratizando o acesso a terra, que serviu para acelerar as perspectivas internas e externas.

De acordo com José Graziano da Silva (1998), o acesso a terra deve ser entendido como uma questão de sobrevivência para aqueles que não encontram outra possibilidade de inserção produtiva na sociedade. Uma reforma agrária camponesa deve ter em vista a transformação da estrutura de produção no campo, a qual ainda não foi possível no Brasil devido à correlação de forças políticas existentes. Assim, a luta pela reforma agrária camponesa se insere, na visão do autor, em uma luta mais geral de libertação dos trabalhadores rurais brasileiros, que depende fundamentalmente de sua própria organização e capacidade de luta.

Fernandes (1998) avança na discussão do processo de reforma agrária, pois:

Em nosso país, a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma

agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente desde a década de cinquenta, com o crescimento das ligas camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária, segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores, e na luta pela reforma agrária participam diversas instituições. (FERNANDES, 1998, p. 1)

A luta pela terra caminhou no descompasso das políticas criadas, ora para enfraquecer, ora fortalecendo o movimento. Segundo Palmeira (2008), a mudança do poder do estado nos anos que antecedem o Golpe de 1964 resultou na elaboração de uma legislação específica para o campo. O primeiro passo neste sentido foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. A seguir, veio o Estatuto da Terra, em 1964, possivelmente a peça-chave do novo aparato jurídico e toda uma extensa legislação complementar, porém, tais práticas não surtiram os efeitos previstos para que o processo de reforma agrária avançasse. E ainda, criou-se uma legislação previdenciária que teve efeitos importantes a partir do início dos anos de 1970, criando o fundo de assistência ao trabalhador rural, tornando o INCRA responsável pela atribuição da reforma agrária.

A questão agrária brasileira caminhou no descompasso entre a teoria e a prática. No entanto, a reforma agrária tem na produção e no trabalho seus fatores determinantes.

De fato, do que se trata e deve essencialmente interessar na reforma agrária brasileira é da solução do que se propõe efetivamente na prática, e em profundidade, em nossa realidade. A saber, a exploração desenfreada e o baixo nível, sob todos os aspectos, e em confronto com os níveis do mundo moderno, da grande massa da população rural brasileira, herança de sua formação histórica, e que encontra sem dúvida nas relações e condições em geral da produção e trabalho rurais o seu principal fator determinante. [...] É disso, pois que se há de essencialmente cuidar na questão agrária. (PRADO JR., 1979, p.10).

Os direcionamentos das políticas agrárias e agrícolas do estado brasileiro, na modernização desencadeada na década de 1970, colaboraram para a dominação do latifúndio e a submissão do trabalhador a estrutura fundiária dominante. Houve um aumento significativo das áreas de monocultivos, a terra se concentrou na mão de poucos, havendo expropriação de trabalhadores e agravando a situação da agricultura familiar.

Nesse período, a agricultura se modernizou fortemente e muitos agricultores familiares não conseguiram acompanhar tal processo, ficando subjugada a

hegemonia capitalista, muitos tendo que abandonar suas terras (se desterritorializando) e se dirigindo para outros lugares.

Seguindo a mesma linha de pensamento, os produtores de maior renda, que tinham poder aquisitivo para comprar maquinários cada vez mais modernos e sofisticados e insumos que facilitem na produção, continuaram produzindo de forma convencional. A aquisição de mais terras, produzindo mais em menos tempo, com redução de mão de obra, porém, acarretou maior lucro; em contrapartida, os produtores com pouco ou desprovido de capitais, sem capacidade de acompanhar as tecnologias de produção oferecidas pelo mercado, reduziram sua área de produção, este fator aumentou ainda mais as desigualdades sociais no campo. Tal padrão caracteristicamente seletivo, também atingiu a agricultura familiar.

Mas, para agravar a situação, segundo Fernandes (1998), a agricultura familiar vem sendo acometida por políticas agrícolas que contribuem para com a sua desestruturação. A luta pela terra e pela reforma agrária permanece como enfrentamento e resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural: o agronegócio.

Nesse contexto, cada vez mais os movimentos de luta pela terra vão ganhando corpo e fortalecendo suas marchas e ocupações, mesmo ocorrendo perseguições patrocinadas pelos grandes proprietários. Com isso, a reforma agrária tornou-se uma medida urgente para alocar essas famílias que não possuíam um lote de terra para desenvolver seus sistemas produtivos. Assim, para Da Ros (2006, p.181) “a emergência das ocupações de terra no final dos anos 70 e início dos 80 representava a disposição dos camponeses sem-terra de lutar por terra nos seus estados de origem e, ao mesmo tempo, uma reação contra os projetos de colonização⁸”.

Ainda, Corrêa (2013), cita que desde meados da década de 1980, o caráter viável da modernização agrícola foi questionado para além das mobilizações sociais e das transformações técnico-produtivas e econômicas. No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 marcam a projeção social e o reconhecimento político institucional da agricultura familiar, em que se incluem os assentamentos de reforma agrária.

A reforma agrária ocorreu no Brasil não como reforma agrária em si, mas como “Políticas de Assentamentos”. Para Alentejano (2003), ao fazer um balanço

⁸ Sobre o assunto consultar os autores Alberto Passos Guimarães, no livro “Quatro séculos de latifúndio” (1981) e Caio Prado Júnior, no livro “A questão agrária” (1979).

sobre as interpretações favoráveis a uma política de reforma agrária nos anos 1990, identificou três concepções: a reforma agrária como política social compensatória, reforma agrária como política distributiva e a reforma agrária voltada à transformação do modelo de desenvolvimento vigente. Tais fatores colaboraram para a não realização de uma reforma agrária efetiva no Brasil.

A reforma agrária enquanto política compensatória consiste em distribuir terras somente, porém, não se transforma a estrutura fundiária, que permanece concentrada. O governo reestrutura os assentamentos já consolidados e desapropria algumas áreas mediante a pressão dos movimentos sociais. Ainda, o governo implanta programas assistenciais, a exemplo da bolsa família, para atenuar a miséria no campo.

As políticas distributivas de terras ocorreram no Brasil com frequência, pois o questionamento da propriedade improdutiva trouxe a tona o debate sobre o acentuado processo e concentração fundiária como causa das desigualdades sociais. Esse discurso distributivista esbarra em reações vigorosas por parte dos donos de terras.

A reforma agrária voltada à transformação do modelo de desenvolvimento vigente é urgente, “é encarada como um processo amplo que deverá abarcar todo o campo brasileiro e todas as categorias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, visando uma efetiva reconstrução da sociedade e do campo brasileiro” (ALENTEJANO, 1996, p.29).

A partir das informações anteriores e percebendo a reforma agrária como possibilidade de ampliação na produção de alimentos de qualidade e diversidade, voltada ao abastecimento interno e para exportação, nas formas de trabalho, produz profundas transformações socioespaciais que implicam não apenas redistribuição de terras, mas através de políticas públicas eficientes, para que os agricultores assentados permaneçam na terra, vivendo e produzindo.

Para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁹, a reforma agrária é “o conjunto de medidas que busca uma melhor distribuição da terra, mediante a modificação do regime de posse e uso, com a finalidade de atender os princípios da justiça social e o aumento da produtividade” (INCRA, 1997, p. 15).

⁹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (INCRA, 2014).

O fortalecimento da luta pela terra e pela reforma agrária ganha maior visibilidade na década de 1980 no RS, na qual, ocorreram várias ocupações por parte do MST em fazendas no Rio Grande do Sul, merecem destaque a ocupação da fazenda Macali e Brilhante, ambas em Ronda Alta. Tais ocupações foram marcadas por forte repressão policial, a exemplo da ocupação da Fazenda Annoni, em outubro de 1980.

1.2 Considerações referentes ao I e II Plano Nacional de Reforma Agrária

Durante o mandato do Presidente José Sarney (1985-1990), foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) que previa assentar 1.000.000 e 400.000 famílias. Os resultados do I PNRA se mostraram distante do previsto, pois foram assentadas somente 89.950 famílias, ou seja, apenas 6,4% das metas deste programa.

Para pressionar o governo e aumentar o número de assentamentos, os colonos acampados na fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, o MST promoveu uma caminhada até Porto Alegre, em maio e junho de 1986. As ocupações e desapropriações das referidas fazendas foram um importante marco para a reforma agrária, tanto em âmbito federal quanto estadual.

Para Da Ros (2006, p. 177) “nos anos posteriores a 1989, observou-se um abandono dos planos de reforma agrária por parte do governo federal, o que levou o MST a concentrar as suas pressões sobre o governo estadual, resultando numa tímida ação de compras de terras”.

Em São Gabriel a questão agrária teve maior ênfase no final dos anos de 1990. Neste período foram criados os assentamentos, que desde sua formação receberam maior atenção por parte dos movimentos sociais, meio acadêmico e órgãos governamentais. Sendo que, para muitos analistas, é necessário integrar as políticas de reforma agrária ao desenvolvimento rural sustentável, na busca principalmente por soberania alimentar¹⁰ e conservação dos recursos naturais.

¹⁰ Soberania alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades (VANKRUNKELSVEN, 2006, p. 1).

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 1998 foram criados vários assentamentos no Brasil e relevantes políticas agrárias foram criadas, pode-se citar: O PROCERA¹¹, o projeto Lumiar¹²; lei para tornar mais rápido as desapropriações; alterações no Imposto Rural Territorial (ITR)¹³, entre outras.

Porém, no seu segundo mandato (1999 – 2002), o número de assentamentos diminuiu e, pela falta de políticas e pouca infraestrutura nos assentamentos, muitos agricultores saem dos lotes, pela conseqüente diminuição na qualidade de vida das famílias assentadas.

As principais políticas agrárias previstas para o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 a 2002, foram: descentralização da reforma agrária, fundação do Banco da Terra¹⁴ e a extinção do projeto Lumiar. Através de tais políticas, o governo tinha por objetivo acalmar as pressões do estado quanto à realização da reforma agrária, proporcionar a compra de terras para criação de assentamentos. Porém, uma das medidas mais nefastas de Fernando Henrique Cardoso foi a desvinculação dos assentamentos da assistência técnica.

Fernandes (2004) cita que, embora Fernando Henrique Cardoso tenha dito que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o aumento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a 120.000 famílias, a precarização dos assentamentos criados, que foram implantados como projetos incompletos, não dispendo de infraestrutura básica, de crédito agrícola e de investimento. Foi instituída uma Reforma Agrária e uma política compensatória, a exemplo do PRONAF, que consiste em atender parcialmente as reivindicações das famílias que ocupam terras. Depois de assentadas, as famílias se mobilizam novamente para

¹¹ O PROCERA foi o programa de Crédito Especial para as áreas de Reforma Agrária (INCRA, PNUD).

¹² O Projeto Lumiar era um Projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária (INCRA, PNUD).

¹³ O ITR tem sua definição no art. 1º: O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano (LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996).

¹⁴ O Banco da Terra tinha por mérito financiar o acesso a terra e aos investimentos em infraestrutura básica a trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais, minifundiários, arrendatários, meeiros e posseiros (CAMARGO, MUSSOI, CAZELLA, 2005).

pressionar o Estado a oferecer infraestruturas como moradia, saúde, educação, entre outras.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), mandato da criação do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), não foram cumpridas as metas estabelecidas, ocorrendo cada vez mais a precarização dos assentamentos de reforma agrária.

Para Oliveira (2007), o MDA/INCRA não cumpriu as metas do II PNRA, pois:

O governo “LULA” fechou o terceiro ano do mandato, acumulando uma diferença negativa na relação números alcançados e metas estipuladas de 180.702 famílias pelos cálculos do Laboratório Agrária USP / Instituto Íande. Isto quer dizer que o MDA/INCRA assentou referente à Meta 1 do II PNRA, apenas e tão somente 85.966 famílias, ou 33% das metas estabelecidas para os três primeiros anos de governo. Pode-se concluir, portanto, que apenas um terço das metas foram atingidas, e com ele a tese da não reforma agrária. (OLIVEIRA, 2007, p. 171).

No gráfico 1, pode-se visualizar o número de famílias assentadas de 1995 a 2006, demonstrando: ora o crescimento, ora a diminuição do número de famílias assentadas e o não cumprimento das metas do II PNRA.

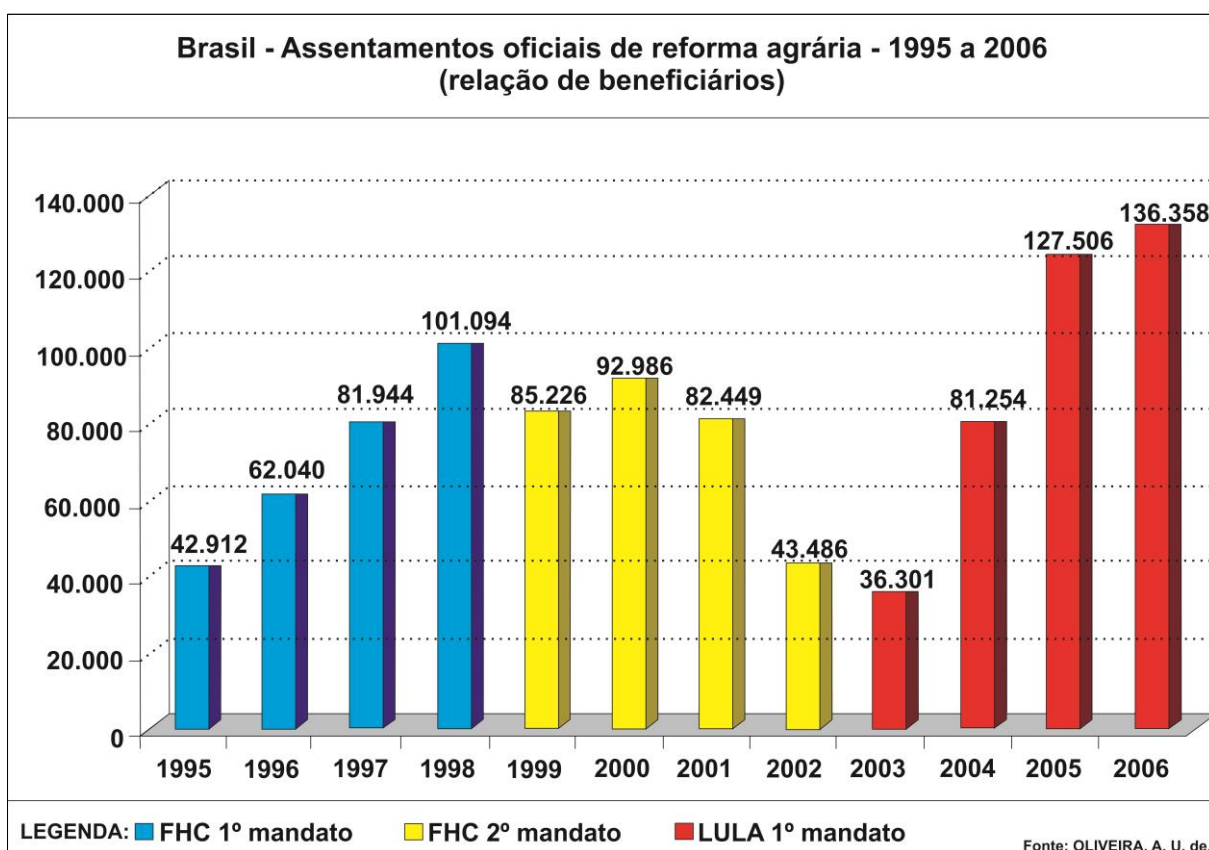


Gráfico 1: As famílias assentadas no Brasil até o ano de 2006.

Fonte: Oliveira, A. U. de.; 2007.

O gráfico 1 nos aponta que houve um aumento e, em um segundo momento; o decréscimo do número de famílias assentadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Destacamos que o número de famílias assentadas ficou abaixo das metas estabelecidas no II PNRA. Levando em conta tais fatores, vê-se ainda que, com a elaboração do II PNRA no ano de 2005, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República foi se consolidando a compreensão de que a pobreza, a concentração de terras e o êxodo rural seriam uma decorrência natural da urbanização e da modernização da agricultura promotora do progresso.

Assim, é possível observar que o II PNRA, em 2005, não dinamizou ou auxiliou os assentados, ocorrendo assim o descaso para com as políticas públicas voltadas ao MST. A partir do ano de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva cria novos assentamentos, porém não cumpre nem a primeira meta do II PNRA, que era de assentar 400.000 novas famílias. O que ocorreu neste processo foram apenas o cumprimento de metas do I PNRA e o descaso das políticas públicas para com os assentados. No gráfico 2 pode-se visualizar os dados referentes às metas do II PNRA e a criação dos assentamentos de reforma agrária durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

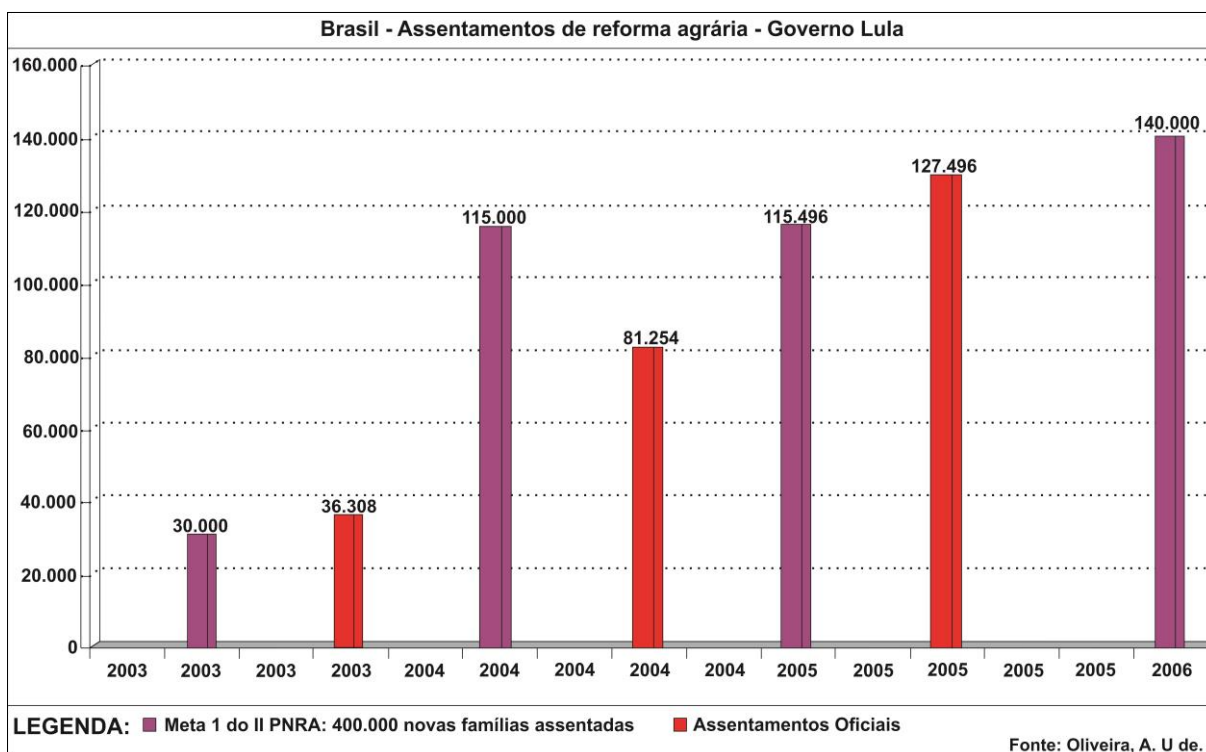


Gráfico 2: Os assentamentos de reforma agrária implantados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Adaptado de Oliveira, A. U. de. (2007).

Org: ZANON, J. S.

A primeira meta do II PNRA era de assentar 400.000 novas famílias e a segunda meta era regularizar a posse de terra de 500.000 famílias. Quando se observa o total de assentamentos oficiais criados até 2005 pelo MDA/INCRA, com a soma das duas metas verifica-se que é de 245.058. O que quer dizer que o MDA/INCRA cumpriu apenas e tão somente, 43,8% das metas 1 e 2 do II PNRA. (OLIVEIRA, 2007).

A ausência de políticas públicas que garantissem a infraestrutura básica e assistência técnica, o processo incompleto de reformas agrárias e o agravamento da precária situação das famílias nos assentamentos, a falta de infraestruturas básicas como luz, rede de água e estradas levou os assentados muitas vezes a desistirem dos lotes. Esta situação demonstra a urgência da reorientação das políticas para recuperar os assentamentos e abrir novos horizontes à população beneficiária.

Para muitos autores, a questão agrária brasileira seria, então, um tema superado. Diante dessa “inevitabilidade” da modernização e do progresso, só restariam aos “pobres do campo”, políticas sociais de caráter compensatório e à agricultura familiar seguir na sua luta inglória pela sobrevivência, impactada pela incapacidade de produzir excedentes.

Para Carvalho Filho,

A reforma agrária continua sendo vista como uma política compensadora e assistencialista. A este respeito podemos dizer que a política agrária é um instrumento de implementação da reforma agrária, permanecendo como política secundária e, como consequência ela não é tida como objetivo prioritário nacional. O autor ainda destaca que o que é feito são somente programas de assentamento que ficam longe de serem chamados de reforma. As reformas agrárias que se efetuaram até hoje em nosso país são pouco significativas frente às demandas dos trabalhadores sem-terra. (CARVALHO FILHO, 1997, p. 27)



A reforma agrária não conseguiu transformar a estrutura fundiária concentrada no Brasil, apenas realizou desapropriações pontuais que se deram principalmente por políticas de crédito fundiário¹⁵, transformando terras pouco produtivas em ativos financeiros que favoreceram quase que na totalidade os grandes proprietários fundiários.

[...] a pequena propriedade é um produto de lutas de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, [...], o instrumento decisivo da vitória dos sem terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores. (GUIMARÃES, 1968, p. 151).

A conquista da terra através da reforma agrária no Brasil se deu de forma “conturbada”, com intensa luta dos agricultores que, por vezes, eram reprimidos pelos militares e pela elite agrária. O movimento ganhou muitos adeptos desde sua criação até os dias atuais e permanece como um movimento que luta pelo direito de acesso a terra das classes sociais desprivilegiadas pelo processo de modernização da agricultura. Algumas das trajetórias mais importantes de luta pela terra e as políticas voltadas à reforma agrária são visualizadas no quadro 1.

Quadro 1: Entre as dificuldades e conquistas da luta pela terra no Brasil.

¹⁵ O Programa Nacional de Crédito Fundiário é parte do Programa Nacional de Reforma Agrária e constitui um mecanismo complementar de acesso a terra. Através do financiamento da compra de terras e dos investimentos básicos necessários à estruturação das novas unidades produtivas constituídas, o Programa permite a incorporação, ao programa de Reforma Agrária, de áreas que não poderiam ser contempladas por outros mecanismos, em particular propriedades com áreas inferiores a 15 módulos fiscais ou propriedades produtivas (MDA, 2005).

A luta pela terra no Brasil e no Rio Grande do Sul	
1950 -As Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a luta pela Terra.	1990 -Criação de diversos assentamentos na Campanha Gaúcha -Reconhecimento e criação de instituições e apoio à agricultura familiar
1964 - 1970 -O Estatuto da Terra, lei nº 4.504 garante o direito a reforma agrária -Estatuto do Trabalhador Rural	1990-2000 -O MST começa a intensificar a luta pela Terra no município de São Gabriel -Crescimento da mecanização agrícola
1970 - 1980 -Modernização Induzida -Várias ocupações por parte do MST -Ocupação das Fazendas Macali, Brilhante e Annoni no Rio Grande do Sul	2000 - 2002 -FHC: descentralização da reforma agrária -Precarização dos assentamentos -Falta de infraestruturas nos assentamentos -Poucas famílias foram assentadas no Brasil
1980 - 1990 -Muitas Famílias foram assentadas no estado -Acampamento Encruzilhada Natalino, em Sarandi no Rio Grande do Sul	2003 - 2006 -Reforma agrária implantada enquanto política compensatória -Descaso das políticas públicas voltadas ao MST
Organização: João Zanon Data de elaboração: 03/01/2015 <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">   </div>	

Fonte: Elaboração própria.

Org.: ZANON, J.S.

O quadro 1 mostra as organizações de luta pela terra, as políticas importantes no fortalecimento do processo de reforma agrária e que colaboraram para a criação dos assentamentos no Brasil, no Rio Grande do Sul e no município de São Gabriel.

É na esteira desse processo conflituoso, que as famílias, ao ingressar no MST, passam a reivindicar pelo direito do acesso a terra, resistindo às pressões sociais, enfrentando adversidades climáticas e, por vezes a falta de alimentos. Persistir na luta é um ato de coragem, pois muitas pessoas que ingressam no movimento acabam desistindo na primeira dificuldade, mas outras seguem e conseguem o tão sonhado lote para o desenvolvimento dos mais variados sistemas produtivos.

A reforma agrária não deve ser apenas vista pelo estado como política compensatória e sim uma reforma estrutural, que modifique não apenas a distribuição de terras, desfazendo a concentração fundiária e, transferindo a renda da terra para quem nela trabalha e dela retire seu sustento.

Para Alantejano (2004), a criação de assentamentos não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetiva de produção, comercialização e melhoria das condições de vida, uma vez que as obras de infraestrutura - produtiva e social - necessárias não são realizadas na maior parte dos assentamentos criados. Porém, a realidade é que não há estradas para escoamento da produção, ou as mesmas encontram-se em estado precário, a assistência técnica é inexistente ou precária, faltam escolas e postos de saúde, o que dificulta a vida dos assentados de reforma agrária no Brasil.

A persistência da discussão em torno da questão agrária, da luta pela terra e pela reforma agrária, vai ao encontro da produção de alimentos no campo, pela qual milhões de trabalhadores lutam para estabelecer uma nova relação de sustentabilidade¹⁶. O desdobramento da questão agrária é produto da atuação dos trabalhadores e da contestação dos ruralistas (FERNANDES, 1998). Sem a resolução desta questão por meio de uma reforma agrária efetiva, os Sem-Terra manifestam-se, desafiando a imposição, minando a estrutura fundiária concentrada e saturada.

As famílias camponesas ora ocupam o território, ora são expropriadas e, não conseguindo resistir às políticas do atual modelo de desenvolvimento agropecuário tornam-se, Sem-Terra, num redesenhar do espaço geográfico e político. Essas famílias seguem adiante, enfrentando dificuldades, em defesa da vida e da produção, construindo sua autonomia e exercendo sua cidadania. A terra existe, assim como luta, fome, Lei, justiça e esperança.

1.3 As principais políticas de reforma agrária no cenário do Rio Grande do Sul

Desde o seu surgimento, o MST tem tido uma forte presença no cenário político estadual, protagonizando iniciativas na luta pelo acesso a terra que resultaram no aumento do número de assentamentos no Rio Grande do Sul, consolidando-o como a principal referência política na luta por reforma agrária e como alvo preferencial das críticas do patronato rural, das forças políticas conservadoras e de uma parte da mídia local (DA ROS, 2006).

¹⁶ A sustentabilidade refere-se à habilidade de um agrossistema em manter a produção através do tempo, frente aos distúrbios ecológicos e pressões sócio econômicas de longo prazo (Altieri, 1989, p.60).

Quando são analisadas as políticas de reforma agrária no Rio Grande do Sul, percebemos que as principais se deram no governo de Leonel de Moura Brizola (1959 a 1963), porém, este governador sabia que tal processo teria um custo muito alto para o Estado, pois a compra de grandes áreas de terras improdutivas iria exigir capital. Leonel de Moura Brizola defendia a incorporação de diversas classes sociais dentro da perspectiva da redistribuição do capital e da terra, o que confrontava com os interesses regionais do latifúndio já consolidado.

Na década de 1980 foi assentado um número significativo de famílias no Estado, mas buscando soluções imediatas para os conflitos pela terra que se acirravam nesta década.

Durante o governo de Olívio Dutra (1998 – 2002) também foram implantados vários assentamentos de reforma agrária no RS. Eles colaboraram para a promoção de uma reforma agrária mais expressiva, assentando famílias, dando incentivos fiscais e condições aos assentados para obter uma melhoria em sua qualidade de vida.

Dentre os governos do Estado do Rio Grande do Sul, o que mais se destacou em termos de reforma agrária foi o governo de Olívio Dutra. Entre as políticas agrárias, destaca-se o Programa Estadual de Reforma Agrária (PERA)¹⁷ e a utilização de recursos financeiros do Estado (FUNTERRA)¹⁸ para a compra de terras para reforma agrária. Entre os objetivos do programa do governo neste setor destaca-se facilitar o acesso a terra promovendo a reforma agrária, a partir da compra de terras para a instalação dos projetos de assentamento, com incentivos agrícolas para os minifundiários e assentados para que pudessem permanecer na atividade agrícola.

¹⁷ A operacionalização do programa PERA abrangeu 6 subprogramas, entre eles estão: 1) a divisão racional de terras; 2) a política estadual de assentamentos e reassentamentos de agricultores; 3) os pólos regionais de desenvolvimento; 4) o plano de reassentamento de agricultores residentes em áreas indígenas; 5) o plano de reassentamento e desapropriação de agricultores atingidos pela barragem de Dona Francisca; 6) a regularização das posses dos agricultores ocupantes de áreas públicas. Esses subprogramas se constituíram no centro das prioridades da política agrária estadual. Porém, é preciso registrar que o governo desenvolveu ainda outros programas, tais como: a) a política de regularização fundiária e de arrecadação de terras públicas; b) o programa de crédito fundiário Terra e Arroz; c) o projeto dos assentamentos rururbanos (DA ROS, 2006).

¹⁸ Com a Lei n. 10.968, de 26 de julho de 1997 foi alterado o artigo 1º da Lei 7.916 de 16 de Julho de 1984 que instituiu o FUNTERRA, de modo a permitir que os recursos do mesmo fossem utilizados também no pagamento das indenizações. In: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo. Questão das Terras Indígenas: Alternativas de ressarcimento para as famílias desalojadas (DA ROS, 2006).

Nos governos que se seguiram ao de Olívio Dutra, como o de Germano Rigotto (2002 – 2006) e Yeda Crusius (2006 – 2010), não se observou muitos avanços significativos no campo das políticas agrárias e da reforma agrária.

Compreende-se que, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária vêm ao encontro dos tencionamentos do MST, realizando ocupações e servindo como instrumento de pressão ao Estado para que as famílias garantam um lote de terra para desenvolver seus sistemas produtivos de maneira a assegurar-lhes, em longo prazo, o progresso da agricultura familiar no campo, na qual a reforma agrária desempenha importante papel.

1.4 A estrutura fundiária e a reforma agrária no município de São Gabriel

Para compreender o processo de reforma agrária no município de São Gabriel, deve-se compreender que, enquanto ocorrer uma estrutura agrária concentrada nas mãos dos latifundiários, pouco ou quase nada irá avançar na formação de novos assentamentos do MST no município, bem como no Rio Grande do Sul.

Analisando a estrutura fundiária do município de São Gabriel, compreende-se que somente com a criação dos assentamentos será possível uma desconcentração fundiária, fazendo com que as propriedades com mais de 500 hectares sejam redistribuídos de forma a atender as demandas dos integrantes dos movimentos sociais na luta pela terra. No município em questão, percebe-se forte concentração fundiária, com vasta extensão de terras ocupadas por pequeno número de imóveis rurais, conforme exposto na tabela 1.

Tabela 1: Concentração Fundiária do Município de São Gabriel, RS, 2010.

A concentração fundiária no município de São Gabriel - RS - 2010		
Classe de Área	Total de Imóveis	Total de Área (ha)
Mais de 0 e menos de 19 (ha)	17	8,00
1 a menos de 2 (ha)	41	57,30
2 a menos de 5 (ha)	290	996,60
5 a menos de 10 (ha)	413	2.969,60
10 a menos de 25 (ha)	647	10.617,30
25 a menos de 50 (ha)	480	17.059,05
50 a menos de 100 (ha)	486	34.614,48
100 a menos de 200 (ha)	312	43.380,43
200 a menos de 500 (ha)	311	100.249,40
500 a menos de 1.000 (ha)	128	94.906,20
1.000 a menos de 2.000 (ha)	52	71.345,82
2.000 a menos de 2.500 (ha)	10	21.524,45
2.500 a menos de 5.000 (ha)	12	39.326,80
5.000 a menos de 10.000 (ha)	3	19.662,80
10.000 a menos de 20.000 (ha)	1	13.345,30
20.000 a menos de 50.000 (ha)	0	0,00
50.000 a menos de 100.000 (ha)	0	0,00
100.000 e mais (ha)	0	0,00

Fonte: Santos, A.L.M. dos, 2012.

Analisando a estrutura fundiária do município, mais especificamente a quantidade de imóveis rurais versus concentração fundiária, citada por Santos (2012), os imóveis rurais acima de 500 hectares (grandes propriedades) correspondem a apenas 6,4% do total de imóveis rurais do município e ocupam 55,3% da área total. Por sua vez, os imóveis de até 100 hectares (pequenas propriedades), que representam 74,1 % do total de imóveis rurais, ocupam apenas 14,1% da área total dos imóveis rurais. Essas pequenas propriedades indicam, por um lado, a presença camponesa no espaço rural, e por outro, a condição de subalternidade vivenciada por esses sujeitos em função do espaço exíguo que possuem para a sua produção social.

Os assentamentos foram criados em áreas próximas a grandes propriedades de terras, locais onde os agricultores convencionais desenvolvem os cultivos de arroz, milho, eucalipto e soja, principalmente. A agricultura convencional demanda grandes quantidades de terras e de recursos. No município de São Gabriel, a concentração fundiária contribui para que a agricultura convencional aumente suas áreas de produção, ao passo que a agricultura familiar ficou em segundo plano.

Percebe-se então, principalmente no espaço da Campanha Gaúcha, uma predominância de grandes propriedades que compunham o histórico espaço latifundiário ali presente.

O latifúndio, entendido como uma forma de propriedade típica do meio rural brasileiro, caracterizado por exercer padrões de dominação política clientelista e exploração econômica extensiva, de baixa produtividade, tem diminuído em número no Estado, em razão do processo de modernização. Hoje não são muitas as regiões onde é possível identificar um maior número de propriedades com tais características – são por exemplo, as regiões formadas pelo triângulo Cruz Alta – Santiago – São Gabriel e, certamente, em muitos municípios da fronteira [...] (RIEDL E NAVARRO, 1998, p. 223).

Por isso, é importante compreender que é urgente o processo de reformas fundiárias, nas estruturas agrárias, com a consolidação e o processo de desapropriação para a criação dos assentamentos e territorialização dos assentados neste novo espaço de vida.

No município em questão, a desapropriação para a reforma agrária se deu principalmente por dois fatores: as famílias integrantes do MST pressionam a sociedade e o governo, que resultou na compra de terras na qual o governo compra as propriedades inadimplentes através de políticas de crédito fundiário; e pela ocupação de fazendas, a exemplo da fazenda Southall: grande extensão de terra improdutivo. O espaço dos assentamentos em questão se localiza na Depressão Central Sul-Riograndense, um espaço marcado por grandes extensões de terras e forte concentração fundiária.

2. O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL: caracterização do espaço e a historicização dos novos atores de transformação do território.

O espaço considerado alvo deste estudo compreende os assentamentos do município de São Gabriel, mais especificamente os assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze. O município de São Gabriel está localizado nas regiões geomorfológicas da Depressão Central e Escudo Sul-Riograndense, inserido na microrregião da Campanha Central. Suas coordenadas centrais correspondem a 30° 20' 09" Sul e 54° 19' 12" Oeste (IBGE, 2014).

Segundo dados da Prefeitura Municipal (2009), a cidade de São Gabriel foi fundada em 02 de novembro de 1800, pelo espanhol Dom Felix de Azara. Em 16 de dezembro de 1813, o Governador da Província mandou demarcar o terreno onde a

cidade se encontra. Em 1840 foi Capital da Republica Rio-Grandense. Com a Lei Provincial N.º 8 de 04 de abril de 1846, São Gabriel foi elevada a categoria de município, com a instalação da Câmara de Vereadores, cujo presidente exercia o Poder Executivo. O município divide-se em seis distritos: Caçatuba, Tiaraju, Azevedo Sodré, Cerro do Batoví, Vacacaí e Suspiro e o Quilombo Cerro do Ouro.

2.1 Caracterização do espaço do município de São Gabriel.

Sua caracterização física se destaca por apresentar altitude média de 114 metros. Grande parte do município se localiza na região da Depressão Central e ao sul na borda oeste do Escudo Sul-Riograndense, abrangendo parte das planícies dos rios Vacacaí, Santa Maria e Cacequi. A região apresenta paisagens típicas da fronteira gaúcha, onde uso pecuário se mescla com áreas ocupadas pela rizicultura em campos com várzeas. A rede hidrográfica da região desenvolveu amplas várzeas que, durante o período de cheias permanecem alagadas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2009).

A região do município de São Gabriel é dominada por uma variedade do clima subtropical, com características de clima temperado chuvoso e precipitações distribuídas regularmente ao longo do ano. A precipitação média anual é relativamente alta, com valores da ordem de 1300 mm. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2009).

Segundo dados da Prefeitura Municipal de São Gabriel e do IBGE (2009), verificam-se conflitos com relação ao uso do solo. De modo geral, as classes de uso do solo mapeadas estão parcialmente situadas nas áreas legalmente protegidas. Contudo, apenas as classes pertencentes ao meio antrópico caracterizam o conflito de uso, pois resultam em potencial de risco. O território de São Gabriel apresenta 50,48% de cobertura vegetal original.

As características socioeconômicas do município são influenciadas pela qualidade ambiental, abastecimento de água, esgotamento sanitário, entre outros, sendo que as condições sociais estão estritamente ligadas à disponibilidade de tais recursos. Da mesma forma, os indicadores de concentração de renda, de saúde e de alfabetismo são qualitativos para avaliação do desenvolvimento humano mostrando que, em primeira instância, as sociedades que apresentam baixo nível de renda e condições precárias de saneamento registram maiores problemas de saúde

o que reflete também no desempenho da aprendizagem. (PLANO DE SANEAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2009).

Segundo dados do PNUD e da Prefeitura Municipal de São Gabriel (2009), o município apresenta mais de 85% da população vivendo em área urbana, sendo que o aumento foi maior, 86%, no período 1970-2000. No que se refere à educação, o município apresentou no ano de 2000 uma taxa “bruta” de frequência à escola e uma taxa de alfabetização pouco abaixo da média estadual para os dois Censos do IBGE (2006 e 2010), com uma taxa de alfabetização de 88,55%, sendo que a média estadual ficou em torno de 91% em 2009.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de São Gabriel - PDDUA (2007)¹⁹, a exemplo dos municípios caracterizados pelos COREDES²⁰ e classificados como Região Funcional 6, caracterizando-se por base econômica ligada ao setor primário vinculado à agropecuária, onde predomina a produção de arroz, soja e gado de corte (quarto maior rebanho do RS). Há também no município uma expansão da bacia leiteira e um significativo cultivo de milho e sorgo. A ovinocultura da região é uma das mais representativas do Estado, com produção de carnes, cordeiro e lã. As recentes iniciativas voltadas para a diversificação de culturas agrícolas estão sendo desenvolvidos com a piscicultura, apicultura e a horticultura.

Os campos do município têm sido usados para criação de gado desde a sua introdução nas Missões dos Guaranis cristianizados pelos jesuítas no século XVII. As atividades pecuárias têm mantido a paisagem campestre característica da região. Verifica-se que no município predominam terrenos de baixa declividade, principalmente nas regiões de várzea, o que favorece o cultivo do arroz irrigado (RELATÓRIO PDDUA, 2007).

As condições de solo nos assentamentos de São Gabriel também são diferentes das regiões de origem dos assentados, oriundos da região norte do RS e da Região Metropolitana de Porto Alegre, principalmente. O solo da Campanha Gaúcha é pouco fértil e arenoso, bem diferente dos solos ao norte do RS, onde se

¹⁹ A Lei Complementar nº 002/08, DE 02 de julho de 2008 no seu art.1º institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de São Gabriel - PDDUA - como instrumento da Política Urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL).

²⁰ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994 e é um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional (SEPLAG, 2014).

encontram solos profundos e férteis. Os assentados citam que, no início, se adaptar a essa nova realidade de solo, requereu aprendizado de um novo manejo no desenvolvimento dos sistemas produtivos e nas formas de vida das famílias.

Nos assentamentos estudados, há uma predominância de atividades agropecuárias baseadas na produção de arroz orgânico, hortifrutigranjeiros, gado de leite, gado de corte, ovinocultura, apicultura, criação de suínos, galinha caipira, entre outros.

Com a vinda dos assentados, a reforma agrária em São Gabriel ficou fortemente ligada a aspectos históricos. O MST ganhou força no município de São Gabriel na década de 1980 e conquistou vários assentamentos em nível de Estado. Mas, apesar de todas as contradições do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva durante a criação dos assentamentos na região, uma das primeiras medidas, quando ainda havia um esforço mais considerável em de fato avançar na reforma agrária, o governo entrou em embate com o judiciário, e, em diálogo com essa demanda da reforma agrária, desapropriou a fazenda Southall em São Gabriel, que possivelmente, seja uma concessão de sesmaria. Isso fez com que os acampados, ancorados neste processo de desapropriação que o Governo Federal desencadeou, iniciou uma trajetória histórica com o processo de reforma agrária, sendo desencadeado um conjunto de lutas em São Gabriel, os acampados foram duramente reprimidos tanto pela polícia quanto pela elite agrária do Município.

Os assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze, estudados nesta pesquisa, foram criados nos anos de 2008, 2009 e 2010, esse processo resultou em “lutas” e negociações entre assentados, INCRA e com proprietários de São Gabriel e região. O MST conquistou sete assentamentos na região, para onde vieram famílias de diversas áreas do Estado.

Os assentados que se deslocavam para o Município foram reprimidos pela sociedade e pela polícia. O que marcou esse processo foi a carta de repúdio dirigida aos assentados.

Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada nesses anos, seja agora maculada pelos pés deformados e sujos da escória humana. São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora que abrigar o que de pior existe no seio da sociedade. Nós não merecemos que essa massa podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer o roubo, a violência, o estupro, a morte. Estes ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra, só

assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados. Aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir e não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel. Se tu, gabrielense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza a noite 100 litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles. Se tu, gabrielense amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber, rato envenenado bebe mais água ainda. Se tu, gabrielense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22 atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo há 1200 metros de distância. FIM AOS RATOS. VIVA O POVO GABRIELENSE (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256696.shtml>, 2003).

As afirmações “pegar em armas” para eliminar os “ratos” é assegurar os interesses dos latifundiários, detona o poder da elite agrária na Campanha Gaúcha e, o poder que o militarismo local impõe aos assentados da reforma agrária.

A formação dos assentamentos em São Gabriel ocorreu por um processo de luta intensa, devido à forte oposição do latifúndio no município. São Gabriel é historicamente conhecido no Rio Grande do Sul como “Terra dos Marechais”.

O município de São Gabriel é historicamente ligado às armas, Terra dos Marechais como é chamada, já que lá nasceram os Marechais João Patrício Mena Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, o Presidente da República Hermes da Fonseca e Marcarenhas de Moraes, o comandante da Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial, durante as batalhas na Itália. (ARRUDA, 2011 p. 40).

O título de “Terra dos Marechais” pressupõe o poder da classe latifundiária dominante, mostra a força que o rural latifundiário continua a exercer, na qual a propriedade da terra e as múltiplas relações de poder que se produzem a partir de seu domínio, ainda são, neste início de século XXI dominados pela lógica do modo capitalista de produção. Tais fatores são de extrema importância para compreensão dos conflitos oriundos pela formação dos assentamentos no município de São Gabriel.

2.2 A luta pela terra em São Gabriel e a reterritorialização dos agricultores familiares sem-terra

O MST passou a intensificar a luta pela terra no município de São Gabriel na década de 1990 e de 2000, com a luta pela terra que é protagonizada pelo movimento social e que é fortemente reacionada pela classe dominante do município. Esses embates se deram inicialmente pela desapropriação da Fazenda

Southall, tencionando então o MST contra os sistemas hierárquicos de poder no município.

Percebendo esse contexto conflituoso decorrente de um espaço rural marcado por desigualdades, sistemas hierárquicos de poder e muitos conflitos, neste processo de disputa e enfrentamento estabelecido pelo MST, construíram-se espaços-tempo de luta e resistência através dos quais esse movimento social foi capaz de produzir uma crise de hegemonia momentânea nos domínios do latifúndio e do agronegócio.

Então, a luta pela terra e a reforma agrária garantiram a instalação de assentamentos, gerando modificações na paisagem, no território, na vida das famílias e nas formas de produção.

Os assentamentos de reforma agrária constituem a materialização da luta dos sujeitos do campo que buscam um local onde possam se estabilizar e progredir materialmente e socialmente. Os assentamentos de reforma agrária são criados pelo governo federal através do INCRA. Porém, o processo de constituição de um assentamento é lento, devido aos tramites legais do processo de desapropriação.

Com a conquista dos assentamentos, inicia-se uma nova fase no processo de espacialização e territorialização do MST em São Gabriel, pois o assentamento, ao ser concebido como um território conquistado representa, sobretudo, a possibilidade de territorialização do MST (FERNANDES, 1996). Assim, emergem novas frentes de luta, que se materializam no espaço produzido pelas famílias organizadas pelo movimento dos Sem-Terra. A luta por viver e produzir na terra conquistada, bem como a luta pela conquista de novos assentamentos promovem a mudança nas relações de poder e consolidam o processo de territorialização do movimento social.

Os Sem-Terra se territorializam no espaço e se apropriam deste. Dessa forma, compreendemos o processo de territorialização da seguinte forma.

Territorializar-se significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de 'dominação' e 'apropriação' ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 97).

Avançando no processo das lutas sociais e da reforma agrária no município e no Rio Grande do Sul:

A ideia de assentamento está diretamente relacionada à de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e

resistência; `integrados` ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantam a manutenção de sua existência. Nesse sentido, a terra é também o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais. É nesse contexto que os espaços dos assentamentos e as diferentes dimensões das relações aí desenvolvidas pelos sujeitos emergentes nos interessam como processo socioespacial, em e onde se expressam as dimensões dos interesses da classe: como o acesso a terra, a organização do espaço econômico, cultural e político, pela reinserção no processo produtivo, participando da sociedade como cidadãos [...].(FERNANDES, 1998, p. 22).

A ocupação de terras improdutivas, se territorializando no espaço dos assentamentos, faz com que os agricultores desenvolvam novas técnicas agrícolas, bem como a busca por um modelo que vise diminuir os problemas ambientais, econômicos e sociais, buscando qualidade de vida. Para chegar a tal patamar de sustentabilidade os assentados estão se organizando em grupos de produção, por afinidades produtivas, desenvolvendo sua produção de forma orgânica, a exemplo do arroz, e ainda produzindo alimentos de qualidade para sua subsistência.

A desapropriação para a reforma agrária de tais latifúndios e a opção pelo plantio de arroz orgânico nos assentamentos de São Gabriel é fruto de uma experiência exitosa realizada pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), localizada no município de Nova Santa Rita, onde os assentados estão transformando seus sistemas produtivos e trabalhando com formas de agricultura familiar sustentável, desenvolvendo um novo padrão de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, resgatando a cidadania dos camponeses.

A formação dos assentamentos no município de São Gabriel, o espaço, até então homogêneo pela presença do latifúndio monocultor adquiriu caráter heterogêneo com a vinda dos agricultores familiares Sem-Terra, expressa na diversidade produtiva e nos modos de vida.

A identificação do espaço rural como *locus* exclusivo da produção agrícola cede lugar a um espaço heterogêneo, configurado pela diversidade produtiva e de modos de vida. No momento em que o espaço rural assume novos papéis, questionam-se as funções capazes de promover seu desenvolvimento. Entretanto a ênfase na agricultura ainda permanece central nas políticas de desenvolvimento rural. Nesse sentido, essas políticas necessitam abarcar não só as questões referentes à produção agrícola propriamente dita, mas também as demais atividades praticadas no espaço rural. (DAVID, 2008 p. 16).

Os assentamentos formados a partir da luta contra o latifúndio, produziram no espaço várias transformações, oriundas das novas territorializações do MST no

município de São Gabriel. Aliado a este processo observa-se também transformações que a produção do arroz gerou e tem gerado neste território.

As dinâmicas da sociedade no espaço-tempo irão refletir o processo de mudança quali-quantitativa de transformação do espaço nos assentamentos em questão. As transformações espaciais na área de estudo, a formação de um espaço heterogêneo nos leva a compreender o processo de espacialização e territorialização do MST, que possibilitou a desterritorialização parcial das relações sociais instituídas pelo latifúndio e pelo agronegócio. Porém, o território não desaparece e é nesta dinâmica que tem havido transformações na produção do espaço em questão.

[...] o campesinato e o agronegócio produzem seus territórios como condição de suas recriações por meio da territorialização. Esse processo gera conflitualidade por meio dos enfrentamentos entre essas diferentes relações sociais. Os sujeitos sintagmáticos elaboram seus programas e projetos de desenvolvimento que contemplam a expansão de seus territórios. (GIRARDI; FERNANDES, 2009, p.342).

Seguindo o mesmo raciocínio, Santos (2012) coloca que com a luta pela terra e a luta na terra fez com que aos poucos as relações sociais instituídas pelo latifúndio e agronegócio vão sendo desterritorializados do espaço, que passa a ser apropriado material e simbolicamente pelas famílias assentadas. Assim, com os processos sociais que imprimem para a reprodução de suas vidas, como a nova relação que estabelecem com a terra, as relações de trabalho, a cultura política de organização e participação, bem como as diferentes estratégias traçadas para o desenvolvimento do arroz nos assentamentos, a estrutura, as formas e funções que compõem o espaço geográfico vão sendo transformadas.

Ao produzir arroz orgânico, os assentados recriam novas funcionalidades e transformam a dinâmica do espaço. Esses novos lugares de virtualidades e funcionalidades, mesmo não dispendo de uma real autonomia, influenciam no desenvolvimento do País como um todo, e, sobretudo, mudam a significação dos lugares no conjunto do espaço. Pois, segundo Santos:

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o “valor” desse lugar muda; e assim o “valor” de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso,

a uma nova significação para cada um e para todos os lugares. (SANTOS, 2008, p. 66).

A produção e as atividades relacionadas tem um lugar próprio no espaço, reflexo do movimento da sociedade que se exprime através de processos que, desdobrando-se através de funções e se realizando mediante formas. Assim, se estabelece uma nova geografia, com a criação de novas formas para atender a novas funções ou simplesmente pela alteração das formas já existentes.

Com relação às modificações inerentes das relações sociais sobre o espaço e às novas territorializações produzidas com a criação dos assentamentos em São Gabriel, compreende-se o território sob diferentes perspectivas:

[...] existem definições mais integradoras, como a que defendemos aqui, e que vêem o território – ou os processos de territorialização – como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação). (HAESBAERT, 2007 p. 235).

As relações de poder materializadas no espaço estão implícitas ao conceito de território.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. [...] o território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 43).

O processo de reforma agrária, produzindo novos territórios, lutas e conflitos, através de dominação, de apropriação e por relações de poder que se fazem presentes, devido às tentativas sistemáticas de manutenção da grande propriedade na maior parte das vezes improdutiva ou pouco produtiva. Esses latifúndios em grande medida, além de pouco produtivos, apresentavam vultosas dívidas pelo não pagamento dos impostos sobre a propriedade territorial rural (ITR), o que levou a muitos latifúndios no Brasil serem destinados a reforma agrária.

É possível compreender como os diferentes agentes constroem diferentes territórios, neste contexto, a agricultura familiar se desenvolve nos assentamentos e, a partir da produção do arroz de base agroecológica os assentados passam a produzir uma nova territorialidade e conseqüentemente, revalorizando seu espaço rural.

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os autores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Para Raffestin (1993), a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

Quando assentado, o agricultor passa a valorizar a terra conquistada, sentindo grande orgulho em poder desenvolver os sistemas produtivos alternativos que contariam o modelo agrícola produtivista expresso pela agricultura convencional. Então, as famílias assentadas passam a ter autonomia produtiva nos lotes, se fixando no espaço geográfico em questão e produzindo nesse espaço uma nova territorialidade.

2.3 A origem dos agricultores familiares assentados em São Gabriel

As famílias assentadas em São Gabriel são oriundas de diferentes espaços, de diversos acampamentos e oriundas de vários municípios do Estado, dentre eles destacam-se Rosário do Sul, Nova Santa Rita, Pedro Osório, Canguçu, Santana do Livramento, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e do acampamento localizado na fazenda Southall, no município de São Gabriel.

A diversidade de famílias está expressa na fala de um dos assentados.

Aqui neste assentamento veio gente de diversos municípios. Eu sou natural do município de Rosário do Sul. Busquei o MST por que é uma opção de sobrevivência. Lá em Rosário eu trabalhava muito de “carroceiro” e nunca tive dinheiro para comprar um “pedaço de terra”. Eu acampeei no assentamento Elton Brum e depois de quatro anos embaixo da lona, finalmente eu ganhei meu lote. (Entrevistado A.C.N., Assentamento Cristo Rei).

A figura 4 evidencia os fluxos de reterritorialização das famílias organizadas no MST, no espaço do Rio Grande do Sul em direção aos assentamentos formados em São Gabriel.

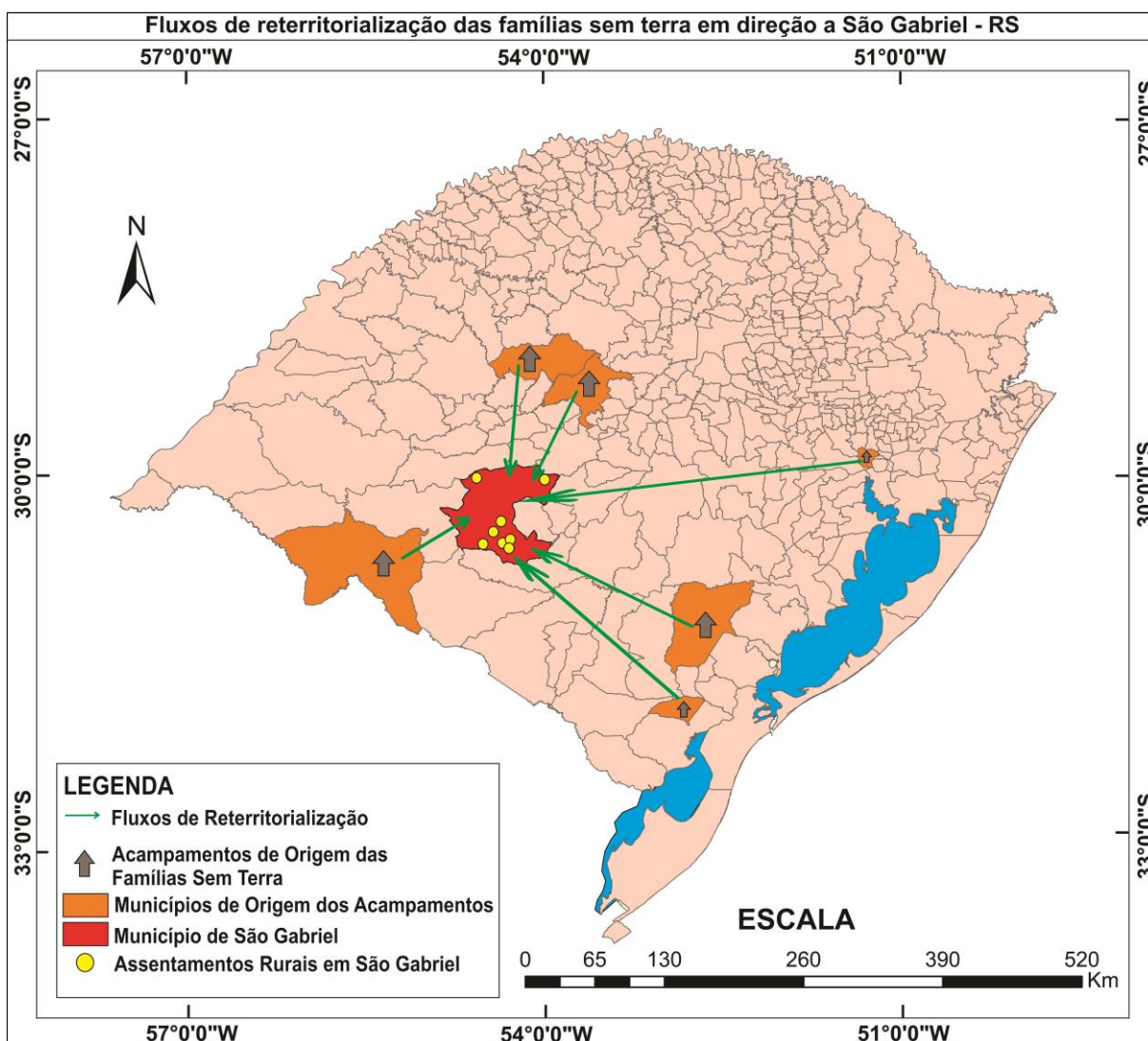


Figura 4: Origem das famílias assentadas em São Gabriel no ano de 2011.

Fonte: Adaptado de Santos, A. L. M. dos, 2012.

A diversidade de famílias que se dirigiram para os assentamentos do município compunha ainda outros movimentos, como o dos Municípios de Tupanciretã, cujas famílias conquistaram a terra na medida em que o MST, movimento socioterritorial territorializado conseguiu recolocar em pauta a questão agrária no Rio Grande do Sul. Os espaços conquistados pelas famílias são aos poucos recriados, onde o agricultor familiar assentado reinventa formas de produzir e se reproduzir na terra conquistada.

As famílias se dirigiram para São Gabriel na busca por melhores condições de vida, pois muitas famílias estavam há quatro ou cinco anos nos acampamentos de diversos municípios do RS, enfrentando todas as adversidades, sendo reprimidas pelos militares e pelas classes sociais contrárias ao MST.

Ao chegar aos assentamentos, foram aos poucos construindo suas casas e, com a demarcação dos lotes, as famílias foram cultivando alimentos de subsistência. Nos primeiros anos de formação dos assentamentos, devido à morosidade dos créditos iniciais e de fomento, as famílias enfrentaram as mais variadas dificuldades.

Os agricultores familiares camponeses residentes nos assentamentos estudados provêm na sua maioria do campo, exceto alguns que vieram da região metropolitana de Porto Alegre e tem origem urbana, o que dificulta um pouco até essas pessoas conseguirem compreender e desenvolver os diversos sistemas produtivos e se adaptar na agricultura de maneira satisfatória, retirando da terra renda e sustento para suas famílias.

Ao acampar e posteriormente se fixar no espaço dos assentamentos, estes sujeitos enfrentam muitas dificuldades. No acampamento localizado perto da Fazenda Southall, as famílias ficaram dois anos morando em barracos de lona, enfrentando muitas dificuldades, pois os assentados eram reprimidos por todos os setores da sociedade do município.

Em São Gabriel, as manifestações e lutas pela terra foram fortemente reprimidas pela população do município, pois é espaço marcado pela presença de grandes latifúndios, até mesmo a Fazenda Southall, e pelo fato desses latifúndios serem controlados por uma elite agrária, a população em questão sempre apoiou a classe dominante e nunca visualizou com “bons olhos” os assentamentos de reforma agrária, taxando os assentados com adjetivos pejorativos.

2.4 Os Assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze

A configuração da paisagem da Campanha Gaúcha, cuja base da economia está alicerçada principalmente na pecuária de corte (bovinos e ovinos), nas lavouras empresariais de arroz e nas últimas décadas pela introdução da vitivinicultura e da sojicultura, traz como consequência o despovoamento do campo pela baixa quantidade de mão de obra empregada por tais sistemas. A paisagem original da Campanha Gaúcha pode ser visualizada no mosaico de fotos da Figura 5.

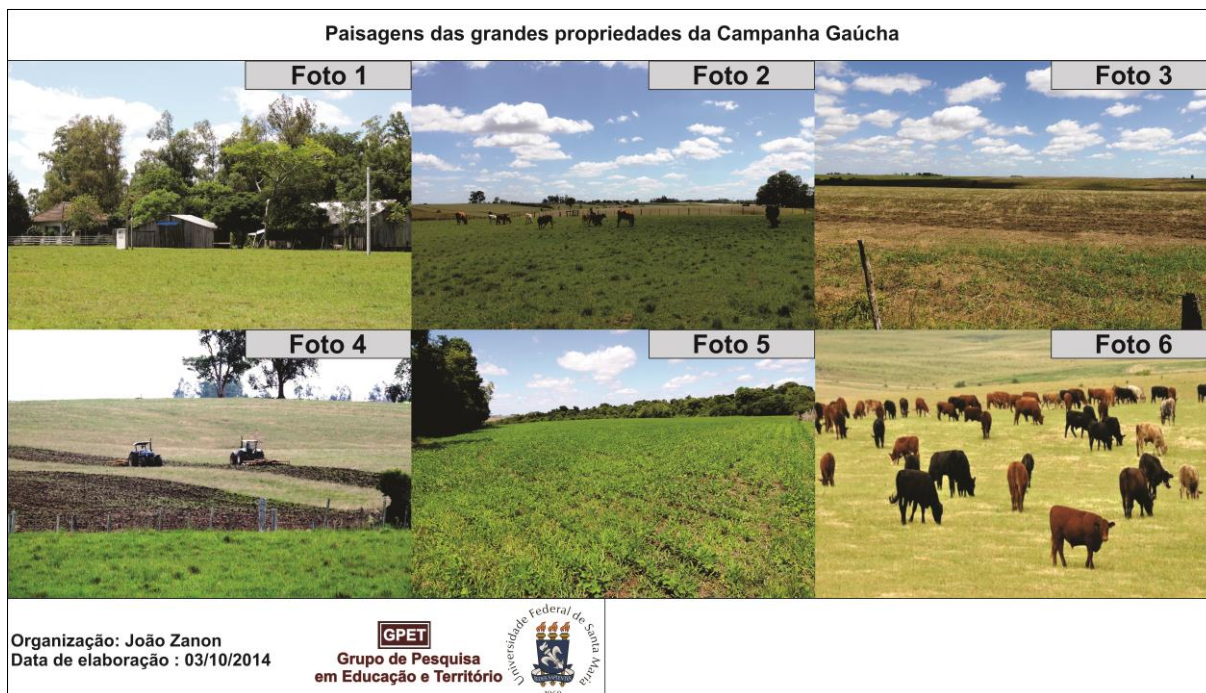


Figura 5: Mosaico de fotos da paisagem das grandes propriedades da Campanha Gaúcha.
Fonte: Arquivos pessoais do pesquisador, 2013.
Org.: ZANON, J.S.

Durante o desenvolvimento do trabalho de campo realizado no ano de 2014, foram observadas diversas atividades, entre elas a agropecuária, expressa na produção de soja e na pecuária de corte, principalmente, conforme podemos visualizar nas fotos 2, 4, 5 e 6 da figura 5.

Com a formação dos assentamentos e criação do território dos camponeses-assentados, a terra explorada e controlada por poucos, dá lugar à terra de trabalho e reprodução da vida, onde mais de 600 famílias conquistam um novo espaço para viver, estabelecendo relações entre si e com a comunidade, bem como a busca pela liberdade e autonomia.

Conforme Santos (2012), é relevante apontar a importância cada vez maior que a família passa a exercer enquanto elemento nuclear das relações estabelecidas por esses sujeitos. Seja nas relações cotidianas, que se estabelecem nos lotes, seja nas relações que estabelecem com a comunidade e fora dela.

A divisão das grandes propriedades resultou na divisão em lotes, com média de 20 hectares cada um, conforme pode ser visualizado na tabela 2.

Tabela 2: Projetos de assentamentos, número de Famílias e média dos lotes em Hectares

Assentamentos de reforma agrária - São Gabriel - RS				
Projeto de Assentamento	Área Adquirida (ha)	Nº de Famílias	Médio dos Lotes (ha)	Ano de Implementação
Guajuviras	4.667,20	50	23.4563	1996
Estância do Céu	4.953,13	225	22.0139	2008
Itaguaçu	2.037,83	99	20.5841	2008
São Paulo 2	122.33	6	20.3885	2008
S.J. Zambeze	873.7	47	18.5894	2008
São Paulo 1	548.70	25	21.9481	2009
Santa Rita	2.252,79	129	17.4635	2009
Trinta e Três	1.835,59	78	23.5232	2010

Fonte: Adaptado de Santos, A. L. M. dos, 2012.

Os assentamentos possuem lotes de aproximadamente 20 hectares cada, sendo que quase todas as famílias adquirem 12 hectares na área de coxilha e 6 hectares na área de várzea, quando disponível, e ainda, respeitando as áreas de Reserva Ambiental e as Áreas de Preservação Permanente (APP).

O assentamento Madre Terra (Fazenda Santa Rita) possui lotes de aproximadamente 17 hectares. Cada família assentada constrói sua casa e desenvolve suas atividades produtivas dentro do limite de fertilidade de solo e das infraestruturas produtivas. As famílias deste assentamento residem em habitações de madeira, sendo que 50% das casas possuem rede de energia elétrica, no entanto, apenas 10% possuem rede de água.

O assentamento Madre Terra se localiza a aproximadamente 70 quilômetros de Santa Maria e a 80 quilômetros de São Gabriel. A entrevistada F.A., do referido assentamento, diz que as famílias que vieram para essa realidade e que sofreram com a distância da cidade, e inicialmente pensaram em desistir, já que muitas famílias vieram dos acampamentos da região metropolitana de Porto Alegre, uma realidade extremamente diferente. Foi um impacto profundo para essas famílias mudar para um lugar bastante distante das cidades e de infraestruturas básicas.

No assentamento Madre Terra, as famílias estão “jogadas” em um projeto de assentamento a 80 quilômetros da cidade de São Gabriel, sem nenhuma estrutura, sem água, sem luz, sem nenhum auxílio médico, sem estradas, onde foram praticamente “esquecidas”, dependendo por longo período da humilhante e

degradante cesta básica do INCRA, e que por vezes, conteve até leite em pó para o sustento das famílias.

No assentamento Cristo Rei (Fazenda Trinta e Três) a situação não é diferente. O assentamento se localiza distante aproximadamente 30 quilômetros da cidade de São Gabriel, os lotes são maiores, com solo arenoso e pouco fértil. A qualidade das habitações é precária, 80% das casas possui energia elétrica, no entanto, apenas 10% tem rede de água e, para dificultar ainda mais, a situação das estradas é precária, tornando a locomoção dos assentados para as cidades um grande problema, o isolamento.

No assentamento Zambeze (Fazenda São José do Zambeze), a falta de estradas, de escolas e de postos de saúde dificulta a vida dos assentados. As habitações no assentamento são precárias e as famílias lutam até hoje para que rede de água seja instaurada. Poucas famílias assentadas possuem habitações bem estruturadas, apesar de 80% das casas possuírem energia elétrica, somente 10% dispõe de rede de água tratada, fazendo com que as famílias adquiram bombas elétricas para puxar água de rios ou de barragens. Isso acaba dificultando a vida de muitas famílias no assentamento. Os modelos das casas e sua infraestrutura estão dispostos na figura 6.



Figura 6: Mosaico de fotos da infraestrutura das casas nos assentamentos de São Gabriel, 2014.
Fonte: Arquivos pessoais do pesquisador, 2014
Org.: ZANON, J. S.

No trabalho de campo foram observadas algumas casas bem estruturadas, a exemplo da foto 1 da figura 6, do assentamento Conquista do Caiboaté, essa casa possui rede de água, energia elétrica, garagem, 3 cômodos e foi pintada recentemente. Porém, a maioria das casas possui pouca ou nenhuma infraestrutura, a exemplo da foto número 6, que não possui rede de água, esgoto ou luz, onde se percebe a diferença entre quem acessou os créditos de reforma agrária e as famílias que ainda não lograram este benefício.

Assim que as famílias chegaram aos assentamentos, utilizaram as estruturas ali disponíveis, que eram as sedes das fazendas, as casas e os galpões da sede, posteriormente montaram barracos de lona em seus lotes, no qual enfrentaram frio, ventos fortes que muitas vezes levantaram os barracos e outrora o calor de mais de 40°C.

Muitas famílias ainda não acessaram os créditos da reforma agrária (crédito de instalação e de fomento),²¹ assim que acessarem os recursos para a construção das casas, elas poderão morar com dignidade, melhorar suas infraestruturas básicas, para posteriormente conseguir desenvolver seus sistemas produtivos.

O assentamento Madre Terra é um dos assentamentos mais precários de infraestruturas e está mais atrasado com relação aos créditos, pois possuem 19 famílias ainda acessando crédito de fomento (crédito de instalação) e com famílias que não acessaram nem o crédito de apoio inicial. Tal assentamento, por ser distante do município, possui as estradas precárias e poucas casas bem estruturadas, devido às famílias não disporem de capitais, ou seja, estão desassistidas de políticas públicas, tanto do INCRA, quando dos demais órgãos governamentais.

²¹ O Crédito de Instalação é formado pelo apoio inicial 1 que é voltado à instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, no valor de até R\$ 2,4 mil por família assentada; o apoio inicial 2 é voltado à aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 2,8 mil por família assentada. O crédito de fomento é voltado à viabilização de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional, além de estímulo da geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6,4 mil por família assentada, divididos em duas operações de até R\$ 3,2 mil (INCRA, 2014).

Segundo os técnicos da COPTec e ATES, para as famílias se reproduzirem nos lotes, elas contam com o fomento do Programa de Reforma Agrária, que abrange um total de R\$ 12.600,00 divididos em três parcelas de R\$ 3.200,00, os quais devem ser investidos em alimentação, construção das primeiras habitações, instrumentos de trabalho e projetos de desenvolvimento dentro dos assentamentos. Entretanto, muitas famílias já estão acerca de três anos assentadas, e sequer tiveram acesso à primeira parcela deste incentivo. Entender tais características, pode auxiliar na compreensão das estratégias de resistência e reprodução das famílias que permanecem nestes assentamentos, assim como, as causas e motivos daquelas famílias que deixaram o local.

Os assentamentos possuem estradas internas precárias, que dificultam o transporte da produção, pois é impossível transportar cargas, incluindo o leite que é objetivo da maioria dos assentados produzirem nos assentamentos, mas que só fica em sonho porque, para piorar, a energia elétrica fundamental para essa linha de produção existe somente em projetos que nunca saíram do papel.

Santos (2012), ao analisar os assentamentos de São Gabriel, enfatiza que, após praticamente três anos da criação dos assentamentos, a instalação de energia elétrica não foi efetuada em muitos locais; muitas famílias sofrem com a falta de água, pois não foram instalados poços artesianos em todos os assentamentos; a precariedade das estradas e a distância dos assentamentos em relação ao espaço urbano do município dificulta o deslocamento das pessoas para as cidades, em busca de serviços diversos, como o acesso à escola para as crianças, a comercialização da produção e o acesso à saúde.

Algumas famílias assentadas vivem em projetos de assentamento em situação de extrema precariedade e abandono e estão submetidas a mais de quatro anos. No assentamento Madre Terra, os assentados afirmam que desde a criação do assentamento, tiveram que fazer várias mobilizações para conseguir minimamente ter acesso às infraestruturas, sendo que o prefeito só prometia, mas pouca coisa avançava e muitas famílias ainda estão sem rede de água, as estradas são emergenciais e o transporte escolar recolhe as crianças e as leva para a escola, porém, os alunos acordam às cinco horas da manhã para pegar o transporte escolar às seis horas e chegar às oito na aula.

A precariedade dos assentamentos em São Gabriel denota o descaso das políticas públicas com a questão da reforma agrária, confirmando a tese defendida

por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) da não reforma agrária, ou reforma agrária pouco eficiente em âmbito federal e estadual.

Na análise de Ramos Filho (2012), os principais componentes da conjuntura agrária atual nos permite inferir que está em curso no Brasil, um movimento de contrarreforma agrária, cuja operação se dá com a hegemonização das teses do paradigma do capitalismo agrário²², desde a “academia”, passando pelas políticas públicas e chegando até o senso comum. Esta forma de explicar a realidade dá suporte e forja uma legitimidade para a opção dos governos petistas de tornar o Brasil uma referência regional e mundial na produção de *commodities*²³, nas políticas de combate à pobreza e miséria, bem como na realização dos investimentos de atualização e ampliação da logística no território sob o discurso de maior integração (econômica) regional, nacional e global.

Seguindo nesta esteira de pensamento, o assentamento rural pode ser considerado como “área de resistência diretamente subordinada constituintes do território capitalista brasileiro e não dos territórios camponeses” (MITIDIÉRO JUNIOR, 2013, p. 11).

Para Cosme (2012, p. 3), no processo de contrarreforma agrária “o Estado assume, contraditoriamente, papel central na expropriação camponesa, seja através da precariedade das políticas para o setor camponês, como do conservadorismo da reforma agrária”. “A contrarreforma agrária e a precariedade das políticas públicas para o setor camponês no Brasil apresentam-se como mecanismos efetivos da reprodução da expropriação camponesa nos assentamentos rurais” (COSME, 2013, p.15).

A discussão referente ao processo de contrarreforma agrária vem sendo citado por vários autores nos dias atuais, e é uma questão a ser debatida na “academia”, pois apesar de todos os esforços do MST em favor dos agricultores

²² O paradigma do capitalismo agrário vê as lutas camponesas como obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista e – evidentemente - não vê o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista (FERNANDES, 2013).

²³ *Commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global (CASTELLO BRANCO, 2008).

familiares, a reforma agrária, tem sido acometida por políticas ineficientes, resultando em crise nos assentamentos no Brasil.

Os assentamentos de reforma agrária, apesar do processo de contrarreforma agrária em curso, buscam constantemente, diversificar os sistemas produtivos orgânicos, desenvolvendo sistemas alternativos, que primam pela segurança e soberania alimentar e é aí que a estratégia de produção agroecológica, desempenha importante papel. O arroz produzido pelos assentados é um produto ecológico e de qualidade nutricional. O agricultor assentado se apropria da agroecologia com o propósito de implantar e desenvolver um estilo de agricultura sustentável.

3. A AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA ORGÂNICA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO

Na luta pela terra e pela reforma agrária, o MST deve projetar uma nova relação do homem com a terra ao incorporar a agroecologia²⁴, através do desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica, e, no caso da produção do arroz orgânico, o agricultor deverá aplicar “a relação de diálogo, de observação que se estabelece com a natureza, entendendo que a natureza não é um inimigo ou um recurso que o sujeito explora apenas se preocupando com a produtividade, não levando em conta a questão social e ambiental”.

A agroecologia não se resume somente em produzir sem agrotóxicos, mas prima pelas relações sociais na produção, trabalhando e produzindo em harmonia com o ambiente. Os assentados, ao produzir sem agrotóxico e, sem insumos químicos, além dos benefícios ambientais e para a saúde, são motivados na perspectiva de produzir com menores custos de produção. Os assentados do município de São Gabriel que ainda desenvolvem a agricultura convencional²⁵ encontram dificuldades financeiras devido ao alto custo de produção e ao baixo preço pago pela saca do arroz. À medida que os assentados compreendem e

²⁴ A agroecologia é definida como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazo (Altieri: 1995, Apud, Caporal & Costabeber, 2000: p. 26).

²⁵ A adoção da agricultura convencional foi um processo induzido pelo Estado na época da ditadura militar, década de 50 e 60, chamado de “Revolução Verde”, que contribuiu para a expansão das lavouras de soja, aumentando a renda e exportações (STOTZ, 2012).

buscam conhecimento sobre a agricultura sustentável, passam a transformar seus sistemas produtivos e cultivar alimentos baseados nos princípios da agroecologia.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda, tanto da natureza dos agroecossistemas, como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo, (ALTIERI, 2004).

De acordo com Gliessman (2005), podemos distinguir três níveis fundamentais no processo de transição agroecológica, ou a conversão para agroecossistemas sustentáveis. O primeiro diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de “inputs externos caros”, escassos e prejudiciais ao meio ambiente. O segundo nível da transição se refere à substituição de “inputs” e práticas convencionais por práticas alternativas. O terceiro e mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem em base a um novo conjunto de processos ecológicos. Nesse caso, se buscaria eliminar as causas daqueles problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores. Em termos de investigação, já foram feitos bons trabalhos em relação à transição do primeiro ao segundo nível, porém estão recém começando os trabalhos para a transição ao terceiro nível.

Com o fortalecimento da produção orgânica, desenvolvida pelos agricultores familiares assentados, o crescimento deste sistema produtivo dentro de vários assentamentos do RS, a produção orgânica baseada nos princípios de ciência agroecológica se torna importante objeto de estudo para a geografia agrária.

São várias as experiências de produção orgânica desenvolvida através da “inovação agroecológica”²⁶. Dentre elas, tem destaque a produção de sementes orgânicas, hortifrutigranjeiros e, mais recentemente a produção do arroz orgânico.

As famílias dos assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze estão transformando seus sistemas produtivos convencionais para uma produção orgânica, passando a produzir de forma orgânica através de proposta política do

²⁶ Pode-se citar os descritos por Altieri e Toledo (2011) na América Latina, quando estes descrevem as experiências de inovação agroecológica no Brasil, em Cuba, na América Central, na região Andina e no México.

próprio MST, do INCRA e com a devida assistência técnica dos técnicos da COPTec e ATES.

Através da agroecologia, as famílias têm melhores possibilidades de prosperar nos lotes, desenvolvendo seus sistemas produtivos. A produção agroecológica só se torna possível com esforço mútuo dos agricultores familiares, com as devidas políticas públicas criadas e aplicadas de forma eficiente, com uma assessoria técnica de qualidade, buscando novas alternativas de produção, preservando saberes, conhecimentos e valores locais das populações assentadas.

Pois, conforme citam os autores Caporal e Costabeber:

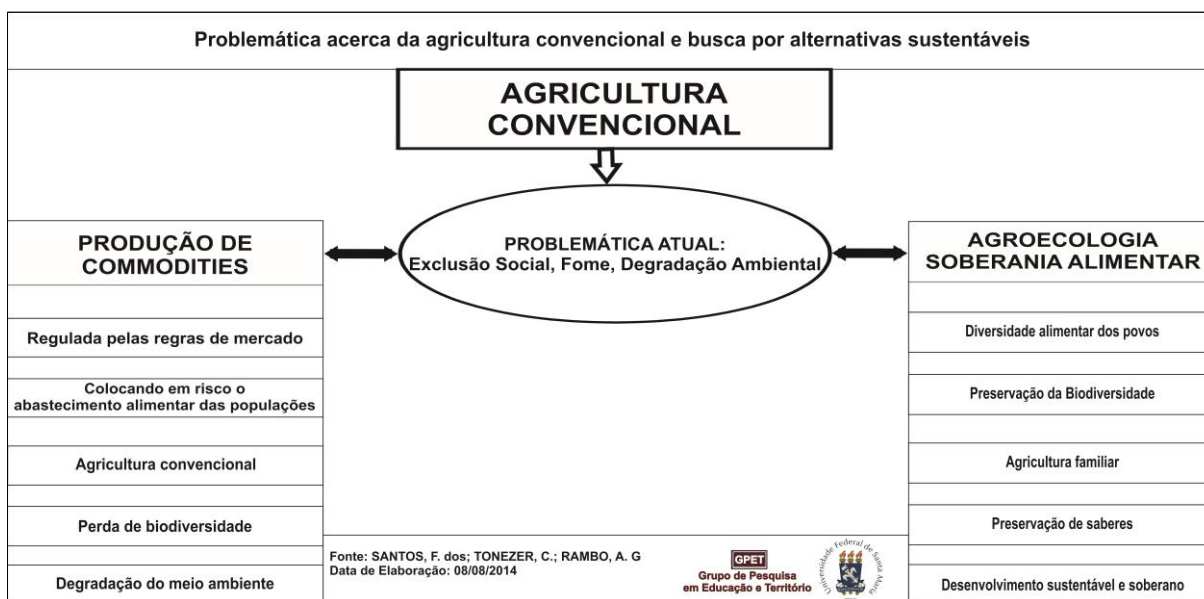
Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a "identidade cultural" das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema. A agricultura, nesse sentido, precisa ser entendida como atividade econômica e sociocultural realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente (Caporal e Costabeber, 2002, pag. 32).

Para que haja a valorização dos saberes tradicionais e o conhecimento dos sujeitos do campo, para a continuidade e reprodução da agricultura familiar, é necessário o fortalecimento das políticas voltadas ao meio rural, pois as técnicas agroecológicas só ocorrem quando recebem incentivos econômicos, sociais e ambientais destas políticas e do apoio a população local.

Em função dos impactos decorrentes da produção convencional, tanto internos quanto em escala regional, o ponto de partida para a análise territorial em desenvolvimento, faz-se necessário a identificação das transformações nos sistemas produtivos do arroz, compreendendo como a produção do arroz orgânico desenvolvido nos moldes agroecológicos interfere no processo de territorialização nos assentamentos e no processo de fortalecimento da agricultura agroecológica enquanto ciência que dá as bases para uma agricultura realmente sustentável. (MEDEIROS E SOSA, 2009).

No Fluxograma 2 visualizamos toda a problemática oriunda da agricultura convencional e de que forma a agroecologia pode nos auxiliar na busca do desenvolvimento rural sustentável no campo.

Fluxograma 2: A problemática atual acerca da agricultura convencional e a busca pelo Desenvolvimento Rural Sustentável.



Fonte: Santos, F. dos; Tonezer, C.; Rambo, A. G.
Org.: ZANON, J. S.

Após a formação dos assentamentos no município de São Gabriel, verificou-se um aumento de produção de base agroecológica, voltada principalmente para o consumo interno ou para a venda de excedentes. A partir do desenvolvimento das práticas agroecológicas de produção os agricultores passam a preservar sua cultura local, preservando os recursos naturais e conservando a biodiversidade local, além de se manter no campo, garantindo o sustento de suas famílias e buscando a soberania e segurança alimentar.

A ciência agroecológica está intimamente ligada à sustentabilidade, pois é responsável pela diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Os camponeses assentados desenvolvem sistemas alternativos sustentáveis, contrários aos preceitos da agricultura convencional produtora de *commodities*, que na maioria das vezes é regulada pelas regras do mercado, degrada o meio ambiente e coloca em risco o abastecimento alimentar das populações.

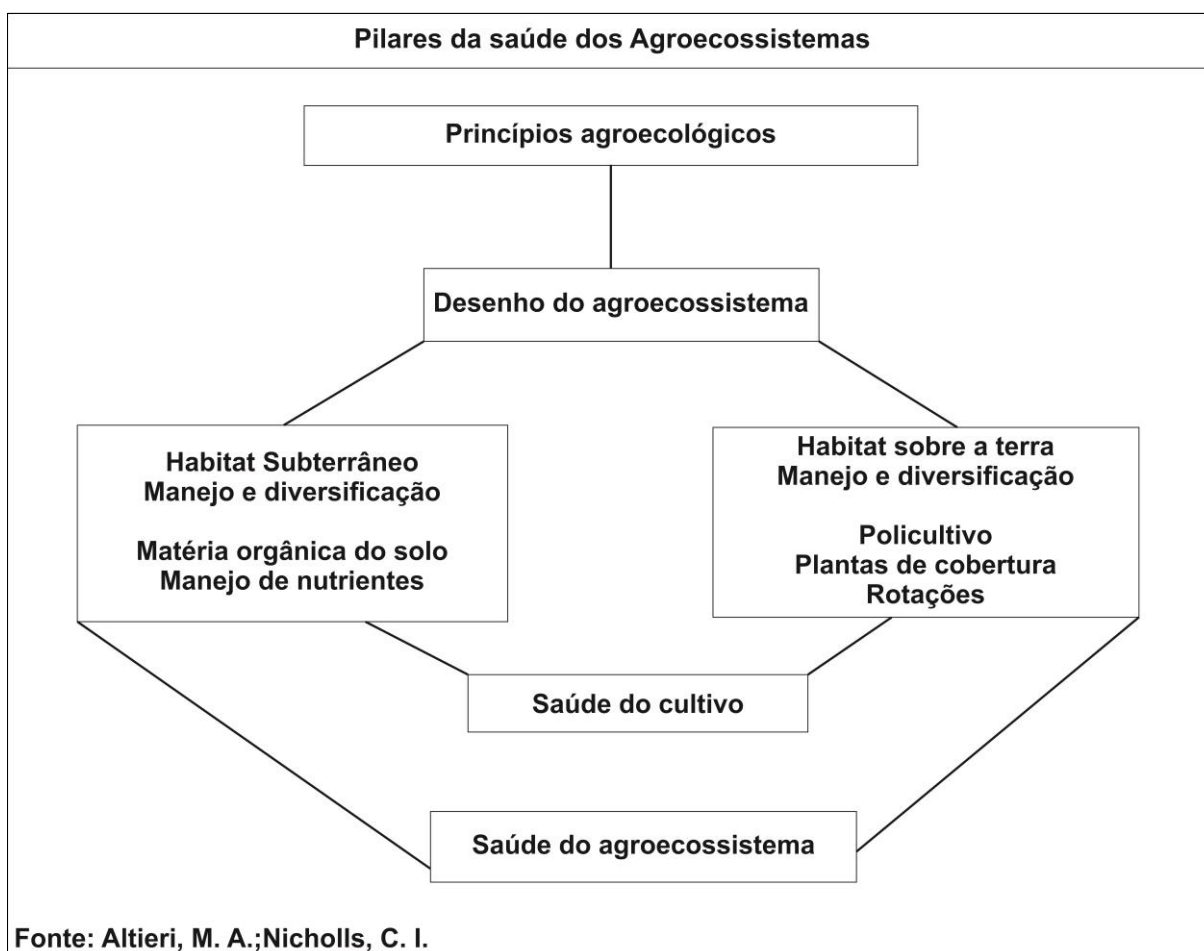
Ruscheinsky (2004) afirma que, para alcançar a sustentabilidade na agricultura, as dimensões da questão ecológica devem estar presentes, pois a problemática em prol da sociedade sustentável vai além do processo produtivo, à medida que leva em conta os saberes socioambientais, políticos, econômicos, culturais e éticos. Surge então, a agroecologia como uma renovação dos sistemas

agrícolas insustentáveis, com o objetivo de proporcionar mudanças socioculturais que resulta em uma agricultura realmente sustentável.

O cultivo da monocultura mecanizada voltada para a exportação se utiliza de grande uso de insumos sintéticos, como agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas. Tais sistemas agrícolas são insustentáveis ao longo do tempo, pois demandam grandes quantidades de terras e aumentam a contaminação ambiental.

Para Ehlers (1999), a agricultura convencional degenera a qualidade da natureza e acarreta erosão, perda da fertilidade dos solos; destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos. No fluxograma 3 fica claro que a biodiversidade do agroecossistema está ligada a uma série de fatores, como o incremento de matéria orgânica no solo, quantidade de nutrientes, sistema de policultivos, rotações de culturas, entre outros.

Fluxograma 3: A saúde do agroecossistema e a busca pela sustentabilidade.



Fonte: Altieri, M. A.; Nicholls, C. I.; 2000.

A busca pela sustentabilidade se dá através do manejo adequado do agroecossistema. Um bom manejo do agroecossistema, o incremento da palha do arroz ao solo, aplicando os princípios agroecológicos especificados no fluxograma 3, o agricultor familiar terá a saúde do cultivo agrícola e conseqüentemente a saúde do agroecossistema como um todo.

Neste sentido, se faz necessário, à busca por novos paradigmas que levem em conta a eficiência das práticas agrícolas tradicionais ou o desenvolvimento de formas agrícolas agroecológicas para se desenvolver de forma sustentável o campo, colaborando para uma melhor distribuição de renda, que busquem a segurança alimentar e que valorizem os saberes do agricultor. São os saberes e práticas agrícolas diárias que fazem com que os pequenos produtores rurais sobrevivam no campo, reproduzindo-se, respeitando os fatores culturais, sociais, econômicos e ambientais.

Diante disto, a agroecologia busca a construção de outra realidade agrícola, construída pelos sujeitos sociais do campo, contrário ao processo de globalização capitalista centrada no lucro e na exploração, na busca de reverter o processo de exclusão dos agricultores desfavorecidos.

Leff (2002) diz que é necessário promover formas de associações e investimentos que transfiram uma maior capacidade técnica, além de um maior potencial produtivo às próprias comunidades, fortalecendo os sistemas agrícolas agroecológicos sustentáveis, através de processos de gestão que melhorem as condições de vida da população, que assegurem a sustentabilidade em longo prazo, dos processos produtivos e que aumentem, ao mesmo tempo, os excedentes comercializáveis.

De acordo com Caporal; Costabeber (2002), uma agricultura verdadeiramente de base ecológica não pode se restringir apenas a preocupação ambiental, sendo fundamental incorporar outras dimensões, como a social, a econômica, a cultural, a política e a ética. Segundo esses autores:

Enquanto a corrente agroecológica defende uma agricultura de base ecológica que se justifique pelos seus méritos intrínsecos ao incorporar sempre a ideia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha

a conquistar, outras propõem uma “agricultura ecológica”, que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não garante sua sustentabilidade no médio e longo prazos (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 81).

Com a crise do modelo de produção convencional, o agravamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos, decorrentes da intensa utilização de agroquímicos, se insere na sociedade, um modelo de produção eficiente, trata-se da agricultura de base agroecológica, desenvolvida durante o processo produtivo do arroz orgânico. Sendo este, um modelo que vem ganhando destaque entre os modelos de produção alternativa, devido este ser sustentável, e por respeitar os limites da natureza.

A produção orgânica possibilita estratégias de desenvolvimento endógeno nos assentamentos em questão, pois ao mesmo tempo em que os assentados trabalham com uma agricultura menos nociva, também garantem um retorno econômico, além de trabalharem em uma lógica de respeito à saúde e a natureza.

Através das entrevistas com os assentados que fazem parte dos grupos de produção do arroz orgânico, fica visível o orgulho que possuem por produzir um produto de qualidade e livre de agrotóxicos, sendo que aos poucos estão tendo apoio da população por colocarem um alimento de qualidade na mesa da população brasileira.

Em âmbito mundial, a adoção do sistema orgânico de produção vem crescendo, tanto em área cultivada como em número de produtores e mercado consumidor, embora ainda represente uma parcela pequena da agricultura. A produção orgânica de arroz irrigado utiliza técnicas de cultivo com aplicações de insumos orgânicos, visando aumentar a oferta dos chamados produtos ecológicos aos consumidores.

A Lei inicial que regulamenta a produção de orgânicos é a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e no seu artigo 1º:

Considera sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de

produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003, art. 1º).

Partindo da Lei citada, as famílias produtoras de arroz orgânico estão acessando os programas do governo, através dos mercados institucionais, formando uma rede de comercialização articulada com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e passando então, a comercializar seus produtos através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)²⁷ e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)²⁸. Tais redes de comercialização, juntamente com as feiras livres e venda direta ao consumidor se fortalecem com programas de governo, a exemplo da lei que regulamente a produção orgânica.

A produção do arroz orgânico deverá estar isenta do uso de agrotóxico e, no caso da área de estudo, é utilizado sementes pré-germinadas, onde os grupos de produção participam ativamente do plantio até a colheita.

As famílias assentadas em São Gabriel adquirem sementes e demais insumos da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e se comprometem a vender a produção para a mesma cooperativa, onde o arroz é beneficiado. Depois de beneficiado, a COOTAP comercializa o arroz através dos mercados institucionais (PAA e PNAE). Uma pequena produção é absorvida pelo mercado regional, porém, a demanda por este produto diferenciado, ainda é pequena, ou seja, o arroz orgânico ainda é consumido apenas por um seletivo “nicho de mercado”²⁹.

O arroz orgânico produzido nos assentamentos de São Gabriel é certificado através de processo participativo e pela certificadora *IMO Control*, que; através de avaliação nas lavouras, dá garantias de que a produção foi avaliada e está apta para

²⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (CONAB, 2014).

²⁸ O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII) (FNDE, 2014).

²⁹ Para Mattar (1997) nicho de mercado é “um segmento ou uma área específica de mercado onde há uma oportunidade que passou a ser explorada de forma dominante e muito lucrativa”.

com as normas de produção orgânicas vigentes³⁰. Essa certificação é dada ao arroz produzido sem utilização de agrotóxicos nas áreas de cultivo, bem como as áreas vizinhas as lavouras não podem ser pulverizadas com agroquímicos, o que é difícil, pois as pulverizações, na maioria das vezes são feitas com aviões, comprometendo assim a produção totalmente isenta de químicos nos arrozais dos assentamentos, gerando conflitos entre produtores orgânicos e convencionais.

Todas as lavouras de arroz orgânico dos assentamentos em questão são certificadas. A certificação participativa é feita através de processo interno, onde as próprias famílias juntamente com a Cooperativa Central do MST (COCEARGS) analisam e certificam a produção. As variáveis levadas em conta para a certificação participativa inclui a análise de diversas variáveis como: os insumos utilizados, controle da água nas lavouras, licenciamento ambiental das lavouras, georreferenciamento, controle do armazenamento de combustíveis próximo às lavouras, entre outros.

Para Araújo, Paiva e Silveira (2007), o processo de certificação dos alimentos orgânicos é uma forma de assegurar ao consumidor que o produto que ele adquiriu foi produzido dentro de um processo orgânico, sem a utilização de agrotóxicos, respeitando a natureza e o homem. O processo de certificação pode variar de um a quatro anos, dependendo do sistema de produção e do mercado consumidor.

Os técnicos destacam que há uma preocupação de que os assentados produzam de forma agroecológica, ou ainda, aqueles que fazem uma produção de forma convencional, através de políticas internas do MST, transformem seus sistemas convencionais, aos poucos, para formas ecológicas e posteriormente orgânicas. Algumas famílias ainda estão envolvidas com o agronegócio, o que acaba por limitar a participação dos assentados nos espaços de discussão sobre práticas agroecológicas e seus benefícios nos quesitos ambientais, econômicos e sociais.

³⁰ Dentre os conceitos estabelecidos pelas normativas do MAPA, considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local e para que sejam comercializados como tal, esses produtos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento, exceto no caso de comercialização direta aos consumidores por agricultores familiares, cuja certificação é facultativa, bastando a eles apenas o dever de serem cadastrados junto ao órgão fiscalizador (BRASIL, 2003).

Por vezes, a produção do arroz, é vista pelos agricultores convencionais apenas pelo viés econômico, ou seja, cultivo para a comercialização, sem levar em conta os fatores ambientais e sociais, não se leva em conta as experiências oriundas de uma história de vida e de formas produtivas agroecológicas que são passadas de geração para geração.

A produção do arroz orgânico tem um custo três vezes menor do que a produção nos moldes convencionais, porém, o cultivo do arroz orgânico, exige maior dedicação diária do assentado com relação ao manejo do solo, armazenagem de grãos, germinação das sementes, controle de pragas, produção de biofertilizantes, ou seja, durante praticamente todo o processo produtivo o assentado participa sistematicamente.

O sistema produtivo do arroz é composto por diversas etapas. Inicia-se pela incorporação da matéria orgânica no solo, na sequência as sementes de arroz ficam nos valos com água por um período de aproximadamente 72 horas até a germinação. As sementes são colocadas na “semeadeira” e lançadas na terra. Conforme o arroz vai crescendo, os assentados vão fazendo o controle da água para eliminar as plantas invasoras, desenvolvendo a lavoura orizícola até a colheita.

A produção orgânica garante para as famílias um retorno econômico significativo, devido aos custos para a produção serem menores, pois este sistema não depende de insumos externos e nem de grande quantidade de maquinário pesado durante o processo produtivo.

Para Campos e Medeiros (2014, p. 41) “ao participarem da cadeia produtiva, as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações econômicas, políticas e socioespaciais”.

Apesar dos agricultores participarem ativamente do processo produtivo e diminuírem gradativamente os impactos ambientais nas lavouras, não se visualiza uma melhora significativa nas condições socioeconômicas das famílias, devido à produção de arroz ainda ser recente e os grupos de produção ainda não dominarem as técnicas produtivas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) persiste na luta, defendendo um modelo de desenvolvimento alternativo ao agronegócio, que compreende a produção baseada nos princípios agroecológicos, voltada para o comércio de excedentes e para o consumo familiar.

Para se produzir de forma agroecológica, é necessária dedicação diária na lavoura, principalmente no primeiro mês do estágio evolutivo da planta, pois o sistema exige maior quantidade de mão-de-obra que na produção convencional, somado ao entendimento do manejo agroecológico, além da busca constante por técnicas e tecnologias que melhor se adaptam a realidade local, pois nem sempre o sistema produtivo que dá certo em um lugar dará certo nos demais, motivados ainda por aspectos como a hidrografia, solo, relevo, clima, entre outros.

A produção do arroz de base agroecológica, desenvolvida nas pequenas unidades de exploração, faz com que os assentados busquem sistemas e técnicas produtivas, para que realmente se produza um produto saudável e de qualidade, desenvolvido para satisfazer as novas demandas de consumidores, que priorizam a compra de alimentos saudáveis, além do crescimento da conscientização da população no que se refere à conservação ambiental.

As relações de trabalho nos assentamentos, seus sistemas produtivos irão transformar a si e a natureza, resultando na produção do espaço que incorpora e reflete, na paisagem, a forma como diferentes grupos sociais se relacionam com a natureza. É todo espaço onde há possibilidade de vida e interação do homem, que é utilizado pelo homem e do qual ele se apropria.

[...] o duplo da relação que o homem em sociedade estabelece de um lado com a natureza e de outro com o espaço. Um fio condutor das ações que ora se exprime como primado da relação sociedade-natureza (homem-meio), ora como da relação sociedade-espaço (homem-espaço). E que tem o homem como o ponto comum. (MOREIRA, 2010a, p.154).

Os agricultores buscam uma autonomia produtiva no lote, se mantendo no espaço dos assentamentos. O assentado produtor de arroz orgânico troca experiências com outros produtores e, na sensibilização pela responsabilidade socioambiental como produtor e como consumidor, acaba aderindo ao sistema orgânico, muitas vezes trabalhando mais, mas com a certeza de que está se ingerindo um produto de qualidade e alimentando a população de forma saudável.

O sistema orgânico beneficia a sociedade como um todo, garante a permanência de pequenos produtores no campo pela obtenção de maior renda e rentabilidade. Uma parcela do mercado consumidor vem aderindo a sistemas orgânicos, a exemplo do arroz, pois exigem ou preferem tal tipo de alimento, pois retrata a ideia de sustentabilidade de uma cadeia produtiva importante na atualidade.

Somado ao fato de que, a rizicultura convencional traz prejuízos a natureza, como forma de reverter este problema, a implantação e expansão da produção do arroz orgânico, garante a preservação do meio ambiente, além de trazer grandes impactos positivos para a sociedade e economia. A produção do arroz orgânico foi aos poucos sendo desenvolvida, pois na sua introdução, tal atividade era pequena, tanto em área plantada, como no número de famílias envolvidas, porém, com o tempo, esse quadro vem apresentando mudanças no que se refere à ocupação, ao aumento do número de famílias e áreas cultivadas.

A produção do arroz orgânico constitui-se, segundo Campos e Medeiros (2012) em um relevante objeto de pesquisa para geografia agrária por uma série de fatores entre os quais: por transformar radicalmente a forma de produção de arroz no RS que se caracteriza pelo uso intenso de insumos externos. Esta cadeia está mostrando que é possível ter alta produção e produtividade sem usar agrotóxicos, fazendo controle das pragas por meio do manejo da água.

Os alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, apesar de apresentarem, em média, menores produtividades que os alimentos produzidos pela agricultura convencional, apresentam várias vantagens se comparado com os outros alimentos. Nos dias atuais, a agricultura orgânica se apresenta como uma alternativa de geração de renda.

A produção do arroz orgânico em questão acaba por transformar a vida das famílias nos assentamentos, pois deixam de consumir os insumos e agrotóxicos e passam a desenvolver sistemas de cultivo que colaboram para uma melhoria qualitativa na qualidade de vida dos assentados. Para além da produção de arroz orgânico, os agricultores assentados desenvolvem variados sistemas produtivos e, acabam gerando renda necessária para permanecer no campo.

4. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DIVERSIFICADA, O CULTIVO DO ARROZ ORGÂNICO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL

A produção de arroz no Rio Grande do Sul se caracteriza pelo predomínio de lavouras irrigadas e do uso intensivo de máquinas e insumos industrializados, a

exemplo dos inseticidas e herbicidas, que geralmente são aplicados por meio de aviões (MEDEIROS; CAMPOS, 2014).

A quantidade de arroz produzida no Rio Grande do Sul representa mais de 60% do total produzido no Brasil. O Brasil consome mais arroz do que produz. Decorrente de tais fatores, o país importa o produto da Argentina e do Uruguai, seus principais fornecedores, regulando a oferta brasileira e mantendo os preços locais acessíveis ao consumidor. (EMBRAPA, 2014).

O cultivo de arroz no modelo convencional ocupa uma área significativa no Brasil e no Rio Grande do Sul. No cultivo convencional, o agricultor tem o trabalho de semear as variedades de arroz, aplicar fungicida, herbicida, inseticida e colher sua produção. Isso é feito com muitas máquinas e pouco trabalho humano.

4.1 o cultivo do arroz convencional no Rio Grande do Sul

No gráfico 3 visualizamos uma expansão do cultivo do arroz convencional no RS, mais especificamente do ano de 2000 a 2013, em área plantada, produção e produtividade.

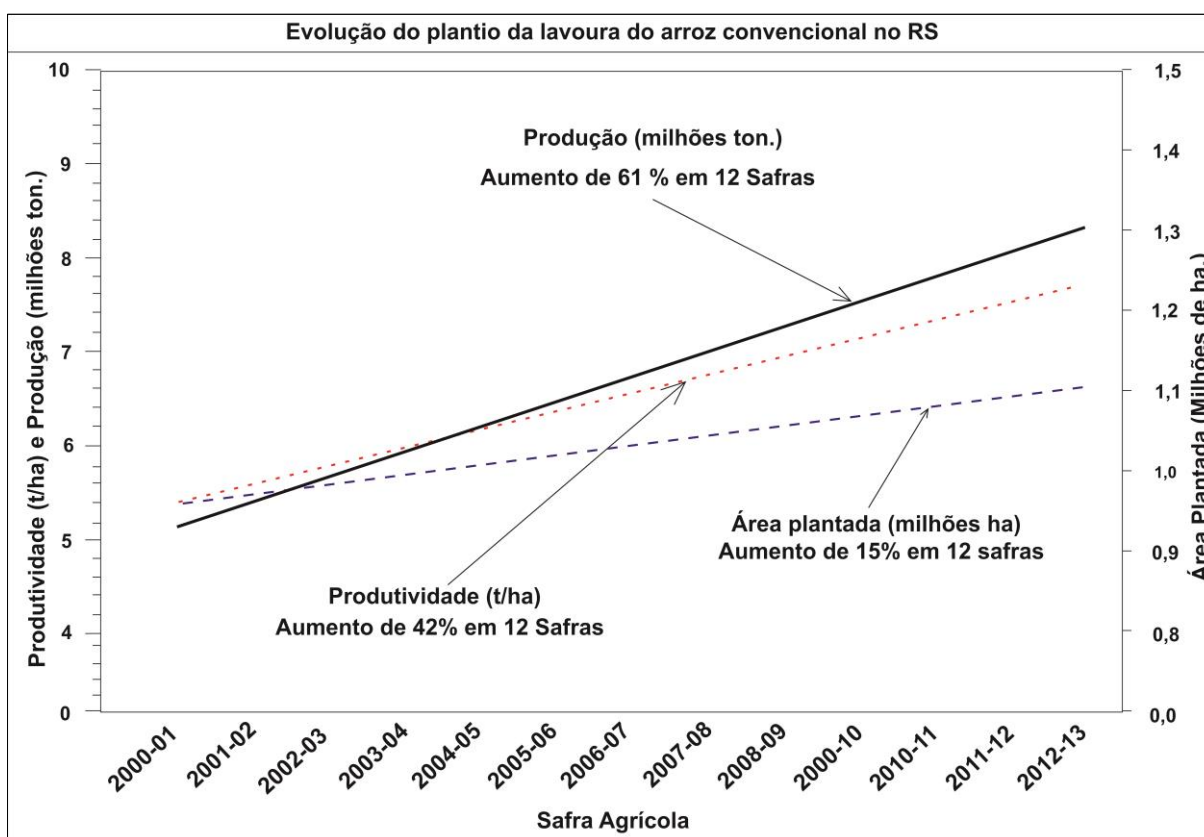


Gráfico 3: Evolução da cadeia produtiva do arroz convencional no Rio Grande do Sul.

Fonte: IRGA, 2013.

As lavouras convencionais do Estado apresentam altos custos de produção, pois demandam grande quantidade de insumos sintéticos. Através de sistemas de irrigação, correção de solos, plantio direto e adubação, tais lavouras acabam tendo uma produtividade elevada, acarretando em maiores lucros para os produtores que possuem grandes propriedades e o acesso fácil a financiamentos para o custeio da produção.

O arroz convencional representa uma das formas de obtenção de renda no território gaúcho, no entanto, a cadeia produtiva do arroz vai além da propriedade rural, existindo agroindústrias arroseiras processadoras do cereal, bem consolidadas e que, com certeza, ficam com uma parcela dos lucros gerados pela cadeia orizícola. Dentre as agroindústrias processadoras do cereal no RS destacam-se: Camil, Urbano Agroindústria, Marzari, Zaeli Alimentos, Pileco, Coradini, Cotrijuí, Josapar S.A., Pegorer Cereais, Pirahy Alimentos, entre outras.

O arroz é um dos alimentos mais importantes para a nutrição humana, sendo a base alimentar de mais de três bilhões de pessoas no mundo. É o segundo cereal mais cultivado no mundo, ocupando área aproximada de 158 milhões de hectares, sendo que o Rio Grande do Sul se destaca como o maior Estado produtor do País, pois é responsável por mais de 60% do total produzido no Brasil. (SOSBAI, EPAGRI, 2012).

O arroz apresenta um variado processo de industrialização, seu produto final representa basicamente três tipos: arroz branco, parboilizado e arroz integral. Há ainda, uma diversidade de subprodutos oriundos do arroz como: casca de arroz, óleo, farelo, rações, combustíveis, cereais, farinha, entre outros (BRUM, PORTELA, 2007).

Uma discussão importante a se fazer no cultivo do arroz orgânico, em comparação com o sistema de produção convencional, diz respeito à geração de postos de trabalho. Estudos realizados pelo IRGA e apresentados em Congresso Brasileiro de Economia Agrícola, indicam que, para cada 30 hectares cultivados com arroz convencional, um posto de trabalho é gerado (BRUM, PORTELA, 2007). No arroz orgânico, os assentados envolvidos na cadeia produtiva participam ativamente durante praticamente todo o processo evolutivo da planta. Portanto, a produção

orgânica, certamente mantem o agricultor no campo e contribui para obtenção de renda.

No Brasil, a agricultura orgânica vem crescendo e se inserindo nos espaços onde até então, predominavam quase que na totalidade os sistemas convencionais. As atividades certificadas orgânicas de destaque no Brasil são as criações de bovinos, as criações de galináceos, a apicultura, os cultivos de milho, feijão, arroz, mandioca, café, soja, horticultura e frutas como o cacau, a melancia, a laranja, o mamão e o caju.

Mais de 80% da produção orgânica no Brasil é desenvolvida pela agricultura familiar, ou seja, é uma boa alternativa de produção para as famílias brasileiras terem uma melhor condição de vida, segurança na produção, na alimentação e também na preservação do meio ambiente (Instituto de Promoção do Desenvolvimento - IPD, 2010). No gráfico 4 podemos visualizar os principais estados brasileiros que desenvolvem sistemas produtivos orgânicos: em estabelecimentos, estabelecimentos certificados, área em hectares, área certificada, diversidade de produtos e valor de produção.



Gráfico 4: Os estados brasileiros que desenvolvem a produção orgânica.

Fonte: IPD Orgânicos, 2010.

O cultivo de produtos orgânicos vem aumentando no Brasil e no Rio Grande do Sul, principalmente vinculada às pequenas unidades de produção. Isto se dá devido ao aumento do consumo interno e da demanda de mercados externos, a exemplo da União Europeia e do Japão.

Segundo os dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2014, os municípios com o maior número de estabelecimentos que fazem uso de agricultura orgânica, certificados por entidade credenciada são: Nova Santa Rita, Pelotas, São Lourenço do Sul, Canguçu, Eldorado do Sul, Montenegro, Brochier, Maratá, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Aratiba, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul, Amaral Ferrador, Barra do Guarita, Derrubadas, Muçum, Nova Boa Vista, Nova Roma do Sul, Paulo Bento e Tupandi. Esses municípios, em 2006, 100% dos estabelecimentos que faziam uso de agricultura orgânica encontravam-se certificados por entidade credenciada. Na Figura 7 podemos observar o mapa dos municípios que possuem maiores números de unidades orgânicas certificadas.

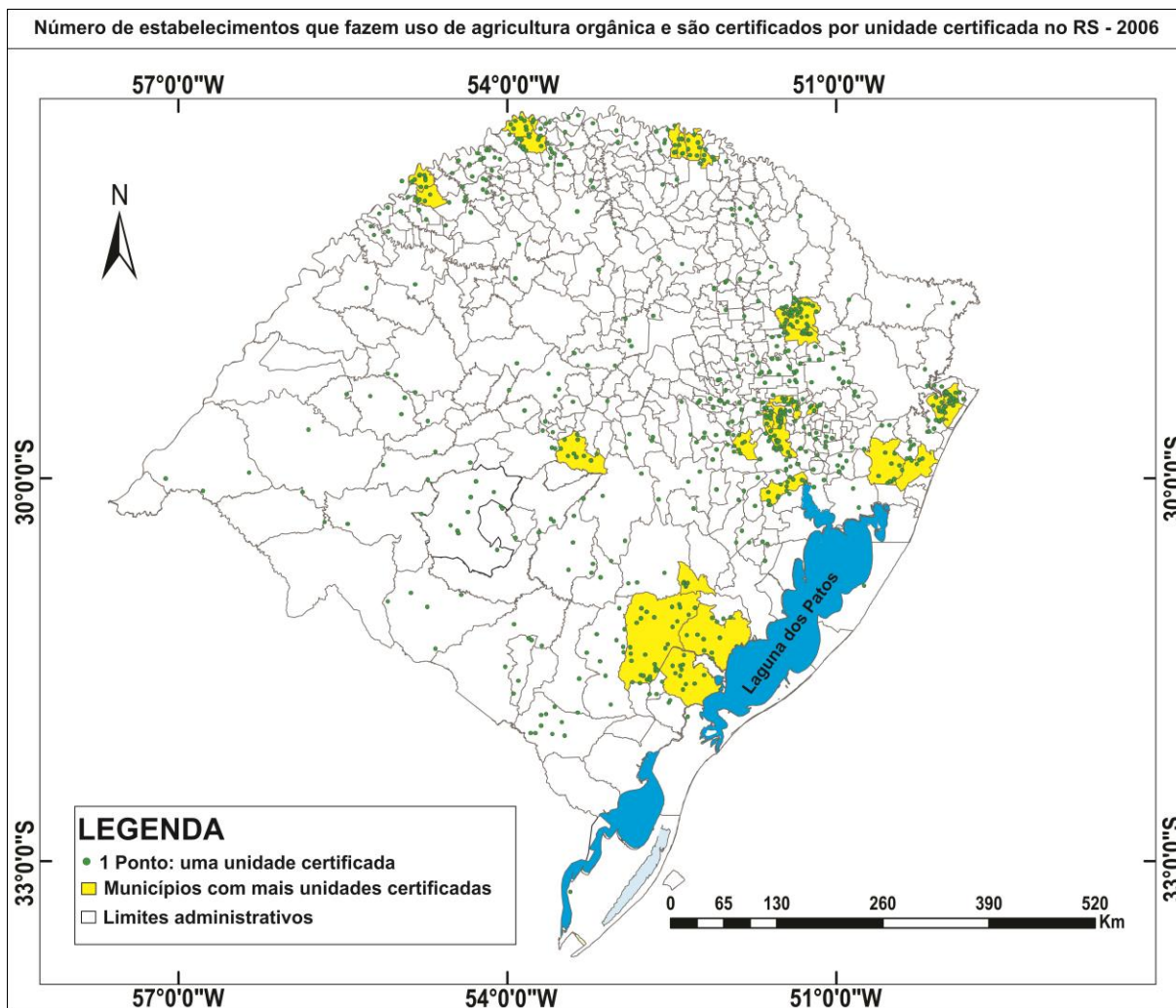


Figura 7: Estabelecimentos com produção orgânica certificada no Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2014.

A certificação de produtos orgânicos, no Brasil, geralmente é feita por certificadoras internacionais, o que aumenta o custo para os agricultores. No caso do arroz orgânico em São Gabriel, é feito um processo de certificação participativa, onde os agricultores assentados, juntamente com a COCEARGS, avaliam suas lavouras e fazem a certificação da produção, tal processo diminui os custos para as famílias e faz com que os mesmos possam apreender na totalidade o sistema produtivo.

Segundo dados do IPD, 2010, o Rio Grande do Sul se destaca na produção orgânica, em número de estabelecimentos certificados e não certificados, área, diversidade de produtos e valor de produção. Os cultivos de maior importância no Estado são: melancia, milho, mandioca, horticultura e arroz, conforme podemos visualizar no gráfico 7.

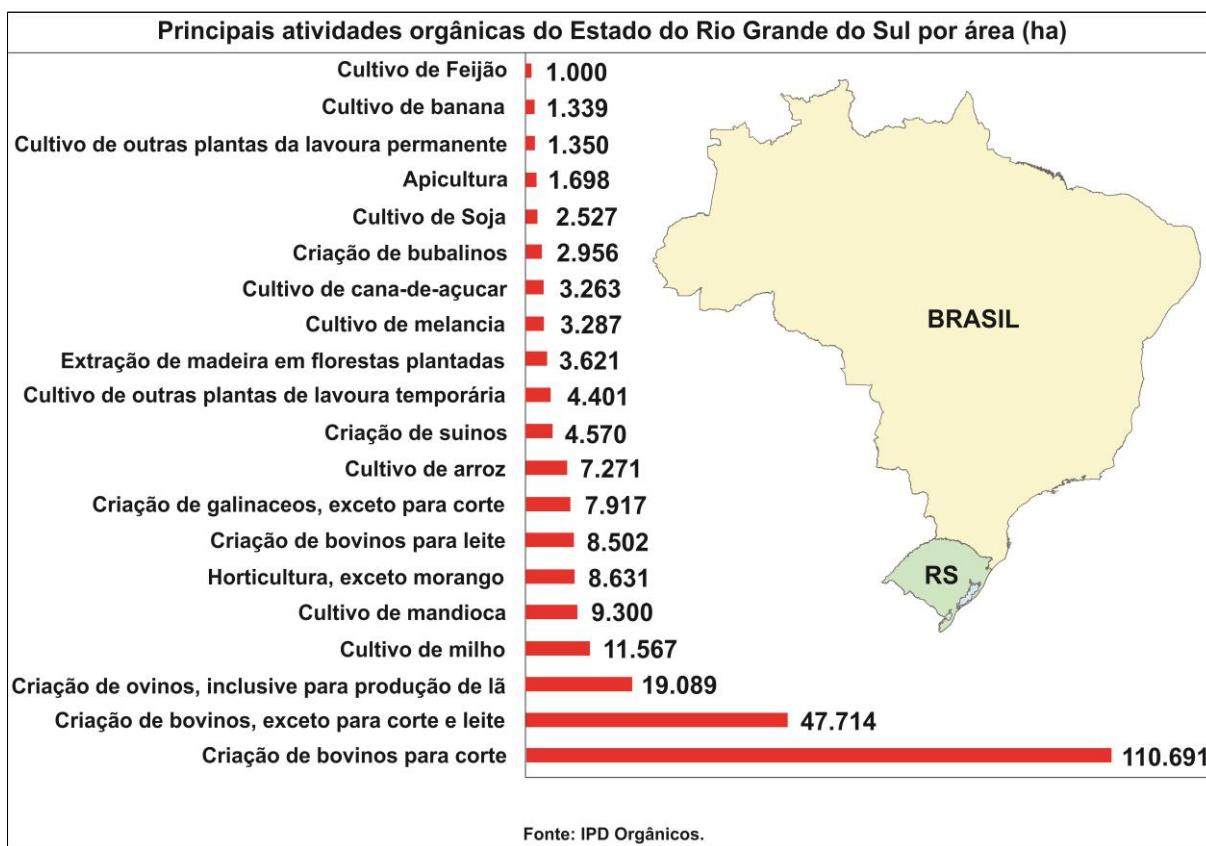


Gráfico 7: Atividades e sistemas produtivos orgânicos no RS (ha).

Fonte: IPD Orgânicos, 2010.

Os assentamentos de reforma agrária produzem uma parcela significativa da produção orgânica desenvolvida no Rio Grande do Sul, com destaque para arroz, milho, hortifrutigranjeiro e demais sistemas produtivos que eram prioritariamente produzidos de forma convencional e que, aos poucos, por influência dos técnicos e pela consciência dos assentados, estão sendo cultivados de forma agroecológica.

Nos assentamentos de São Gabriel, as famílias que iniciaram uma produção de base convencional, aos poucos estão fazendo uma transição agroecológica para formas agrícolas sustentáveis. Pois para Castello Branco Filho, Medeiros (2014) a transição agroecológica é compreendida como:

[...] a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CASTELLO BRANCO FILHO, MEDEIROS, 2004, p. 77).

Durante o trabalho de campo e coleta de dados para a pesquisa, foi observado que, os sistemas produtivos orgânicos em questão são importantes, pois auxiliam na preservação do meio ambiente (fauna, flora, água e solo), bem como a totalidade do agroecossistema do campo.

Além da produção do arroz orgânico, é também desenvolvida a pecuária leiteira, apicultura e hortifrutigranjeiros, para consumo das famílias e para a comercialização. O entrevistado A.C.N., do assentamento Cristo Rei cultiva cana de açúcar para alimentar o gado, melancia, batata-doce, abóbora cabotiá, mandioca, galinha caipira, ovinocultura, apicultura, milho e arroz orgânico. Sua produção é destinada para a subsistência e parte dela é comercializada através do PAA.

Quando entrevistado, o assentado diz que tenta diversificar ao máximo sua produção.

Além do arroz, eu plantei milho, em torno de 13 hectares, criei as ovelhas que eu comprei com o PRONAF. Meu lote tem 2 hectares que não é apto para o plantio, então nele eu coloquei as ovelhas. Também crio alguns cavalos, plantei cana para alimentar o gado e os cavalos, batata doce, 490 pés de abóbora cabotiá, melancia, aipim. O que eu planto, a prioridade é para o consumo, mas aqui eu me viro, aqui não sobra nada, o que eu não consumo em casa eu vendo na cidade de São Gabriel ou através do PAA (Entrevistado A.C.N., Assentamento Cristo Rei).

Os assentados que conseguem acessar o PRONAF citam que, aos poucos, a qualidade de vida vem melhorando.

Eu pego todo ano o PRONAF, é uma das políticas públicas, eu já peguei as duas parcelas desse crédito, com a primeira parcela (R\$ 5.000) comprei 30 ovelhas, rolos de arame e mangueiras para puxar água e, com a segunda parcela (R\$ 5.000) comprei esse trator usado para facilitar no trabalho (Entrevistado A.C.N., Assentamento Cristo Rei).

Ao acessar os financiamentos, os agricultores acabam por produzir de forma diversificada no lote, produzindo alimentos, principalmente para o consumo da própria família.

No entanto, a falta de financiamentos e mercados específicos destinados a desenvolver e absorver a produção orgânica se revela em um problema para os agricultores assentados. Tais fatores ficam evidentes na fala do agricultor assentado.

Com relação à infraestrutura, nós temos o apoio de COOTAP, mas fora isso tem bem pouco crédito, principalmente dos bancos. Falta crédito para produzir de forma orgânica, a gente não tem apoio nenhum, se os assentados não se organizarem e criarem cooperativas para buscar

recursos, fora isso não tem incentivo. Falta apoio financeiro para melhorar a infraestrutura produtiva. Falta ainda muito recurso, até mesmo para melhorar a infraestrutura habitacional no lote e em geral do assentamento, a infraestrutura do assentamento e defasada, pois você não consegue avançar e se tu não fores atrás e não se organizar nada irá melhorar (Entrevistado E.C.A., Assentamento Cristo Rei).

A dificuldade de alocar os produtos no mercado institucional e a busca constante por melhores preços do produto faz com que os agricultores, algumas vezes, desistam de produzir de forma orgânica.

Os sistemas produtivos dos assentamentos estudados são variados e se destinam, quase que na totalidade para consumo familiar e venda de excedentes. Apesar de alguns assentados produzirem soja, no modelo convencional, o que prejudica a certificação do arroz orgânico, predomina os sistemas produtivos sustentáveis, conforme podemos inferir na fala do agricultor do assentamento Zambeze.

O nosso grupo trabalha na linha do arroz, do milho orgânico e demais produtos de alimentação no geral. No entanto, tem um outro pessoal que planta soja no modelo convencional, mas são poucos. Se produz de tudo um pouco aqui no assentamento: feijão, mandioca, batata-doce, aipim, melancia, horticultura, pomares, se tem essa diversidade no assentamento. Essa produção quase que em sua totalidade é voltada para consumo próprio, algumas famílias conseguem vender o excedente, mas são poucas. (Entrevistado G.S., Assentamento Zambeze).

Na tabela 3 visualizamos os principais sistemas produtivos desenvolvidos pelos assentados do município.

Tabela 3: Caracterização dos sistemas produtivos dos assentamentos de São Gabriel

Contextualização dos principais cultivos agrícolas no núcleo operacional de São Gabriel		
Sistemas Produtivos	Principais Categorias	Representatividade (%)
Cultivos Agrícolas	Arroz	11
	Milho	29
	Hortas	29
	Pomares	15
	Abóbora	10
	Mandioca	14
	Batata Doce	12
	Feijão	08
	Soja	18

Fonte: Adaptado de MDA, INCRA, 2013.

Org.: ZANON, J. S.

Além do arroz orgânico, os assentados produzem, em maior quantidade, o milho para alimentar o gado e para comercializar diretamente com as cooperativas. A produção hortigranjeira é desenvolvida principalmente para a subsistência familiar. O cultivo agrícola diversificado só se torna possível através de acesso aos mercados e recursos financeiros para que as famílias possam custear a produção.

Segundo relato dos técnicos, os assentados estão começando a acessar sistemas de créditos, sendo que das 600 famílias assentadas em São Gabriel, em torno de 250 já acessaram o PRONAF e o restante está acessando o crédito inicial e o crédito de instalação.

Segundo dados da (FAO/INCRA, 1996. p. 40), “o PRONAF não é um programa de assistência social, mas um conjunto de mecanismos destinados a remover os obstáculos que impedem o acesso dos agricultores familiares ao mercado”.

As famílias acessam sistemas de crédito para desenvolver os sistemas produtivos e ainda, são assistidos por programas de assistência do governo como a Bolsa Família. Porém, os assentados relatam a falta de um sistema de crédito

específico para a produção orgânica, que seja vantajoso para o assentado e que resulte em uma maior renda para as famílias. Fica evidente, na fala do assentado, a importância do programa bolsa família.

Eu pego o bolsa família, é o que salva a pátria aqui, é a política que tem, vou te dizer assim ó: agora, no início do assentamento, se o “cara” não tem o bolsa família ele passa fome. Pois o ciclo da planta (a safra) é uma vez por ano e sua renda não é suficiente para a família assentada. Veja, eu plantei o ano passado batata doce, vendi 600 quilos para o PAA e levei dois meses para receber. O ciclo das batatas foi de cinco meses, enquanto isso eu fazia outras tarefas, depois colhi, ensaquei, pesei, vendi e levei dois meses para receber. Por isso eu te digo: o bolsa família é muito importante, pois mantém as famílias aqui. (Entrevistado A.C.N., Assentamento Cristo Rei).

No entanto, observa-se que, devido à falta de crédito para melhorar a infraestrutura geral na área estudada, se torna cada vez mais difícil aumentar a produção para posteriormente comercializá-la nas feiras, supermercados e cooperativas.

Em entrevista com o assentado L.R., do assentamento Cristo Rei, os assentados devem praticar a pluriatividade e a multifuncionalidade dentro do lote, conciliando a produção de alimentos com práticas ecologicamente corretas e sustentáveis, valorizando cada vez mais o espaço rural, pois se o assentado não diversificar sua produção ele passará fome e não terá renda para manter sua família no lote.

Eu tento diversificar ao máximo a produção, o que inclui a criação de animais como: galinhas, suínos, gado de corte, gado de leite e ovelhas. Também produzimos feijão, milho, arroz, horticultura e pomares. Neste assentamento, algumas famílias produzem queijo, pão e bolachas, mas 90% dessa produção é destinada para o consumo interno (Entrevistado L.R., Assentamento Cristo Rei).

Os entrevistados citam que as atividades agrícolas predominam dentro dos assentamentos, porém, atividades não agrícolas também estão presentes. Estas atividades não agrícolas são representadas por artesanatos, comidas, turismos, entre outras variedades.

[...] O agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais a dimensão da historicidade que lhe é inerente e a incipiente participação nas políticas públicas. (TEDESCO. 2001, p. 13).

Para Schneider (2003, p. 102) a pluriatividade “refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família”.

Uma alternativa para melhorar a renda se refere ao desenvolvimento, dentro do assentamento, atividades como artesanato, padaria e confeitaria, principalmente.

[...] não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos. (SCHNEIDER, 2003, p. 101).

A complementação de renda é um fator importante nos assentamentos estudados, pois apesar das atividades agrícolas serem predominantes, alguns assentados vão temporariamente trabalhar nas cidades ou em outras regiões do estado. Isso fica evidente na fala do assentado.

As vezes, o pessoal, em tempos de crise de dinheiro que tem, ao não ter dinheiro nem para comprar comida, o pessoal sai e tira três ou seis meses fora do assentamento, mas depois volta e aplica esse dinheiro dentro lote. Eu mesmo, quando eu cheguei aqui e fiz esse “galpãozinho”, eu fui uns meses trabalhar na colheita da maçã na cidade de Vacaria e consegui comprar esse Brasilit nas “Lojas Tumelero”. Muita gente sai para colher uva em Caxias do Sul e depois de uns meses retorna para o assentamento (Entrevistado A.C.N., Assentamento Cristo Rei).

Cada assentamento desenvolve seus sistemas produtivos levando em conta suas peculiaridades, visualizadas na forma que as famílias configuram seu território, organizando e reorganizando o espaço dentro dos assentamentos. As famílias transformam as características físicas do espaço, modificando a paisagem, inserindo no espaço local novas formas de produção que, apesar de levar em conta os fatores econômicos, são sistemas produtivos diferentes do convencional, sendo este pensado a partir do coletivo, dando dessa forma, características produtivas próprias para cada assentamento.

4.2 O cultivo do arroz orgânico nos assentamentos de São Gabriel

Com a formação dos assentamentos de São Gabriel a partir de 2008, o cultivo de arroz convencional vem dando lugar a produção do arroz orgânico. O assentamento Madre Terra (Fazenda Santa Rita), o assentamento Cristo Rei (Fazenda Trinta e Três) e o assentamento Zambeze (Fazenda São José do Zambeze), por possuírem áreas de várzea e água em abundância para a irrigação, tornam-se aptos ao desenvolvimento da lavoura orizícola.

Existem disputas entre os assentados que desenvolvem uma produção convencional e a orgânica. Porém, durante o trabalho de campo e as entrevistas realizadas, os técnicos e assentados entrevistados citam que o trabalho com a produção orgânica é desenvolvida por opção própria e por não disponibilizarem de recurso financeiro. Os assentados têm consciência que produzir de forma orgânica é trabalhar na lógica de respeito ao meio ambiente, a saúde, buscando a soberania alimentar, preservando saberes e recursos do meio ambiente para as futuras gerações.

Os assentados destacam que, quando a sociedade apoia tal forma produtiva, ou seja, se amplia com o apoio dos consumidores, é que se dá um aumento da produção de forma articulada, com a assistência técnica especializada dos técnicos da ATES, com a formação de cooperativas e associações comunitárias, fortalecendo cada vez mais a produção do arroz orgânico nos assentamentos estudados. Ao fortalecer a produção do arroz orgânico, os agricultores assentados certamente terão um apoio maior das classes sociais, conforme destaca o agricultor familiar do Assentamento Cristo Rei.

Eu não sei se a sociedade apoia por que é um produto saudável e as pessoas tem consciência ambiental, ou por que o alimento convencional está afetando diretamente na saúde. Por medo de estar consumindo um produto envenenado e saber que o seu filho também, as pessoas estão consumindo e buscando o alimento orgânico, havendo simpatia em consumir essa produção. Tal produção é para um público limitado, não é para todos, pois o arroz orgânico chega ao consumidor final por um preço bastante elevado e esse não é o nosso objetivo, nosso objetivo é que esse produto chegue à merenda escolar, nas creches e para as famílias que produzem esses alimentos, para que todos possam desfrutar de um produto saudável, para que as futuras gerações não tenham problemas de saúde (Entrevistado V.G., Assentamento Cristo Rei).

Em se tratando de possibilidades de comercialização das variedades cultivadas pelos assentados, destaca-se que o arroz cateto e o arroz agulha são os mais comercializados e que tem mercado garantido. As variedades exóticas também

tem boa comercialização, porém, ainda não são tão conhecidas, fazendo com que ainda tenham rejeição por parte de alguns consumidores.

As variedades cultivadas em quase todos os assentamentos de São Gabriel são o arroz agulha (416, 417 e 426 do IRGA), o arroz gigante que é uma variedade nova e algumas variedades de arroz exótico, a exemplo de arroz preto.

O preço de mercado pago pelas variedades do IRGA variam de 35 a 38 reais a saca de 60 Kg, e ainda é pago um bônus de 20% para o arroz orgânico certificado, sendo uma medida da COOTAP, como forma de bonificar os produtores que estão produzindo neste sistema de cultivo eficiente e sustentável.

O assentado L. R., destacou que as famílias produzem o arroz orgânico, porém não se tem acesso ao produto final, pois além de ir para a COOTAP, seu preço de mercado não é acessível para a família assentada. Ainda, retrata que no ano de 2013, sua família teve acesso a uma pequena quantia de produto processado, mas com um custo de 100 reais.

Nós encomendamos arroz o ano passado da cooperativa (COOTAP) e veio 2 fardos, só que descontaram, teve um custo de R\$ 100 reais. Esse ano nós encomendamos, mas não veio ainda, pra te dizer a verdade: não sei se vai vir. Eu planto o arroz orgânico e quero também me alimentar dele. O arroz acaba indo para lá (COOTAP), pois aqui não temos condições de empacotar, então, acaba que a gente não consegue consumir o arroz que produziu e se tu comprar ali no mercado, o nosso arroz orgânico é caro e nós que somos “pobres” não temos condições de pagar (Entrevistado L.R., Assentamento Cristo Rei).

Fica evidente que o arroz orgânico só é consumido pela classe média alta, através de um novo nicho de mercado que se forma.

Para Araújo, Paiva e Silveira (2007), o mercado de produtos orgânicos tem apresentado grande crescimento nos últimos anos, consequência da maior procura pelos consumidores que se preocupam com alimentação saudável e com a “desintoxicação” do meio ambiente. Nos supermercados, lojas de produtos naturais e feiras-livres, os orgânicos vêm ganhando espaço e a atenção dos consumidores, mesmo apresentando custo mais elevado que os produtos convencionais. O consumo de produtos orgânicos vem crescendo consideravelmente, decorrente de mudanças nas preferências dos consumidores, motivadas, principalmente, por preocupações com a saúde pessoal e da família. A agricultura orgânica é uma alternativa para o agricultor, com uma produção barata e de alta qualidade, usando apenas insumos produzidos na propriedade.

Com a produção voltada para nichos específicos de mercado, a exemplo do arroz negro, esse possui um alto valor de comércio e, apesar de ter um mercado bastante seletivo, além de ser muito rentável acaba por ser uma produção viável nos assentamentos do MST. Tal variedade de arroz apresenta boa palatabilidade e se utiliza de igual tecnologia de produção que outras variedades, a exemplo do arroz cateto e agulha.

As variedades de arroz orgânico podem ser comercializadas em cooperativas, feiras, supermercados; ou comercializadas pelo PAA e PNAE através da CONAB, através dos recursos do MDA, ganhando então, uma nova forma de comercialização. Verifica-se que, para o arroz orgânico ser viável economicamente em pequenas propriedades, o assentado deve cultivar variedades especiais de arroz, a exemplo do arroz negro, que possui elevado preço de mercado.

Além do PAA e do PNAE, políticas como o PRONAF, muitas vezes não são acessíveis ou suficientes para que os agricultores familiares possam implantar e ampliar, racionalizar e modernizar sua infraestrutura, buscando se fortalecer e dinamizar sua produção no sentido de viabilizar o desenvolvimento agrário sustentável no campo. Tais políticas se tornam inacessíveis em muitos casos, em função da burocracia, da morosidade e até mesmo por falta de conhecimento dos próprios agricultores familiares a respeito das políticas públicas a eles direcionadas.

A principal política pública que os assentados acessam é o PRONAF, esse recurso é importante, pois as famílias investem o capital oriundo deste programa para melhorar as condições de moradia ou aplicar na compra de implementos agrícolas para desenvolver os sistemas produtivos.

Segundo dados do Ministério do desenvolvimento Agrário (2014), o PAA foi criado em 2003 e é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. O programa PAA se articula entre produção, comercialização e consumo, proporcionando aos atores sociais envolvidos o acesso a uma alimentação diversificada.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2014), o PNAE garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação

escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

As políticas agrárias que fortalecem a produção e comercialização de produtos orgânicos são de fundamental importância para o fortalecimento da produção ecológica nos assentamentos. Tais políticas ainda são insuficientes, no entanto, as iniciativas como o PAA, PNAE, PRONAF custeio, PRONAF agroindústria, Programa de apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais (PROINF), são importantes iniciativas do governo para que os agricultores consigam desenvolver a agricultura familiar em suas propriedades. (MDA, 2013).

Com relação aos sistemas produtivos, as metas ou políticas estaduais para os assentamentos são determinadas pelo INCRA, sendo que no ano de 2013 foi determinada a produção de culturas destinadas ao PAA e o arroz orgânico comercializado com a COOTAP. É importante destacar que a produção dos assentamentos de São Gabriel é utilizada para o consumo das famílias e o excedente é vendido para cooperativas, mercados e feiras, ou destinado para o PAA e PNAE.

Para desenvolver com sucesso o sistema produtivo do arroz orgânico, é necessário tratores, colheitadeiras e semeadeiras, pois as prestadoras de serviço contatadas pelo INCRA não oferecem máquinas suficientes para o desenvolvimento do sistema produtivo. No ano de 2014, foi possível aos assentados, através de financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), fazer a compra de mais máquinas agrícolas, é um complemento que auxilia as prestadoras desde o plantio até a colheita do produto e os assentados pagam somente 20% desses equipamentos.

Destacam-se também algumas ações e projetos do BNDES para estruturar a produção, pelo fato da maioria dos assentamentos na região serem de difícil acesso, onde o arroz tem que sair com uma umidade padrão para não perder em qualidade durante a venda. Tais projetos se referem a recursos para a reforma de silos, secadores e balança de pesagem, sendo de fundamental importância para que os assentados desenvolvam com sucesso a produção do arroz orgânico.

Como o arroz possui uma alta integração ao mercado, apesar de seu uso mediano de tecnologias produtivas dentro dos assentamentos, o produto acaba por

ganhar cada vez mais destaque, com nichos específicos de mercado, assim como outros produtos produzidos pela agricultura orgânica, agregando valor ao produto e valorização dos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Conforme os técnicos T.A. e T.N., o processo produtivo do arroz orgânico ainda está em fase de consolidação, aos poucos, as famílias vão aprimorando tecnologias produtivas, acessando recursos, organizando as infraestruturas produtivas, como as infraestruturas para transporte, maquinário para a lavoura, entre outros. Com a articulação dos grupos de produção, aos poucos, o sistema produtivo vai se consolidando e viabilizando um aumento das áreas produtivas.

Diante deste inovador sistema produtivo, podemos perceber o aumento da produção através de inúmeras variáveis, como uma maior relação entre agricultores agroecológicos, sociedade e mercado, integração dos assentados com as cooperativas, o processo de certificação faz com que o produto ganhe novos nichos de mercado e a cadeia aumente com o passar dos anos.

Devemos compreender que a cultura do arroz orgânico requer um reaparelhamento nas estruturas de armazenamento e comercialização, devido a uma série de exigências, não relacionadas somente ao incremento de máquinas para a colheita, mas também, o reaparelhamento de cilos para sua armazenagem, melhoria nas infraestruturas de estradas, para escoamento de produção e, as variedades adequadas a serem escolhidas para cultivo.

As variedades mais cultivadas nos assentamentos de São Gabriel são o arroz cateto e o agulha, sendo que o cateto possui bastante amido e é característico por ser macio e cremoso. O arroz agulha é o arroz mais consumido no Brasil, não possui textura cremosa, mas é muito rápido no cozimento, possui textura solta e paladar bastante agradável. Também são produzidas variedades exóticas, a exemplo do arroz preto que possui sabor exótico e aroma diferenciado e é um arroz que possui muitas proteínas e fibras.

A produção do arroz orgânico é uma forma alternativa de se produzir, também pode ser denominado um estilo particular de conduzir um sistema produtivo, um estilo viável econômico, social e ambiental, é eficiente e se opõe as formas agrícolas convencionais.

O arroz orgânico potencializa a troca de sementes com demais produtores, preservando o banco genético e ainda, pode ser comercializado em feiras de venda de alimentos diferenciados e de qualidade, visando não unicamente o lucro, mas

também aliando conservação do meio ambiente, saúde das pessoas e do agroecossistema como um todo.

Os assentados relatam que é importante a parceria com a COOTAP, pois a mesma auxilia na produção do arroz, disponibilizando recursos, assistência técnica, além de garantir a compra da produção. A produção do arroz orgânico se desenvolve dentro dos assentamentos, dividindo as famílias em grupos de produção, dividindo os hectares de acordo com a água disponível.

A partir da organização da produção desenvolvida nos grupos de produção nos assentamentos, na safra de 2013, ao desenvolver a produção e as técnicas de manejo, aliado à aplicação de compostos orgânicos para auxiliar na fertilidade do solo, as lavouras nos três assentamentos de São Gabriel tiveram rendimento de aproximadamente 90 sacas por hectare.

O técnico de ATES T.A., cita que um dos problemas dos assentamentos está relacionado com a baixa fertilidade dos solos, ou seja, solos desgastados pelo intenso cultivo convencional, com acidez, deficiência de fósforo, arenização, áreas com voçorocas, entre outros.

Os solos dos assentamentos de São Gabriel são uma mistura de argila, areia e saibro, é um solo que varia bastante na composição da rocha. No geral, todas as áreas de várzeas dos assentamentos tem baixa fertilidade. Uma que o “fazendeiro” acaba vendendo a terra para a reforma agrária já quando ela esta infértil, ou seja, ele suga tudo o que pode, se endivida e depois vende, sendo então destinada a reforma agrária. Os solos são bastante ácidos, com deficiência de fósforo e com voçorocas em fase inicial. Regularmente, é feito análise de solo, duas amostras por lote, onde, através de um convênio com o Instituto federal Farroupilha, Campus de São Vicente do Sul e, através de isenção da taxa de análise do solo foi possível identificar e analisar a qualidade dos solos dentro dos assentamentos de São Gabriel (Entrevistado T.A., Técnico de Ates).

Através de convênios, como o Desenvolvimento Sustentável de Reforma Agrária (ConFIE)³¹, em parceria entre o INCRA, FAPEG e EMBRAPA, busca-se aprimorar e incrementar novas formas de adubação, aumentando a fertilidade dos solos e, em longo prazo, ir melhorando a qualidade dos solos nos assentamentos. Os técnicos se empenham ao máximo no intuito de melhorar a qualidade dos solos dentro dos assentamentos.

³¹ Os estudos dos solos das fazendas recentemente adquiridas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na região de São Gabriel/RS, para assentamentos de Reforma Agrária, foram desenvolvidos no âmbito do ConFIE (Convênio INCRA/FAPEG/EMBRAPA) que tem por objetivo o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias entre a pesquisa, assistência técnica e os assentados. (CUNHA et al., 2010).

Nós temos esse convênio do ConFIE, que está proporcionando uma melhora na qualidade do solo, através da incorporação de pó de rocha com a palha do arroz. Ontem mesmo os técnicos aqui de São Gabriel foram até a cidade de Pelotas para fazer um curso voltado para desenvolver a agricultura sustentável, melhorando a qualidade dos solos e ainda, buscando conhecimento relativo ao controle de insetos na lavoura e qualificando a cada dia o sistema produtivo do arroz orgânico (Entrevistado T.A., Técnico de ATES).

É desenvolvida também a apicultura nos assentamentos estudados, sendo que no início foram introduzidos uma ou duas colmeias por família que desejou trabalhar com a produção de mel. As áreas dos assentamentos são favoráveis para esse tipo de produção, pois apresentam importantes áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. Todos os assentamentos do INCRA possuem 20% de áreas de reserva ambiental, mais as áreas de Preservação Permanente, que devem ser prioritariamente preservadas. O arroz orgânico em questão, vem aos poucos transformando a vida dos assentados e melhorando a qualidade ambiental, conforme pode ser percebido no trabalho de campo, principalmente na fala dos assentados entrevistados.

Como eu te disse: aqui a melhora no ambiente é visível, pois tu entra no meio de uma lavoura de arroz nossa tu vai ver sapo, aves, cobra, aranha, capivara, veado, ou seja, a fauna e a flora estão em constante equilíbrio. Tu vais à outra lavoura de soja convencional com veneno tu não vê vida, então, a melhora ambiental, a continuidade da vida e o equilíbrio ambiental é visível aqui (Entrevistado T.I., Assentamento Madre Terra).

Eu vejo melhora não só na qualidade de vida, mas também uma melhora na produtividade e no consórcio entre as culturas. A produção do arroz orgânico é um projeto sustentável e nós temos que ter uma visão de avanço, não podemos parar, se limitar somente a essa produção, pois ele nos abre um leque de mercado, de infraestrutura e de produtividade que tende a crescer cada vez mais, mas isso depende daquilo que te falei: de apoio financeiro e de recurso público, pois temos uma enorme quantidade de projetos mas a gente sempre esbarra no financeiro, isso é um limite (Entrevistado E.C.A., Assentamento Cristo Rei).

Eu vim para o assentamento para ficar longe dos venenos e dos transgênicos, a gente sabe que os agrotóxicos fazem mal né. Hoje em dia, os transgênicos tomaram conta. Se a gente esta na cidade, todo dia a gente está comendo alimentos envenenados (Entrevistado J.P.F.R., Assentamento Zambeze).


Com a produção do arroz orgânico, além na melhora qualitativa no ambiente, a assentado terá maior renda. A variedade mais cultivada nos assentamentos estudados é o arroz agulha, esse teve um rendimento que variou de 80 a 100 sacas por hectare nestes assentamentos, podendo chegar até 150 sacas por hectare,

dependendo do bom manejo durante as fases evolutivas da planta e do incremento de matéria orgânica no solo.

4.2.1 A produção do arroz orgânico no assentamento Madre Terra

O assentamento Madre Terra iniciou sua produção de arroz orgânico no ano de 2011 a partir de uma “lavoura escola”, onde foram cultivados aproximadamente 60 hectares e envolveu em torno de 40 famílias, conforme exposto na tabela 4.

Tabela 4: Evolução do cultivo do arroz orgânico no Assentamento Madre Terra, São Gabriel, RS

Evolução do plantio do arroz orgânico no assentamento Madre Terra - São Gabriel - RS			
Evolução da cadeia produtiva - Anos	Área total em Hectares	Número de famílias envolvidas na produção	Grupos de produção
2011	60	40	6
2012	150	45	6
2013	150	46	6
2014	273	52	6
Organização: João Zanon Data de elaboração: 03/10/2014			

Fonte: Entrevistas semiestruturadas, 2014.

Org.: ZANON, J. S.

O assentamento Madre Terra possui uma área total de 2.252 hectares, sendo que as famílias estão distribuídas em 83 lotes, com média de 17 hectares cada lote. No ano de 2014 foi cultivado um total de 273 hectares de arroz orgânico, envolvendo seis grupos de produção e 52 famílias assentadas.

Na figura 8 visualizamos a área de cultivo de arroz, as áreas de barragens e as áreas de Reserva Ambiental e Área de Preservação Permanente. O assentamento Madre Terra possui aproximadamente 400 hectares disponíveis para o cultivo do arroz orgânico, porém, o fator limitante é a falta de máquinas apropriadas para o cultivo e a falta de água para irrigar toda essa área produtiva.

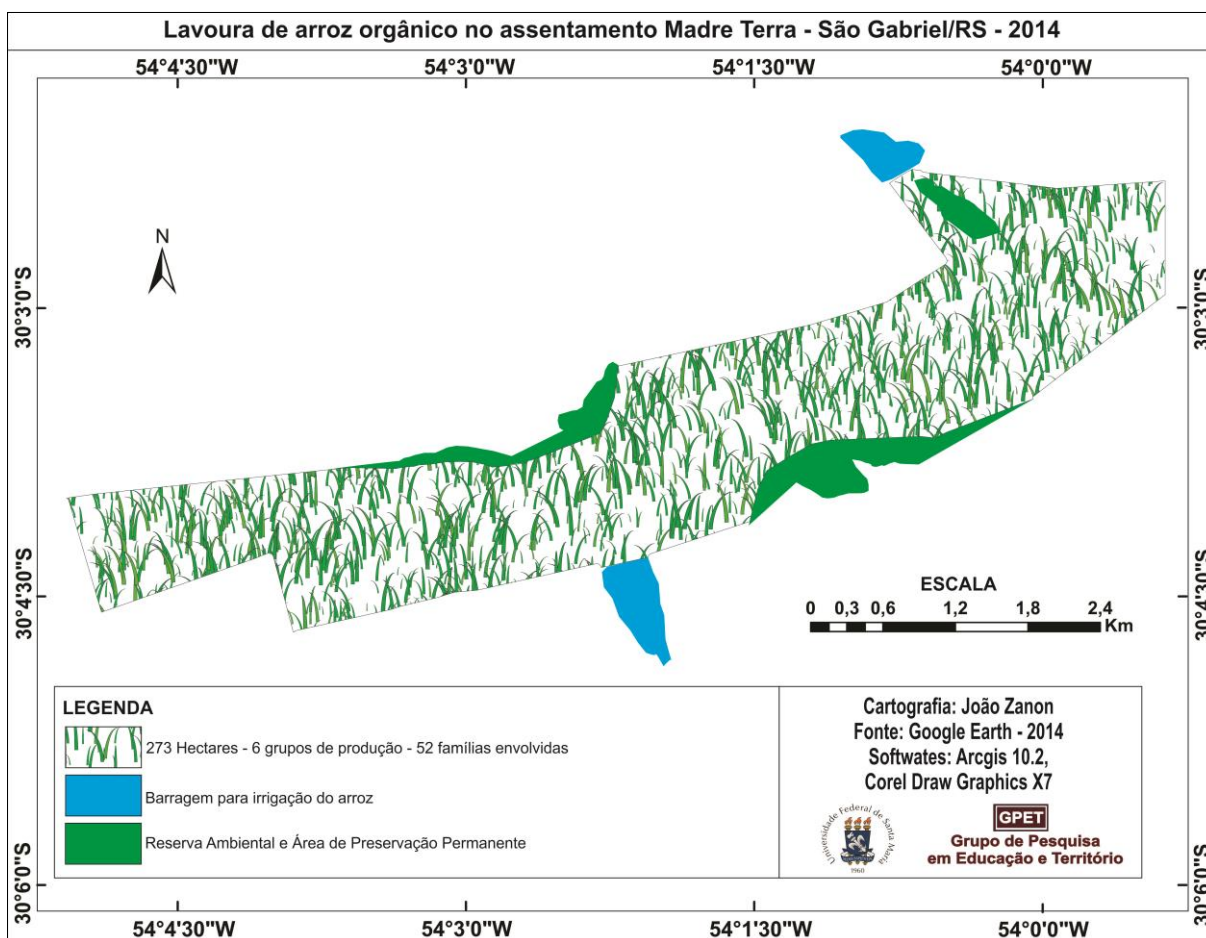


Figura 8: Lavoura de arroz orgânico no assentamento Madre Terra, São Gabriel, 2014.

Fonte: Imagem de satélite Landsat do Google Earth, 2013.

Org.: ZANON, J. S.

A proposta de produção orgânica está sendo viabilizada através de uma parceria com a COOTAP, que possui uma experiência de mais de dez anos com a produção do arroz agroecológico. A cooperativa é responsável pelo fornecimento das sementes, por parte da assistência técnica às famílias assentadas e garantindo a compra da produção. As famílias organizam-se em grupos de produção para construir a lavoura, geralmente em lotes vizinhos, destinando parte da propriedade para a produção do arroz orgânico.

O assentamento Madre Terra tem capacidade de expandir sua produção, porém, um fator limitante é a falta de água para o desenvolvimento do processo produtivo, pois, quando o arroz era produzido de forma convencional, à água para irrigar as lavouras era “bombeada” do rio Vacaraí e, no primeiro ano de produção no assentamento, os produtores seguiram tal processo, porém, o custo foi muito

elevado, fazendo então com que os assentados passassem a utilizar para irrigação a água de barragens localizadas no assentamento.

A barragem que se localiza na porção norte do assentamento tem que passar por processo de restauração de seu “maciço”, pois se encontra com problemas na taipa devido ao processo de erosão, dificultando a capacidade de retenção da água. A barragem que se localiza ao sul do assentamento, deve ser restaurada, está previsto um levante no maciço para aumentar sua capacidade de irrigação. Seu nível está baixo, sendo que, após o levante do maciço e aumento da capacidade de retenção de água, será possível aumentar seu potencial de irrigação. Porém, mesmo cheia, ela não é suficiente para irrigar a área apta à produção do arroz a ser cultivado no assentamento.

Temos no assentamento Madre Terra 400 hectares disponíveis para produzir o arroz. Hoje, 120 hectares é a capacidade de irrigação da barragem, mas não a capacidade instalada de água. Então, a ideia é levantar o maciço, encher ela e aumentar a capacidade de irrigação, pois ela não é suficiente para irrigar toda essa área de várzea disponível, hoje ela não da conta se fosse irrigar tudo. Nós fizemos um projeto e mandamos para o INCRA, agora estamos apenas esperando os recursos (Entrevistado T.A., Técnico da ATEES).

Com os projetos de aumento e restauração das barragens dos assentamentos, a capacidade para produzir arroz, em relação à quantidade de terra apta para plantio que é de 400 hectares e, após os projetos concluídos, se poderá produzir em toda área disponível.

Atualmente, o maquinário utilizado durante o processo produtivo é financiado pela COOTAP, dos próprios assentados ou das prestadoras de serviço contratadas pelo INCRA. No mosaico de fotos da figura 9 está exposta parte das máquinas utilizadas durante o processo produtivo do arroz orgânico no assentamento Madre Terra.

Os maquinários utilizados nas lavouras do assentamento Madre Terra provem das prestadoras de serviços e adquiridos através do BNDES. Nas fotos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 visualizamos as máquinas fornecidas pelas prestadoras e é composto por equipamentos antigos, que não desempenham um papel eficiente no desenvolvimento do sistema produtivo do arroz. Porém, os equipamentos comprados pelos assentados, através de financiamentos do BNDES, são novos e adequados às lavouras de arroz do assentamento.



Figura 9: Maquinário utilizado durante o processo produtivo do arroz orgânico, Assentamento Madre Terra

Fonte: Arquivos pessoais do pesquisador, 2014.

Org.: ZANON, J. S.

Os entrevistados ressaltam que um dos problemas do assentamento é à distância em relação à cidade, somado as precárias condições das estradas, o que dificulta o acesso dos técnicos aos assentamentos e prejudicando o escoamento da produção até o mercado consumidor. O transporte escolar é precário, os alunos percorrem grandes distâncias até chegar à escola municipal mais próxima. No assentamento Madre Terra, a falta de transporte dificulta o deslocamento dos assentados para as cidades em busca da prestação de serviços diversos como mercados, sistema bancário, postos de saúde, entre outros.

Aqui é um lugar muito bonito, mas o grande problema é à distância da cidade, pois se torna difícil o escoamento da produção, o trabalho da assistência técnica, o deslocamento da população até a cidade e o deslocamento das crianças até a escola. Agora que estamos construindo as casas, para trazer material de construção é horrível, imagina transportar por 80 quilômetros: telha, Brasilit, tijolo, calha de chuva, cimento, isso torna o custo muito elevado (Entrevistada F.A., Assentamento Madre Terra).

Neste assentamento foram feitas estradas emergenciais para transportar as crianças até a escola, pois o ônibus vem até um ponto, lá perto das lavouras, depois você pode ir ver a lavoura onde mora o Sr. João, ele tem


três crianças que estudam. Aqui nos temos uma escola polo, mas é bem longe, é afastada 30 quilômetros do assentamento. A minha menina levanta cinco e meia da manhã para chegar à escola as oito, ela pega o ônibus aqui às seis horas e chega às oito. No Sr. João as crianças estão levantando em torno de três e meia, depois ele traz as três crianças de carroça até a sede do assentamento, onde o ônibus pega e leva até a escola (Entrevistada F.A., Assentamento Madre Terra).

A situação de precariedade a que o assentamento esta submetido demanda a urgência de melhoria das infraestruturas para que as famílias possam permanecer nos lotes.

4.2.2 A produção do arroz orgânico no Assentamento Cristo Rei

O assentamento Cristo Rei iniciou o cultivo de arroz orgânico no ano de 2011, plantando uma área de 67 hectares que envolveram 11 famílias. A evolução da cadeia produtiva no assentamento Cristo Rei, o número de famílias envolvidas e área plantada pode ser visualizado na tabela 5.

Tabela 5: Evolução do cultivo do arroz orgânico no Assentamento Cristo Rei, São Gabriel, RS

Evolução do plantio do arroz orgânico no assentamento Cristo Rei - São Gabriel - RS			
Evolução da cadeia produtiva - Anos	Área total em Hectares	Número de famílias envolvidas na produção	Grupos de produção
2011	67	11	2
2012	100	42	6
2013	130	42	2
2014	140	45	2
Organização: João Zanon Data de elaboração: 03/10/2014			

Fonte: Entrevistas semiestruturadas, 2014.

Org.: ZANON, J. S.

No ano de 2014, a área plantada foi de 140 hectares, envolvendo dois grupos de produção e 41 famílias. Na figura 10 visualizamos a lavoura de arroz no assentamento Cristo Rei, a área de cultivo, as barragens e as áreas de Reserva Ambiental e Preservação Permanente. É notável uma grande área de Reserva

Ambiental e Áreas de Preservação Permanente, ou seja, são áreas que devem ser preservadas, pois desempenham papel importante na manutenção dos recursos hídricos, da flora e da fauna da região.

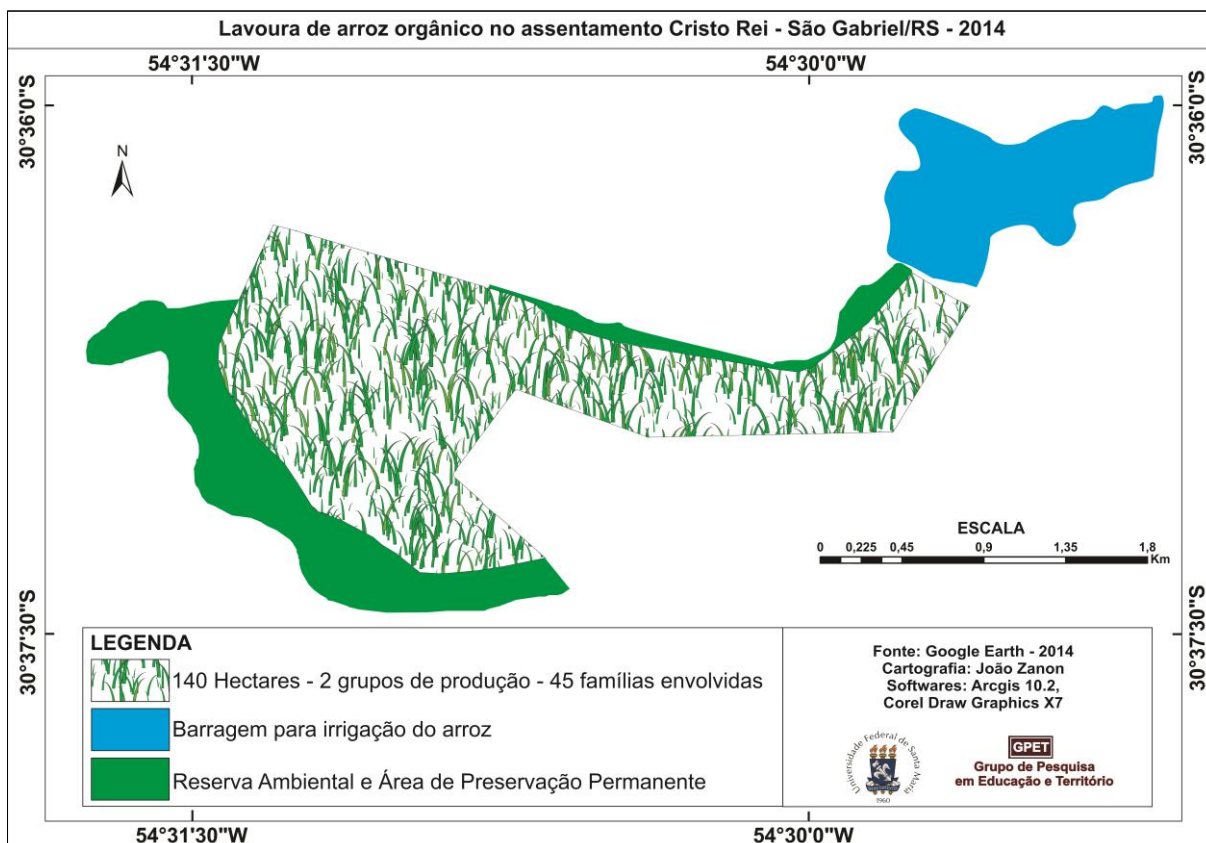


Figura 10: Lavourea de arroz orgânico no assentamento Cristo Rei, São Gabriel, 2014.

Fonte: Imagem de satélite Landsat do Google Earth, 2013.

Org.: ZANON, J. S.

O assentado A.C.N., do assentamento Cristo Rei, cita que optou pelo arroz orgânico por que a COOTAP auxilia durante todo o processo produtivo, disponibilizando sementes e garantindo a compra da produção. Porém, por falta de máquinas, ocorre atraso no plantio e na colheita, tornando difícil o desenvolvimento do sistema produtivo.

Eu optei por plantar o arroz orgânico pelo preço bom que a cooperativa paga, pois é mais fácil de sobreviver plantando arroz dentro do assentamento. O arroz, a cooperativa leva e depois vem e paga. No início da produção aqui, veio técnicos da COOTAP para ensinar o cultivo do arroz orgânico. No entanto, vou te dizer uma coisa, tem muitas pessoas interessadas na lavourea orgânica, é muito bom que a COOTAP auxilie na produção e vamos ver esse ano se a gente consegue produzir mais e pegar um preço bom pelo produto (Entrevistado A.C.N., Assentamento Cristo Rei).

O nosso problema aqui é assim, nós não temos máquinas adequadas para colher o arroz, por exemplo, nós não temos trator tracionado. Para “lidar” com o arroz orgânico, tem que ter máquina adequada, e o nosso grupo ainda não conseguiu comprar trator e colheitadeira. Veio algumas máquinas através de um convenio com o BNDES, mas ainda é insuficiente para nossa lavoura (Entrevistado E.C.A., Assentamento Cristo Rei).

No mosaico de fotos da figura 11 está exposta parte das máquinas utilizadas durante o processo produtivo do arroz orgânico no assentamento Cristo Rei. As máquinas mostradas nas fotos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da Figura 11 foram adquiridas pelos assentados no ano de 2014 através dos financiamentos do BNDES. Esses maquinários são utilizados nas lavouras dos assentamentos Cristo Rei e Zambeze. A compra de semeadeiras, grades e tratores só foi possível através deste financiamento. Os assentados irão pagar somente 20% dos implementos e poderão desenvolver de maneira satisfatória a produção orgânica.

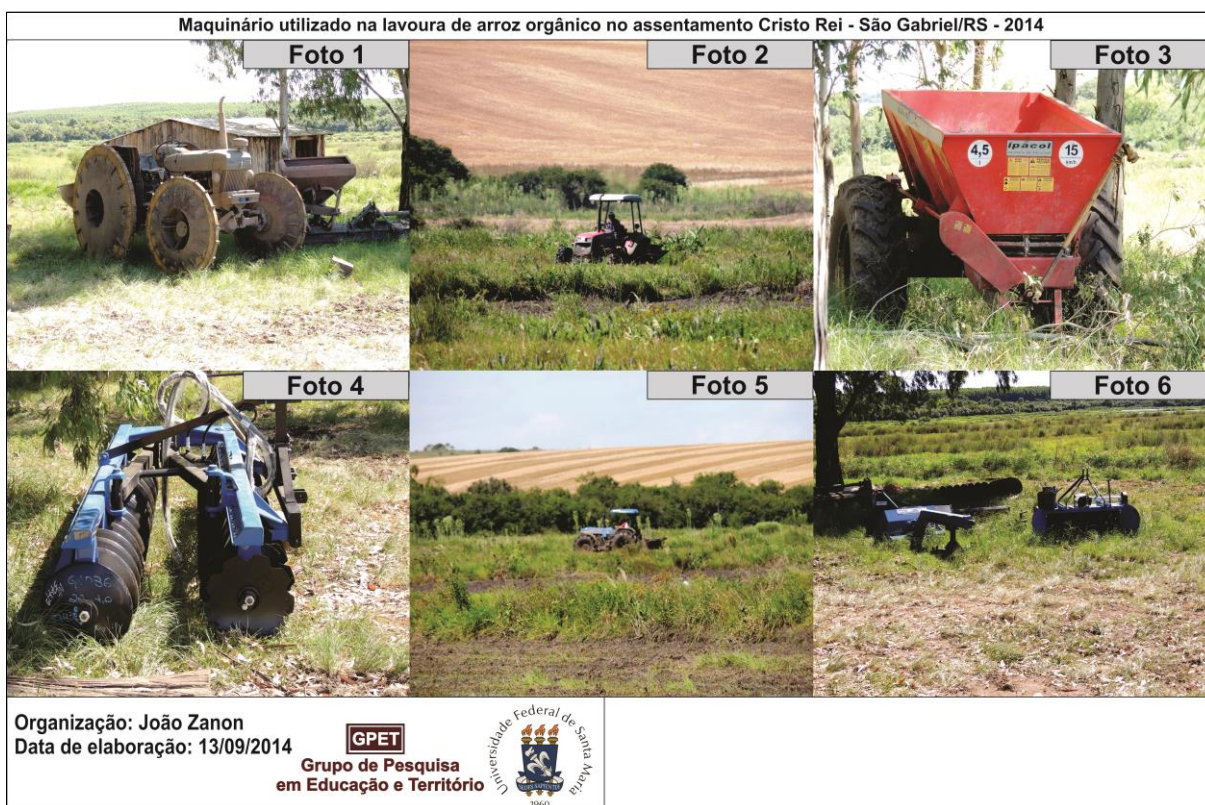


Figura 11: Maquinário utilizado na lavoura de arroz orgânico no Assentamento Cristo Rei, São Gabriel, 2014

Fonte: Arquivos pessoais do pesquisador, 2014.

Org.: ZANON, J.S.

A organização da produção do arroz orgânico no assentamento Cristo Rei iniciou no ano de 2011, onde, em reunião com as famílias dispostas a desenvolver a

produção ficou acertado que a COOTAP iria dar todo o apoio técnico e os recursos financeiros para o plantio do arroz, bem como o envio de técnicos para auxiliar no desenvolvimento da produção. Os assentados relatam que a assistência técnica sempre foi importante, pois os técnicos da COPTec e da ATES nunca mediram esforços para auxiliar as famílias sempre que preciso.

O assentado L.R. destaca que o manejo da lavoura do arroz orgânico é relativamente fácil, necessitando cuidados diários apenas no primeiro mês de plantio. O assentamento dispõe de água limpa em abundância para a irrigação, poucas pragas e plantas invasoras na lavoura.

Vou te dizer uma coisa, não tem muita dificuldade no manejo da lavoura. O arroz orgânico necessita um manejo adequado e diferente do convencional, que consiste no controle do caramujo, da lagarta e das marrecas. Nossa água é bem limpa, tu quase não vê caramujo na lavoura, isso facilita bastante o sistema produtivo. No mais, tem que fazer o manejo da água para eliminar as gramíneas, levantando a lâmina da água. Quando tem lagarta, tem que “afogar” o arroz, então, a dificuldade é quase nenhuma. No ano passado, descobrimos que tinha lagarta em algumas áreas da lavoura, pegamos e aumentamos o nível da água, deixamos oito dias o arroz embaixo da água e já resolveu o problema, o arroz é bem forte, ele não morre, isso é muito bom (Entrevistado L.R., Assentamento Cristo Rei).

No mosaico de fotos da figura 12 podemos visualizar a evolução da lavoura orgânica cultivada no assentamento Cristo Rei no ano de 2014. Nas fotos 2 e 3 da figura 12 visualizamos o preparo do solo para o plantio e a diversidade de fauna e flora presente na lavoura do arroz. Nas fotos 4 e 5 podemos ver o arroz já em fase de crescimento e o processo de controle de plantas invasoras através do controle do nível da água.



Figura 12: Evolução da lavoura de arroz orgânico no assentamento Cristo Rei, São Gabriel, 2014.

Fonte: Arquivos pessoais do pesquisador, 2014.


Org.: ZANON, J.S.

Na lavoura de arroz orgânico do assentamento Cristo rei nunca foi usado nenhum insumo sintético, somente adubo orgânico preparado com sílica e pó de rocha incrementado a palha do arroz no primeiro ano de plantio. Porém, o fazendeiro que possui terras no entorno do assentamento usa insumos químicos e agrotóxicos, o que acaba por comprometer o processo de certificação neste assentamento.

4.2.3 A produção do arroz orgânico no assentamento Zambeze

O assentamento iniciou a produzir arroz orgânico no ano de 2014, pois detinha área de várzea até então inexplorada. As famílias do assentamento Zambeze visualizam um aumento da área de cultivo, visto que o assentamento possui áreas de várzea disponíveis e barragens para a irrigação, o que favorece o avanço da cadeia produtiva. Na tabela 6 visualizamos os dados do primeiro ano desta produção.

Tabela 6: O cultivo do arroz orgânico no Assentamento Zambeze, São Gabriel, 2014

Cultivo do arroz orgânico no assentamento Zambeze - São Gabriel - RS			
Evolução da cadeia produtiva - Anos	Área total em Hectares	Número de famílias envolvidas na produção	Grupos de produção
2014	60	5	2
Organização: João Zanon Data de elaboração: 03/10/2014			

Fonte: Entrevistas semiestruturadas, 2014.

Org.: ZANON, J. S.

Cada família assentada possui de seis a oito hectares na área de várzea, disponível para produzir o arroz orgânico. Porém, algumas famílias possuem pouca área apta para o plantio, o que acaba diminuindo a área de cultivo apta para o agricultor e por consequência a diminuição de renda para os grupos de produção. Na figura 13 visualizamos a lavoura de arroz cultivada no assentamento Zambeze.

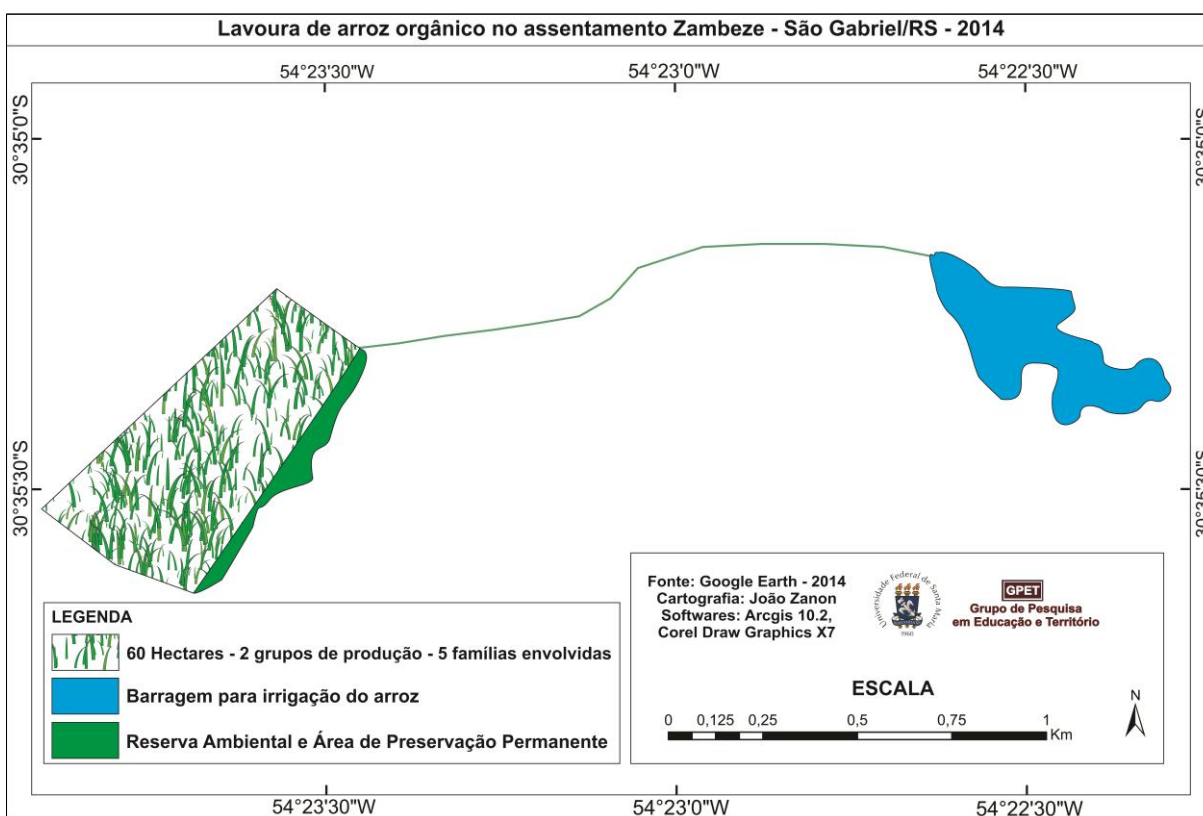


Figura 13: Lavoura de arroz orgânico no assentamento Zambeze, São Gabriel, 2014.

Fonte: Imagem de satélite Landsat do Google Earth, 2013.

Org.: ZANON, J. S.

As áreas aptas ao cultivo do arroz no assentamento Zambeze chegam a aproximadamente 200 hectares. Neste primeiro ano de produção, apenas 60

hectares estão sendo cultivados. Na medida em que os assentados se estruturarem nos lotes, adquirirem máquinas para desenvolver a produção, financiamentos para o custeio da lavoura, certamente essa produção terá um aumento na área produzida. Os assentados relatam que o que mais dificulta a produção do arroz orgânico é a escassez de recursos financeiros para desenvolver este sistema produtivo.

Falta política pública criada no intuito de nos ajudar nos custos produtivos, pois o arroz orgânico está saindo caro para nós que estamos no primeiro ano de produção, estamos fazendo a lavoura nova e isto demanda mais dinheiro. A COOTAP financia a produção, mas depois, na hora do acerto, temos que cooperar para que o assentado e a cooperativa prosperem. Então, a gente espera que esse ano seja criado uma política pública específica para incentivar os agricultores a desenvolver o sistema produtivo orgânico (Entrevistado J.P.F.R., Assentamento Zambeze).

Atualmente, em torno de 100 famílias dos assentamentos de São Gabriel fazem parte da cadeia produtiva do arroz orgânico. Com a previsão do aumento da área de produção, torna-se necessária uma assistência técnica voltada especificamente para a sistematização da produção, para os assentados, a assistência técnica é fundamental para o desenvolvimento da produção do arroz orgânico para além das alternativas de produção.

4.2.4 A assistência técnica desenvolvida pela ATES e COPTec nos assentamentos de São Gabriel.

No desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados dois técnicos que prestam assistência aos assentados da região de estudo. A equipe de técnicos acompanhou o desenvolvimento da pesquisa, durante o trabalho de campo, orientando e respondendo as entrevistas. Nessa trajetória, também foram se realizando diálogos com os assentados, juntamente aos membros da equipe técnica, procurando informações que fossem relevantes para a pesquisa.

A assistência técnica da ATES ocorre durante todas as etapas do processo produtivo, sendo que em São Gabriel, esta possui caráter organizacional e específico para a produção do arroz orgânico. Os agricultores são assistidos por dois técnicos da COPTec e da ATES que dão apoio técnico aos assentados de São Gabriel e, através de visitas semestrais aos assentados e aplicando técnicas e tecnologias, auxiliam os assentados a desenvolverem os sistemas produtivos de maneira eficiente.

Para Miranda, Zarnott (2013), o Programa de ATES no RS envolve 300 assentamentos com 11.300 famílias que são atendidas por 130 técnicos organizados em 20 equipes. A Agroecologia é um dos princípios do Programa de ATES. Os técnicos da ATES trabalham com sistemas de levantamento de dados, sejam esses econômicos ou socioambientais. Dentre as ferramentas utilizadas pelos técnicos, merece destaque o Sistema Integrado de Gestão Rural de ATES (SIGRA)³², esse sistema é novo e os técnicos ainda tem dificuldade em manusear o software no campo, na hora de fazer o levantamento de dados com os assentados. Assim que os técnicos manusearem o software com segurança e precisão, dados como produção, infraestrutura, saúde e educação podem ser levantados e compilados para se ter uma base sólida de informações a respeito da qualidade de vida e também apontando precariedades nos assentamentos do Rio Grande do Sul.

No encontro dos técnicos de ATES realizado em Santa Maria/RS, em 2013, foi discutida, uma proposta para melhorar e qualificar o SIGRA, dando mais opções e sugestões aos Núcleos Operacionais (NO,s) e as cooperativas, para que ambos possam utilizá-lo como ferramenta. O SIGRA possibilitou uma maior aproximação das famílias para com a assistência técnica, e ainda, um maior conhecimento das famílias sobre sua produção e, com relação ao cultivo do arroz orgânico, com tal sistema fica fácil os agricultores coletarem os dados quali-quantitativos deste sistema produtivo.

É papel do INCRA promover a reforma agrária e que esta represente em mudanças para assentados, tanto no viver quanto no produzir, sistematizando, a médio e longo prazo, manter e gerir o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas.

O assentamento que é um espaço que passa a sofrer interferências externas, quando o INCRA assume o controle espacial. Este controle se refere desde a escolha das famílias que são assentadas em uma região muitas vezes estranha, com costumes, culturas e clima diferente. Tais fatores acabam por dificultar a adaptação dos assentados a uma região diferente das de sua origem.

³² O SIGRA é baseado na teoria dos sistemas agrários e é uma ferramenta de gestão que considerará a valorização das experiências locais, o aprendizado coletivo, a metodologia participativa e a contribuição do conhecimento técnico. “É mais um processo que visa dar continuidade à qualificação do programa de assistência técnica aos assentados” (INCRA, 2012).

No ano de 2013 completou cinco anos de atuação da ATES no RS, onde os técnicos, com o passar do tempo, puderam dedicar-se quase que exclusiva para as famílias assentadas, fazendo em média duas visitas técnicas semestrais para cada família; as visitas técnicas são realizadas com o intuito de se aproximar cada vez mais da realidade dos assentados.

Apesar da ATES ter ainda grandes dificuldades estruturais e organizativas, é um importante órgão de apoio técnico, social e ambiental nos assentamentos do RS, que tange à produção do arroz orgânico, esta assessoria passa a qualificar e estruturar a produção para que os assentados consigam ter êxito na produção de arroz nos moldes agroecológicos.

Segundo os técnicos, primeiramente as famílias apresentaram-se desconfiadas com a proposta de produzir o arroz orgânico, expressando o medo de se endividar, assim como o medo de trabalhar com um novo sistema produtivo. Trata-se da tensão, que vem ao encontro do que Woortmann (2004) apresenta, ao discutir sobre como os camponeses incorporam inovações em seu modo de vida, pois os mesmos são sempre cautelosos frente aos riscos, tornando-se resistentes as mudanças.

Com o programa de ATES, a relação dos técnicos com os assentados melhorou, bem como destes com as prestadoras de serviços, como é o caso do contrato com as empresas que alugam máquinas para o plantio e colheita do arroz.

Os contratos das prestadoras podem ser feitos em conjunto com INCRA e o grupo gestor. Cinco famílias de São Gabriel são integrantes do grupo gestor do arroz orgânico, tais famílias atuam no intuito de melhorar a infraestrutura necessária nos assentamentos, desde que decidido pelo grupo e representando as demandas dos assentados. É papel do INCRA, a gestão, fiscalização e monitoramento de todos os programas de ATES.

Segundo dados do Sistema de Avaliação e Monitoramento de ATES (SAMA), a política de contrato dos funcionários de ATES ocorre integrando o caráter social e ambiental para além das ações produtivas priorizadas até então. O SAMA, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) estabelecem uma nova estruturação institucional para com os serviços de extensão rural, apontando a configuração de um sistema pluralista de extensão no auxílio para com os assentados. A sua execução tem ocorrido através do estabelecimento de contratos, termos de parceria

e convênios com instituições públicas, privadas, entidades de representação e coordenação de trabalhadores rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária. Embora os convênios e os termos de parcerias sejam os instrumentos jurídicos mais empregados pelo INCRA na contratação e execução do programa de ATES, o contrato tem sido apontado como um elemento novo, capaz de efetivamente colocar a assessoria técnica no lote, trabalhando junto aos assentados.

O SAMA regula a qualidade dos serviços desenvolvidos pelas prestadoras dentro dos assentamentos. É através dos relatórios gerados pelo SAMA e pela fiscalização a campo que o INCRA realiza o pagamento das prestadoras, em função do cumprimento das metas contratuais cumpridas no mês. No caso da produção do arroz orgânico, por exemplo, a colheita sempre é feita pelas prestadoras e pelos próprios assentados e se por algum fator existe atraso no plantio e na colheita, o arroz poderá ter excesso ou falta de umidade o que irá influenciar diretamente no preço de venda final do produto.

O projeto básico que visa à contratação dos técnicos para os serviços de ATES para as famílias assentadas no Estado do Rio Grande do Sul, a composição entre metas estaduais, metas regionais e ações complementares, possibilita, uma aproximação das ações com a realidade vivenciada em cada Núcleo Operacional. (MDA, INCRA 2004).

As metas estaduais são definidas em nível estadual com a aprovação do Conselho estadual de ATES e são de execução comum para todos os Núcleos Operacionais. Já as metas regionais tornaram-se possíveis a partir da revisão dos Planos de Desenvolvimento e de Recuperação dos assentamentos (PDAs e PRAs), e mais recentemente com o SIGRA; onde as equipes técnicas discutem e definem em cada assentamento os temas e atividades a serem executadas pelas equipes, que por sua vez, são programadas a partir de uma lista de ferramentas metodológicas existentes.

Segundo dados do MDA e do INCRA, a equipe de trabalho da ATES em São Gabriel deve ser composta por técnicos sociais, técnicos agrários e agrônomos, conforme exposto na figura 14.

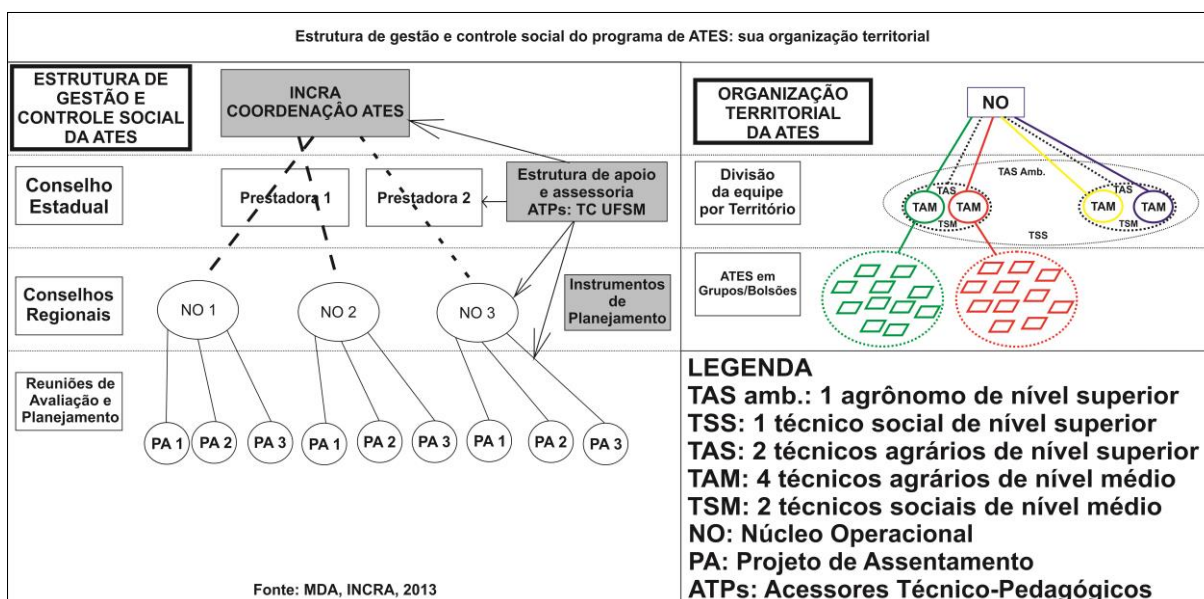


Figura 14: Equipe de trabalho da ATES em São Gabriel, RS.

Fonte: Adaptado do MDA e INCRA, 2013.

Org.: ZANON, J. S.

A atuação dos técnicos para com os assentados que produzem o arroz orgânico se torna eficiente, na medida em que há um entrosamento entre agrônomos, técnicos agrários e sociais, instituições; a exemplo do INCRA, ATES e Prestadoras de Serviços; irá se ter melhorias socioeconômicas nos assentamentos de São Gabriel, ou seja, melhorar a vida dos assentados, tanto no quesito geração de renda, qualidade socioambiental dos assentamentos, fazendo com que as famílias possam continuar em seus lotes, em condições dignas e sobretudo, produzindo e reproduzindo seus sistemas produtivos.

Apesar de todos os esforços da equipe técnica dentro de cada Projeto de Assentamento, os técnicos relatam que existem práticas de arrendamento de terras e conseqüente processo de renda da terra³³, dificultando cada vez mais o controle dos órgãos fundiários e da assistência dos técnicos da ATES, tanto nos assentamentos de São Gabriel, como em outros assentamentos do RS.

É papel do INCRA e dos técnicos de ATES o combate das práticas de arrendamento, dos crimes ambientais, da compra e venda de lotes, pois tais infrações a Lei poderá causar a perda do direito do assentado, de usufruir do lote. Ainda, quando os assentados trocam de lotes sem o conhecimento do INCRA e dos

³³ Assim, a renda da terra é obtida por uma relação técnica determinada pela existência de diversos graus de fertilidade da terra, constituindo-se em uma dedução do produto total, na parte líquida recebida pelos proprietários da terra. (DAVID RICARDO apud LENZ, 1992).

técnicos, os assentados acabam dificultando o trabalho da assistência, bem como o atraso dos recursos disponibilizados pelas políticas públicas estatais.

Em São Gabriel, alguns lotes ainda não estão regularizados pelo INCRA, pois ocorre troca constante de assentados de lotes, devido à dificuldade de adaptação dos assentados com o lugar, dificultando o acesso a créditos e liberação de recursos pelas políticas públicas fundiárias, quando tais assentados saem dos lotes e migram para outros assentamentos ou simplesmente desistem dos lotes, tornam-se novamente desterritorializados. A entrevistada do assentamento Madre Terra cita que a situação de abandono de famílias dos lotes é bastante frequente.

Várias famílias que hoje estão assentadas aqui, são famílias que já vieram por edital do INCRA, algumas famílias foram embora do assentamento. Das famílias que começaram na criação do assentamento Madre Terra, aproximadamente 30 famílias já foram embora (Entrevistada F.A., Assentamento Madre Terra).

A falta de qualificação técnica e de cursos de capacitação para os técnicos, as dificuldades de locomoção até os assentamentos, as ferramentas de trabalho precárias, entre outros fatores, acabam muitas vezes por desmotivar o trabalho dos técnicos da ATES nos assentamentos estudados. Os técnicos citam que, os principais problemas, dizem respeito à precariedade das estradas e a longa distância percorrida para chegar ao local de trabalho.

Os assentamentos ficam a aproximadamente 40 quilômetros de São Gabriel, mas o assentamento Madre Terra fica a 80 quilômetros da cidade. Então, com qualquer chuva, as estradas ficam intransitáveis. Temos somente um carro para trabalhar, isso desmotiva muito nosso trabalho. A produção do arroz é recente, ainda não dominamos o sistema produtivo, temos que buscar constantemente cursos técnicos e troca de experiências com outros agricultores, para que possamos desenvolver o arroz desde o plantio até a colheita (Entrevistado T.A., Técnico de ATES).

A partir de uma análise conjuntural da assistência técnica e a produção do arroz orgânico, percebe-se que os principais problemas enfrentados pelas famílias são a falta de água em alguns lotes, as dificuldades dos assentados no domínio das técnicas produtivas, como o uso de adubos, o manejo de pragas, a escolha da época de plantio, entre outros fatores que acabam por fazer com que as famílias produzam menos e acabem por ter uma renda menor.

Os técnicos relatam que há uma grande área de assentamentos e pouca equipe qualificada, tanto do INCRA, quanto de técnicos, sem falar nas péssimas condições de estradas dentro dos assentamentos que acabam por dificultar cada

vez mais o trabalho, tanto dos técnicos, quanto do escoamento da produção do arroz orgânico.

A dinâmica produtiva do arroz orgânico exige envolvimento ativo dos técnicos, juntamente as famílias participantes dos grupos de produção, mas devido ao número de técnicos ser pequeno para uma enorme área de assentamentos, tal processo, muitas vezes, acaba por ser prejudicado. Como pode ser observado no relato do técnico.

No núcleo operacional de São Gabriel é eu e a minha colega, imagina, duas pessoas para atender mais de 200 famílias. Sem falar nas péssimas condições de estradas para chegar aos assentamentos. Minha colega trabalha juntamente aos assentados produtores do arroz, ela esta envolvida com o processo de certificação participativa, eu atuo na assistência técnica e social aos agricultores. Então vou te dizer: deveria ter mais dois técnicos, no mínimo, para que a questão da falta de assistência fosse suprida (Entrevistado T.A., Técnico de ATES).

Começando que a gente trabalha com um grande numero de famílias, isso é um desafio. Quando se cria um espaço para discutir com mais de 90 famílias que produzem o arroz orgânico, é necessário ser dinâmico e ter um acompanhamento constante nas lavouras. A infraestrutura técnica da COPTec é engessada, o convênio da ATES não possibilita fazer o trabalho de extensão (Entrevistado T.A., Técnico de ATES).

Cada lavoura é uma dinâmica diferente, a certificação da produção é participativa e demanda envolvimento ativo de técnicos e dos agricultores familiares assentados.

A consciência ambiental dos técnicos e das famílias assentadas levam a discussões referentes aos PDA,s e PRA,s. Primeiramente, equipes técnicas buscaram identificar os sistemas produtivos e tipologias de sistemas produtivos aptos a cada unidade de produção (lote). Posteriormente, é feito um relatório constando as condições ambientais do lote, na tentativa de qualificar os sistemas produtivos e a qualidade de vida das famílias. Os relatórios são importantes para que os técnicos se apropriem das informações ambientais e fisiográficas e assim, possam apresentá-las às famílias para que as mesmas compreendam seus limites e possibilidades produtivas dentro dos lotes.

Outro programa importante usado pelos técnicos para com os assentados são as Redes de Unidades de Observação Pedagógicas (RUOP,s). As RUOP,s são planilhas de avaliação, onde os técnicos, em conjunto com as famílias, fazem análises gerais elaborando indicadores sobre a qualidade de vida nos assentamentos. Destaca-se que, apesar das dificuldades operativas, as RUOP,s são

importantes ferramentas de interação entre escola, equipe técnica e assentados; trabalhando a agroecologia, os sistemas produtivos em geral, o meio ambiente e a qualidade de vida. A partir de algumas análises preliminares relacionadas ao sistema produtivo do arroz orgânico, são apresentados nas Figuras 15 e 16 os fluxogramas da produção do arroz convencional e do arroz orgânico respectivamente, fruto das RUOP,s, permitindo comparações entre estes dois sistemas, na tentativa de viabilizar e aumentar a cadeia produtiva do arroz orgânico.

A figura 15 mostra que o sistema de cultivo do arroz convencional demanda uma grande quantidade de insumos externos.

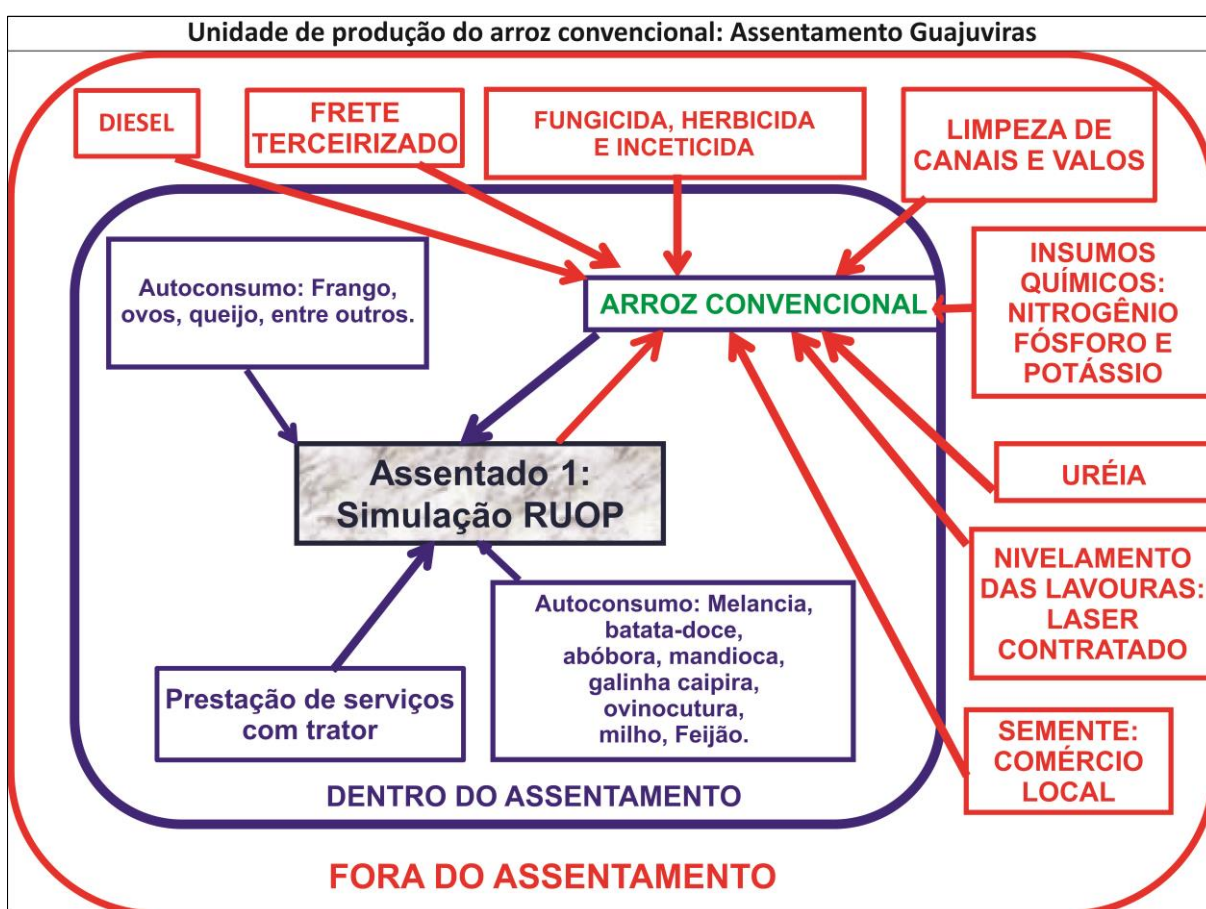


Figura 15: Fluxograma simulando a produção do arroz Convencional.
Fonte: Técnicos da ATES, 2014.

Os insumos externos correspondem às sementes, uréia, salitre, inseticidas, fungicidas, herbicidas, nitrogênio, fósforo e potássio. Os assentados contratam máquinas de fora do assentamento para fazer nivelamento das lavouras e a limpeza de valos e canais durante o cultivo do arroz. Na colheita da produção, os assentados

contratam máquinas para a colheita e caminhões para transportar o arroz até as cooperativas.

O sistema produtivo do arroz orgânico exposto na figura 16 mostra que, nesse cultivo, o assentado, além de diversificar sua produção, aloca pouco capital para o cultivo da agricultura orgânica. Nesse sistema de cultivo os assentados utilizam apenas adubação orgânica e, ao não usar insumos externos e caros, acabam por diminuir os custos de produção. A produção de base agroecológica desenvolvida pelas famílias assentadas resulta em uma maior renda para os agricultores familiares e colabora para uma melhor qualidade de vida das famílias.

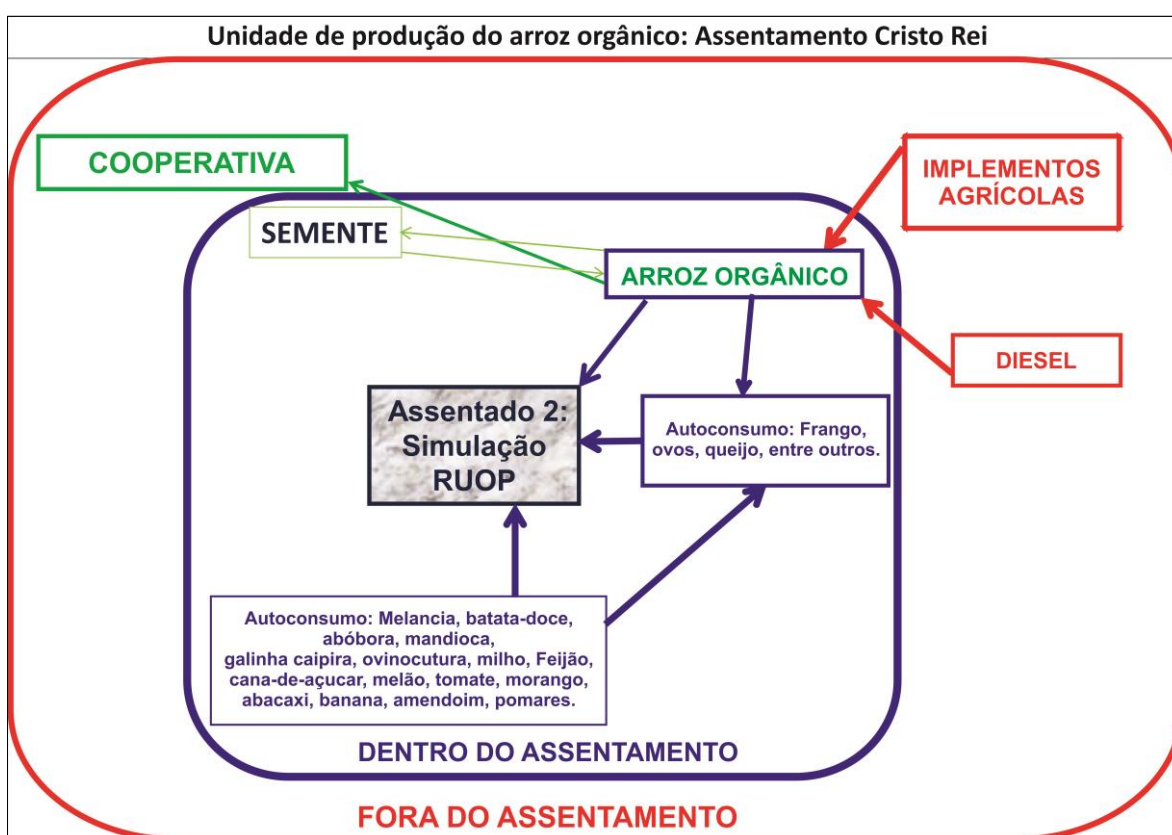


Figura 16: Fluxograma simulando a produção do arroz Orgânico.

Fonte: Técnicos da ATES, 2014.

Os técnicos de ATES orientam os agricultores familiares assentados que ainda produzem de forma convencional a fazer uma transição agroecológica, passando a cultivar de forma orgânica, como forma de agregar valor a produção, inserindo-a em novos nichos de mercado. A produção orgânica ganha valorização, por ser uma cultura saudável, pois não utiliza agrotóxico, por respeitar os limites da natureza e por proporcionar as pessoas uma melhor qualidade de vida.

O assentado que desenvolve sua produção de forma convencional acaba sempre se endividando, pois o custo de produção aumenta com o passar dos anos e sua produção final não é suficiente para o pagamento dos insumos que o agricultor convencional colocou na lavoura. Podemos inferir que o sistema convencional não é viável para os assentados, pois as famílias têm um custo de produção elevado. Na tabela 7 podemos observar uma planilha com o custo de produção e a renda bruta do agricultor assentado no desenvolvimento da unidade de produção orgânica, em uma área de 6.4 hectares.

Em uma área de 6,4 hectares, o assentado irá ter um custo de produção de aproximadamente R\$ 4.246,29, ou seja, ao comercializar sua produção ele arrecadará R\$ 28.000,00 e gastará na sua lavoura um valor e R\$ 4.246,29. Os maiores gastos para produzir o arroz orgânico derivam da compra de máquinas e de diesel para o preparo da lavoura e colheita da produção.

A tabela 7 mostra que, a partir do itinerário técnico, a renda e o custo para a produção do arroz orgânico dependem de inúmeros fatores, que variam desde mão de obra empregada no sistema produtivo até o preparo de solo e plantio, manejo, colheita e transporte.

Tabela 7: Unidade produtiva do arroz orgânico: rentabilidade e custo de produção.

Custo de produção do arroz orgânico - área de 6,4 hectares - Assentamento Madre Terra - 2013										
ARROZ ORGÂNICO: PRODUTO BRUTO (PB)	Produtividade (Kg/Ha)	Produção Total (Kg/Ha)	Preço Unitário (R\$/Kg)	Valor produzido (R\$)	Produção Comercializada (Kg)	Produção Uso na propriedade (Kg)	Valor Produção Comercializada (R\$)			CUSTO TOTAL R\$
Área: 6,4 Ha	3.125	22.600	1,40	31.500,00	20.000	2.500	28.000,00			
ITINERÁRIO TÉCNICO	Tipo	Itens de custo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor/Ha	Valor total	Horas de trabalho familiar	Mês	
Plantio	Preparo do Solo próprio	Hora máquina	Hora máquina	8,0	13,0	0,00	0,00			
Preparo da área	Diesel	Litros/Ha	Litros/Ha	80,0	2,15	0,00	0,00			
Plantio	Mecanizado próprio	Hora máquina	Hora máquina: Ha	1,0	17,20	104,00	104,00	51,2	Agosto	
Sementes	Própria	Semente	Sacas: Ha	20,5	0,0	172,00	1100,00			
						17,20	110,00	6,4	Novembro	
Sub Total						293,20	1314,88	57,60		1.314,88
MANEJO	Tipo	Itens de custo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor/ha	Valor total	Horas trabalho familiar	Mês	
Limpeza de valos	Distrito irrigado	Manutenção de valos	Hora máquina	10,2	120,00	1228,80	1228,00	1,0	Julho	
Irrigação	Distribuição de água	Horas de trabalho	Horas trabalhadas					120,0	Dezembro	
	Distribuição de água	Horas de trabalho	Horas trabalhadas					120,0	Janeiro	
	Distribuição de água	Horas de trabalho	Horas trabalhadas					80,0	Fevereiro	
	Controle de plantas invasoras	Horas de trabalho	Horas trabalhadas					80,0	Março	
Sub Total						1228,80	1228,80	401,00		1.228,80
COLHEITA	Tipo	Itens de custo	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor/ha	Valor total	Horas de trabalho	Mês	
	Terceirizada	Hectare	Hectare	6,4	250,40	250,00	1602,58	7,0	Abril	
	Transporte e armazenagem		Frete	1,0	100,00	100,00	100,00			
Sub Total	Frete					350,40	1702,56			1.702,56
Total					TOTAL	1872,4	4246,2	465,6		4.246,2

Fonte: Técnicos da ATES, 2014.

Na tabela 8 fica claro que: o assentado poderá ter uma renda significativa com a produção do arroz orgânico, pois arrecadará aproximadamente R\$ 33.000,00, ou seja, um lucro mensal de aproximadamente R\$ 2.500,00. O custo de produção é de R\$ 4.246,29, levando-nos a concluir que o arroz orgânico está se tornando uma boa opção de renda para as famílias assentadas.

Tabela 8: Renda agrícola bruta arrecadada na unidade de produção familiar

Sistematização da renda bruta Anual - Agricultor do Assentamento Madre Terra	
PRODUTO BRUTO	VALOR
Arroz Agulha	28.000,00
Arroz Negro	5.000,00
Autoconsumo	0,00
Prestação de serviços	0,00
Outras rendas	0,00
TOTAL	33.000,00

Fonte: Técnicos da ATES, 2014.

Visando qualificar as experiências agroecológicas desenvolvidas nos assentamentos e construir um espaço de aprendizado para técnicos e famílias, além de tornar as experiências importantes, referências, dentro e fora do Programa de ATES, frequentemente são realizadas oficinas para que os técnicos se qualifiquem e desenvolvam suas funções de forma satisfatória. Os primeiros resultados identificados com a qualificação metodológica se referem à aprendizagem para técnicos e assentados, através da troca de experiências e sistematização das informações.

Os Assessores Técnico Pedagógicos (ATP,s) tem como função assessorar e orientar as ferramentas SIGRA e as Redes de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP,s), ajudar, qualificar as ferramentas de trabalho dos técnicos, implementá-las e acompanhar algumas atividades no campo das RUOP,s, além de participar de reuniões de formação e qualificação. Por isso, é importante à qualificação dos técnicos e a discussão de ferramentas de trabalho, os encontros de qualificações

dos mesmos, em parceria com a UFSM, EMBRAPA, CONAB, prefeituras e demais órgãos, buscando qualificar o serviço técnico, melhorando o sistema produtivo e o trabalho dos técnicos nos assentamentos de reforma agrária.

O arroz orgânico é comprovadamente viável em propriedades menores que 10 hectares. Pela análise dos técnicos, quando a propriedade é muito pequena para o desenvolvimento de uma produção orgânica, para o produtor ter um bom lucro e conseguir pagar os custos da produção; a variedade de arroz deve ter um bom rendimento e ainda o assentado, vender seu produto por um preço maior, devido sua escassez no mercado.

Segundo o técnico T.A., a área de produção de arroz orgânico está aumentando e ainda é possível sua expansão dentro dos assentamentos estudados. O cultivo da produção convencional demanda custos elevados e é insustentável devido a um aumento de doenças e plantas invasoras nas lavouras, bem como o esgotamento do solo. O técnico entrevistado cita que:

Temos nos assentamentos aqui de São Gabriel, aproximadamente 1000 hectares aptos à produção do arroz. Os assentados iniciam cultivando o arroz convencional, porém, o alto custo de produção, a falta de máquinas e a resistência das plantas invasoras aos agrotóxicos vão inviabilizando a produção, até que o assentado para de produzir desta forma. A única alternativa é aderir ao sistema orgânico, mudando o sistema produtivo, principalmente, para melhorar a qualidade do solo, pois no arroz orgânico, fizemos o processo de quebra de dormência da semente, tornando-a precoce e resistente, não necessitando insumo químico na lavoura (Entrevistado T.A., Técnico de ATES).

Os pesquisadores da UFSM³⁴ e técnicos são unânimes em afirmar que os assentados deverão cultivar variedades de arroz especiais, que produzem satisfatoriamente e que possuem um alto valor de comercialização. Através de simulação de valores referentes ao custo de produção e comercialização de algumas variedades e utilizando determinadas áreas de plantio, verificamos que: enquanto o arroz tradicional (agulha) é vendido a 38 reais a saca de 60 Kg, o arroz exótico (preto) é vendido a aproximadamente 150 reais a saca. Isso significa que, mesmo o arroz preto não sendo tão rentável, ele passa a ser uma boa opção para o assentado, devido a seu valor elevado no mercado, conforme cita Pedro Selvino Neumann: docente da Universidade Federal de Santa Maria.

³⁴ Reunião da Equipe de Assessores Técnico Pedagógicos da ATES e o Projeto sistematizações agroecológicas do Programa de ATES/RS, que é coordenado pelo Docente Pedro Selvino Neumann, juntamente aos seus orientandos, no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural/UFSM.

Temos que investir em variedades exóticas, que tenham boa aceitação e alto valor no comércio. Ao produzir de forma orgânica, agregamos valor ao produto. O arroz preto, por exemplo, por ser comercializado por um valor maior que o arroz agulha, passando a ser uma boa opção de renda para a família assentada (P.S.N.; Docente do Programa de Extensão Rural, UFSM).

Em aproximadamente quatro anos de produção de arroz orgânico, a área cultivada nos três assentamentos passou de 60 hectares para aproximadamente 450 hectares, envolvendo aproximadamente 100 famílias, que aos poucos estão melhorando sua qualidade de vida, nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

E nessa lógica de produção e reprodução social a qual os assentados produtores de arroz orgânico estão inseridos, que a agricultura familiar se reproduz nas entranhas da agricultura capitalista dominante e, apesar de todas as dificuldades enfrentadas por estes agricultores, os mesmos persistem forte na luta por uma vida mais digna e justa no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos de São Gabriel que desenvolvem o cultivo do arroz orgânico passaram por avanços, enfrentaram limites e possibilidades produtivas. A pesquisa permitiu-nos compreender a persistência na luta pela terra, pelo desenvolvimento dos sistemas produtivos agroecológicos e de resistência ao processo capitalista hegemônico imposto pelo agronegócio.

A crise atual da agricultura convencional leva os agricultores assentados a buscarem novas alternativas de produção, que contrariam os princípios da agricultura capitalista centrada no lucro. Os assentados não conseguem desenvolver a agricultura convencional, pois se deram conta que ela é prejudicial ao meio ambiente, à saúde das pessoas, é dependente da tecnologia, de capital e utiliza grandes extensões de terra.

A agricultura convencional demanda uma grande quantidade de recursos financeiros, pois o agricultor precisa comprar sementes transgênicas, adubos sintéticos, inseticidas e herbicidas. Os assentados da área de estudo possuem pouco ou nenhum capital, o que torna cada vez mais difícil desenvolver o sistema produtivo de forma convencional.

Decorrente de tais fatores, aliado ao alto custo para cultivar a lavoura nos moldes convencionais, os assentados estão buscando na agroecologia e na agricultura orgânica, meios de diminuir os custos, trabalhando com sementes tratadas na propriedade, adubação orgânica, produção de biofertilizantes, entre outros.

Aos produzir de forma agroecológica, além de produzir sem agrotóxicos, os assentados primam pelas relações sociais de produção, trabalhando e produzindo em harmonia com o ambiente. Os assentados estão produzindo um alimento de qualidade, sem insumos químicos, auxiliando na melhoria da saúde, e ainda motivados na perspectiva de produzir com menores custos de produção. Os assentados do município de São Gabriel que ainda desenvolvem a agricultura convencional encontram dificuldades financeiras, devido ao alto custo de produção e os baixos preços pagos pela saca do arroz. À medida que os assentados compreendem e buscam conhecimento sobre a agricultura sustentável, passam a

transformar seus sistemas produtivos e cultivar alimentos baseados nos princípios da agroecologia.

Os assentamentos Madre Terra, Cristo Rei e Zambeze, ao aderir à produção do arroz orgânico, estão dando o primeiro passo para o processo de transição do modelo convencional para um modelo de base agroecológica, que busca a sustentabilidade no meio rural, colaborando para o desenvolvimento rural sustentável e pela manutenção das famílias no campo.

A chegada do MST a São Gabriel transformou algumas relações de produção no espaço rural. As famílias assentadas estabelecem novas relações com a terra e com o trabalho, reproduzem suas vidas, se organizam e participam ativamente na sociedade, traçam estratégias para desenvolver os assentamentos, permanecendo no espaço rural.

Nesse sentido, com a criação de um novo espaço, surge um novo agricultor, que produz e reproduz inovadores sistemas produtivos, como é o caso do arroz orgânico. Inferimos que, a partir de tais fatores, a terra controlada por poucos dá lugar à terra de trabalho e reprodutora de vidas. As famílias conquistam um espaço para viver, cultivar alimentos e trocar experiências.

Os assentamentos formados em São Gabriel são compostos de pequenos lotes, onde entra em cena o trabalho familiar, a cultura de organização em comunidades e grupos de produção, bem como a participação menos individualizada para traçar as diferentes estratégias que viabilizem a reprodução de suas vidas na terra conquistada. As expressões dessas transformações se manifestam na configuração da paisagem no espaço conquistado, a qual se torna heterogênea e diversa, na medida em que incorpora a pluralidade de elementos inerentes a reprodução da vida nos assentamentos.

O espaço em questão é caracterizado pela diversidade de costumes, culturas e sistemas produtivos. Os sistemas produtivos, em sua maioria, são cultivados de forma orgânica. Para que tais sistemas produtivos se desenvolvem, é importante que os agricultores acessem políticas públicas e tenham uma assistência técnica de qualidade.

São necessárias políticas públicas que garantam o financiamento da produção orgânica. A assistência técnica nos assentamentos em questão deve ser prioritariamente garantida e melhorada, com maior número de técnicos. Ainda, a parceria entre a comunidade acadêmica, a equipe técnica e os órgãos

governamentais, acompanhando e auxiliando as famílias no domínio das técnicas produtivas do arroz orgânico, é de suma importância para que os assentados possam qualificar sua produção.

As famílias assentadas, ao aderir ao sistema orgânico, através do apoio do MST e dos técnicos de ATES e COPTec, estão aos poucos, melhorando sua qualidade de vida, produzindo alimentos de qualidade nutricional, parte para o consumo e parte destinada para alimentar a sociedade. A aproximação da assistência técnica, das políticas públicas, das instituições de ensino para com os assentados ainda é insuficiente, porém, com o fortalecimento destas relações, os encontros de qualificação produtiva promovidos pela UFSM, EMBRAPA e demais instituições, irão fortalecer o sistema produtivo do arroz orgânico, complementando e qualificando o sistema produtivo orgânico nos assentamentos de reforma agrária.

Assim, percebemos que a pesquisa foi importante para evidenciar a produção do arroz orgânico, sua expansão no território dos assentamentos e sua importância para o desenvolvimento rural sustentável no campo. E, para que esta produção se perpetue, é muito importante que se criem projetos e políticas públicas de incentivo a estes modos de produção, bem como é imprescindível que a comunidade reconheça este esforço de milhares de agricultores familiares. Somente assim, poderá se garantir a sustentabilidade, a soberania alimentar, respeitando saberes na busca pela manutenção dos agricultores familiares com vida digna no campo.

REFERÊNCIAS

ALANTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 2-15, 2004.

_____, Paulo Roberto Raposo. **O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90**. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.166, p. 19-35, nov./dez. 1996.

_____, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em UFRRJ/CPDA, 2005.

ANKRUNKELSVEN, Luc. **Soberania alimentar: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos**. 2006. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2014.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARAÚJO, Daline Fernandes de Souza; PAIVA, Maria do Socorro Diógenes; FILGUEIRA, João Maria. **Orgânicos: Expansão de mercado e certificação**. Natal-RN, 2007.

ALTIERI, Miguel Angel; TOLEDO, Victor Manuel. La Revolución Agroecológica en Latino América. In: The Journal of Peasant Studies. **The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants**. v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

_____, Miguel Angel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____, Miguel Angel. **Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

_____, Miguel Angel.; NICHOLLS, Clara Ines. **Agroecología: Teoría y práctica para uma agricultura sustentable**. 1ª edición, 2000.

ARRUDA, Hilda Mirian da Rocha Ferrony. **Cartografia de síntese para análise integrada da paisagem do município de São Gabriel/RS: uma proposta de zoneamento ambiental**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Lei Nº 10831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2003, Seção 1, Página 8. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

_____. **Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em: 2014.

_____. Decreto n. 433 de 24 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a compra de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 janeiro. 1992. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111704/decreto-433-92>>. Acesso em: 2014.

Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira. **Artigos e ensaios**. 1985 a 2015. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigos>>. Acesso em: 2014.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BRUM, Argemiro Luís; PORTELA, Eugenio Farias Marques. As estratégias de competitividade para a cadeia produtiva do arroz: o caso das cooperativas da Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, p. 121-146 jan./jun. 2007.

CUNHA, Noel Gomes da et al. **Estudo de Solos das Fazendas São Paulo I e São Paulo II, São Gabriel, RS**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Circular técnica 93. Pelotas: Dezembro de 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: v.01, p. 16-37, jan/mar. 2000.

_____, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. Porto Alegre, v.1, n1, jan./mar.2002.

CORRÊA, Walquíria Krüger. Dimensões de reterritorialização dos assentamentos rurais de Santa Catarina. In FALCADE, Ivanira. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (Org.). **Expressões da Re-Territorialização do Campo Brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013. p. 69-90.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros Marion; CAZELLA, Ademir Antônio. Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro. **XLIII CONGRESSO DA SOBER**: “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. **Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos – o caso do arroz na região metropolitana de Porto Alegre**. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1480_1.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2014.

_____, (Org.), Christiane Senhorinha Soares; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos – O caso do arroz na região Metropolitana de Porto Alegre. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. **Assentamentos rurais, Território, Produção**: Novas alternativas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014. p. 41-58.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Agroecologia em assentamentos rurais: estratégia de reprodução camponesa na Campanha Gaúcha (RS). **REVISTA AGRÁRIA**, São Paulo, n. 7, p. 94-118, 2007.

COPTec. Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos. **Apresentação Coptec**. Disponível em: < <http://www.coptec.org.br/coptec.html>>. Acesso em: 2014.

COSME, Claudemir Martins; SOARES, Hidelbrando dos Santos. A reprodução da expropriação camponesa nas áreas de reforma agrária: um estudo de caso do assentamento diamantino – Tabuleiro do norte – Ceará – Brasil. 2012. Disponível em:<http://www.lagea.ig.ufu.br/xxenga/anais_enga_2012/eixos/1342_1.pdf>. Acesso em: 2014.

_____, Claudemir Martins. **A construção-desconstrução do território camponês nos assentamentos rurais do Ceará face o caráter expropriatório da contrarreforma agrária brasileira**. VI Simpósio Internacional de Geografia agrária - VII Simpósio nacional de geografia agrária 1ª Jornada de Geografia das Águas. 2013.

CASTELLO BRANCO, André Luis de Oliveira. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Economia e Administração. Faculdade de Ciências Econômicas. Monografia. Campinas: São Paulo, 2008.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. **Política Fundiária: oportunidades perdidas, revolução cultural e lampedusa. REVISTA SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. v. 11, n. 2, abr./jun. de 1997.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento. **O que é o PAA?** Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o Governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.

DAVID, C. de. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuições à dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). Agricultura, desenvolvimento e transformações

socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia/MG: Assis Editora, 2008. p. 15 – 38.

DINIZ, Aldiva Sales. Reforma agrária brasileira uma breve discussão. **REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO**. Ceará, p. 25-39, out.2010.

EMBRAPA. **Embrapa Agrobiologia**: Sistemas de Produção, 2 – 2ª Edição. ISSN 1806-2830. Versão Eletrônica. Dez. 2006. Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Cafe/CafeOrganico_2ed/fundamentos.htm>. Acesso em 07 de julho de 2013.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a Região de Ribeirão Preto, São Paulo. 2003.

CASTELLO BRANCO FILHO, Cícero; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. A agricultura orgânica como estratégia para uma nova ruralidade: o caso da experiência do arroz orgânico na região metropolitana de Porto Alegre. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de; LINDNER, Michele. **Assentamentos rurais, Território, Produção**: Novas alternativas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014, p. 73-83.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão Agrária no Brasil**: políticas públicas, debate paradigmático e desenvolvimento territorial. EBOOK ANPEGE: p. 78-87. cap. 5, 2013.

_____, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: UNESP, 1998.

_____, Bernardo Mançano. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula**. 2004. Disponível na internet. <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Retirado em, 5 out. 2006.

_____, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra** - Brasil. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

_____, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação. **Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036**. 2. Versão, 1996.

FAVARETO, Arilson da Silva & BITTENCOURT, Gerson Luis. “Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 – Notas para um Balanço”. In: TEDESCO, João Carlos. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 367-394.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULINO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, v. II, p.339-366.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____, José. **O que é questão agrária**. 11 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2005. 653 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE: **Cidades @**, 2013. Online. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431830&search=riogrande-do-sul|sao-gabriel>>. Acesso em: 09 de jul. de 2013.

_____: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010. Série Histórica**. Supervisão de Disseminação de Informações. Agência: Santa Maria- RS. Acesso em: out. 2011.

IRGA: Instituto Rio-Grandense do Arroz. **A inserção do cultivo do arroz irrigado na Agricultura de Baixo Carbono do Plano Agrícola e Pecuário, Safra 2013/14**. IRGA Brasília, 15 abril de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (**INCRA**). Disponível em <<http://www.incra.org.br>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e Saber Ambiental**. Trad. Francisco Roberto Caporal. **REVISTA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**. Porto Alegre. v. 3, n.1, p. 36-51, jul./set. 2002.

LENZ, Maria Heloísa. **A categoria econômica renda da terra**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1992.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **II PNRA**. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: out. 2011.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo, 1997. Atlas, 1997 (1 e 2 v.)

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; SOSA JUNIOR, Denir de Oliveira. El proceso de territorialización de los productores asentados em la campanha gaúcha. In: Yanga Villagomez. (Org.). CEISAL. Bruxelas: 2009, v. 1.

MIRANDA, Fernanda de Queiroz; ZARNOTT, Alisson Vicente. A sistematização de experiências agroecológicas como ferramenta de qualificação das ações de extensão rural em assentamentos no Rio Grande do Sul. **Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **REVISTA AGRÁRIA**, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Consolidação da Agricultura Familiar. Manual de Operações. Novembro de 2005. Disponível em:< http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual_Operacional_do_CAF.pdf >. Acesso em 07 de Dezembro de 2014.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2010 a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em 07 de Dezembro de 2014.

_____, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Projeto básico visando à contratação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental- ATEs para as famílias assentadas no estado do rio grande do sul.** Porto Alegre, out. 2013.

_____. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR.** Outubro de 2013. Disponível em:<
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2014.

RIEDL, Mario; NAVARRO, Zander Soares de. Reforma agrária na Região Sul. In: SCHMIDT, B. V. et al (Org.) Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Ed. UNB, 1998.

MARAFON, Gláucio José (Org.); PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano.** Uberlândia/MG: Assis Editora, 2008, p. 15 – 38.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma:** catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: 1ª ed., FFLCH, 2007, 184p.

Panfleto distribuído em São Gabriel-RS em 19/06/2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256696.shtml>>. Acesso em: out. 2011.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ** – Rio de Janeiro. n. 23, v.1, p. 4-18, 1. Sem. 2012.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização e reforma agrária**. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (organizadores). Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: EDUR, 2008. P. 193-198.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. **REVISTA AGRÁRIA**, São Paulo, n. 9, p. 96-102.

PDDUA – **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de São Gabriel**. Disponível em: <<http://www.saogabriel.rs.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL – **Plano de Saneamento**. Lei 9.610/98 – art. 7º, itens X e XI (art. 1), § Único. 2009. Disponível em:<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.saogabriel.rs.gov.br%2F2013%2Fdownload.php%3Farquivo%3D%2Fsaneamento_basico%2Fplano_saneam_sao_gabriel_final_v0.pdf&ei=cUeCVOunCsGnNvW9hNAB&usg=AFQjCNEv2go4OwjzX1aertql0I9wzNMd8A>. Acesso em 01 de Dezembro de 2014.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004. 181p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Daniela Santos da; ROBL, Douglas Machado; MELCHIORS, Jose Luís; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. **Banco de Dados da Luta pela Terra**: Dataluta 2011. NEAG: Núcleo de Estudos Agrários.

RAMOS, Carolina. **Estatuto da Terra**: embates e diferentes interpretações. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005.

REUNIÃO TÉCNICA DA CULTURA DO ARROZ IRRIGADO - (2012, Gravatal, SC). **Arroz irrigado**: recomendações técnicas da pesquisa para o Sul do Brasil - Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado. Itajaí, SC. SOSBAI, 2012. 179p.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria ou a contrarreforma agrária no Brasil.** 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1437_1.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2014.

STOTZ, Eduardo Navarro. **Os limites da agricultura convencional e as razões de sua persistência: estudo do caso de Sumidouro, RJ. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.** São Paulo, n. 125, p. 114-126.

SEPLAG: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES.** Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=793&cod_menu=790&ipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1340>. Acesso em: dezembro de 2014.

_____: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Sementes e produtos orgânicos.** Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=819&cod_menu=817&ipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1510>. Acesso em: dezembro de 2014.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos. O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – O caso de São Gabriel – RS. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Francis dos; TONEZER, Cristiane; RAMBO, Anelise Graciele. **Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a Soberania alimentar?** 47º

SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em:<<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Agroecologia%20e%20Agricultura%20Familiar%20%20Um%20caminho%20para%20a%20soberania%20Alimentar.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS RBCS**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Org. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. **Técnica aos assentamentos de reforma agrária**. Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <http://files.ates-rs.webnode.com/200000766-235e024581/Artigo.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura Familiar: realidade e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p.21-55.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U. ; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.133-144.

Roteiro para entrevista semiestruturada: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Geografia.

Título da Dissertação: Desafios da produção do arroz orgânico nos assentamentos do Município de São Gabriel - RS

Autor: João Silvano Zanon.

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista semiestruturada com os assentados que produzem arroz orgânico.

Data: ___/___/___ Assentamento: _____

1. Identificação:
2. Tempo de assentamento:
3. Tempo de acampamento:
4. Número de hectares:
5. Estado Civil:
6. Nº de filhos:
7. Idade dos filhos:
8. Qual sua origem?
9. Porque buscou o MST?
10. Quais os principais produtos que produz em seu lote?
11. Você utiliza insumos e agrotóxicos na produção?
12. Onde comercializa seus produtos?
13. O que levou você a produzir o arroz orgânico?
14. De que forma ocorreu a organização da produção orgânica?
15. Receberam auxílio técnico? De qual instituição? Como?
16. Além da produção do arroz orgânico, sua família produz outros alimentos orgânicos? Quais?
17. Quando foi a sua primeira safra de arroz orgânico? Qual foi a área plantada?
18. Essa produção foi positiva em termos de quantidade e qualidade? Você a considerou rentável?
19. Na última safra 2012/2013 qual foi a sua área plantada? O que você destacaria desta última safra: qualidade, sacas por hectare, rentabilidade?
20. Você, como produtor do arroz orgânico, vê a implantação e recente expansão dessa cadeia produtiva no seu assentamento e no município de São Gabriel-RS?

21. Que problemas você destaca, dentro do assentamento para com a produção do arroz orgânico?
22. Quais as principais dificuldades na implantação do sistema orgânico?
23. Quais as vantagens da produção do arroz orgânico?
24. Quais foram às transformações percebidas na transição das formas de produção do arroz, de uma convencional para uma orgânica?
25. Quais foram as principais transformações percebidas no seu modo de vida com a produção orgânica?
26. Onde vocês comercializam a produção orgânica? É bem aceita pelo mercado?
27. O que mudou no aspecto econômico a partir da produção orgânica?
28. O que mudou no aspecto ambiental a partir da produção orgânica?
29. Você considera a produção de arroz orgânico rentável em relação à produção convencional?
30. Por quais políticas públicas vocês assentados são beneficiados?
31. Poderia destacar como se dá a produção do arroz orgânico? Que tipo de produtos e adubo é utilizado para prevenir o ataque de pragas?
32. Para a safra 2013/2014, quais são as modificações que você e sua família pretendem inserir dentro de sua área plantada e na sua forma de produção?
33. Como é a assistência técnica para a produção no assentamento? Existe alguma assistência específica para a produção orgânica?
34. A produção de arroz orgânico é vantajosa com relação a custos de produção?
35. As famílias trabalham fora do Assentamento?
36. Qual o preço pago pela saca de 60 Kg do arroz orgânico?
37. As famílias acessam sistemas de crédito?
38. Há conflitos entre as famílias produtoras de arroz orgânico?
39. As terras do assentamento são férteis?
40. Há arrendamento de terras para o cultivo do arroz?
41. Quantos hectares são plantados e qual o potencial de plantio deste assentamento?
42. Como se dá o processo de certificação do arroz?
43. De que forma é feito a armazenagem e o transporte do arroz?
44. Os produtores possuem acesso aos financiamentos e ao mercado consumidor?
45. Quais variedades são produzidas e qual o preço pago por variedade?

46. Onde o arroz é comercializado?
47. Quantas famílias produzem arroz orgânico no assentamento?
48. A cadeia produtiva tem capacidade de aumentar nos assentamentos de São Gabriel?
49. Como controlam o manejo de pragas na lavoura?

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista semiestruturada com os técnicos da Coptec e ATES que prestam assistência aos assentados.

Data: ___/___/___

Técnico: _____

Assentamento: _____

1. Quantos hectares possui o assentamento?
2. Quantos lotes e quantos hectares por lote?
3. Quantas famílias produzem o arroz orgânico?
4. Quantos hectares de arroz orgânico são produzidos no assentamento?
5. Qual é o potencial para a produção e a rentabilidade por hectare?
6. Qual o Destino da produção?
7. Qual adubação é utilizada na lavoura?
8. Como se deu a evolução de área plantada dentro de cada assentamento?
9. Quantas famílias estão envolvidas na produção do arroz orgânico e como essa organização ocorre?
10. Qual a evolução da área plantada em cada assentamento e a rentabilidade por hectare?
11. Quais os limites e as possibilidades da assistência técnica para com os assentados?
12. Existe alguma dificuldade na prestação da assistência técnica com os assentados?
13. Qual a frequência das visitas técnicas em cada assentamento?
14. Quais as ferramentas utilizadas pelos técnicos em cada núcleo operacional?
15. De que forma os técnicos participam na tomada de decisões e nos sistemas produtivos que a família assentada irá desenvolver?